

MARIA CECÍLIA PEREIRA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBJETIVIDADE E SENTIDOS
DO DESEMPREGO NO CONTEXTO INDUSTRIAL DE LAVRAS – MG:
UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Dr. Mozar José de Brito

**LAVRAS
MNAS GERAIS – BRASIL
2005**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos
Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Pereira, Maria Cecília

Reestruturação produtiva, subjetividade e sentidos do desemprego no contexto industrial de Lavras – MG: uma abordagem construcionista / Maria Cecília Pereira. -- Lavras : UFLA, 2005.

168 p. : il.

Orientador: Mozar José de Brito.
Dissertação (Mestrado) – UFLA.
Bibliografia.

1. Desemprego. 2. Reestruturação produtiva. 3. Subjetividade. 4. Construcionismo social. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-305.90694
-331.137

MARIA CECÍLIA PEREIRA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBJETIVIDADE E SENTIDOS
DO DESEMPREGO NO CONTEXTO INDUSTRIAL DE LAVRAS – MG:
UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONISTA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 05 de Agosto de 2005

Prof. Dr. José Roberto Pereira

UFLA

Prof^ª Dr^ª. Wânia Rezende Silva

UEM

Prof. Dr. Mozar José de Brito

UFLA

(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

PARA ANA LÍVIA

Você foi a maior inspiração durante toda a realização deste trabalho. Como eu poderia desanimar diante de tanta coragem e força que você demonstrou durante sua luta? Impossível. Por isso, eu senti sua presença constante enquanto trabalhava. Juntas, batalhamos e também juntas, vencemos mais uma etapa de nossas vidas. Obrigada por seu exemplo e carinho!

Com amor.

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho de dissertação não é tarefa fácil, requer paciência, disciplina, criatividade... mas, sem dúvida, é um trabalho instigante e desafiador. Durante essa caminhada, recebi o total apoio e compreensão de minha família: meu pai, **José**; minha mãe, **Balbina**; minha irmã, **Ana Livia** e seu namorado **Alessandro**; meu namorado, **Antonio e sua família**. Aos **meus avós**, agradeço a compreensão pela ausência, mas com a certeza de que seus ensinamentos estão presentes na minha vida. Essas pessoas foram indispensáveis para que eu, nos momentos difíceis, resgatasse forças para continuar o trabalho. Não apenas isso, mas foi compensador, a cada etapa finalizada, receber as críticas e os elogios de minha família, ver o meu esforço reconhecido por aqueles que mais amo.

É claro que este trabalho não é produto apenas do meu esforço. Realizá-lo sob a orientação do professor Dr. **Mozar José de Brito** significou contar com valiosas considerações, avaliações norteadoras, sem as quais eu não poderia obter o presente resultado. Também agradeço ao professor Mozar pela convivência e aprendizado, pelo respeito profissional e pela confiança depositada em minha pessoa.

Não posso deixar de mencionar a colaboração dos professores **José Roberto** e **Mônica Cappelle**. Ambos, ao participarem da banca de avaliação do projeto desta dissertação, contribuíram para a sua realização com brilhantes e sensatas considerações. Também agradeço à professora **Wânia**, pela dedicação, respeito e prontidão.

Agradeço também à **CAPES**, pela oportunidade de cursar o mestrado como bolsista. Durante esse percurso, várias foram as dificuldades e muitas delas foram vencidas graças à bolsa de estudos. A realização e conclusão desta dissertação dependeram diretamente dos recursos financeiros, portanto, minha formação como mestre também devo à **CAPES**.

A **UFLA**, especialmente o **DAE**, incluindo **professores** e **funcionários**, ofereceram-me apoio e estrutura adequados para que eu cursasse o mestrado e realizasse o trabalho de dissertação. Os professores não contribuíram apenas com sua competência profissional, mas com sua paciência e disposição para conversas informais, por meio das quais sempre aprendemos muito. Os funcionários, sempre prontos e gentis, fizeram com que a caminhada se tornasse ágil e agradável.

Este trabalho foi enriquecido com os resultados da pesquisa “Emprego e Renda”, realizada no município de Lavras – MG. A referida pesquisa contou com o trabalho dos integrantes do grupo **PET Administração**, no período de agosto de 2004 a janeiro de 2005, sob orientação do professor Mozar. Assim, agradeço ao grupo PET e ressalto que a relação foi de troca, de aprendizagem mútua. Meus agradecimentos também à **Mayara**, que além da participação na pesquisa “Emprego e Renda”, demonstrou sempre disposta a colaborar.

Ao **SINE-Lavras**, na pessoa de **Angélica**, agradeço a prontidão, o interesse e a hospitalidade. À **psicóloga Maria Elaine**, pelas dicas acerca da realização das entrevistas. Ao **Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Lavras**, em nome de **Tidi**, meus sinceros agradecimentos não apenas pelos dados fornecidos, mas pela demonstração de preocupação com a pesquisa. Ao professor **Jovino**, pelo apoio. As pessoas que deixam o caminho aberto para a coleta de informações, durante a realização de um trabalho científico, contribuem, de certa forma, para o desenvolvimento da ciência.

Aos **desempregados** do município de Lavras. Homens e mulheres que, gentilmente, deixaram-se entrevistar e expressaram aquilo que se tornou o cerne de meu trabalho: o sentido do desemprego. Durante as entrevistas aprendi muito. Em alguns momentos, tive a satisfação de me sentir “amiga” além de pesquisadora, de sentir que, ao ouvir os desempregados, de alguma forma, também os ajudava.

Gostaria de agradecer à professora **Valéria da Glória** pelos ensinamentos, os quais guardo sempre comigo, mas, em especial, durante o curso de mestrado, pela oportunidade de realizar o sonho de “ensinar” e pela honra de realizá-lo por meio da disciplina que, desde meus tempos de graduação, admiro. Acredito que essa tarefa também contribuiu, de alguma forma, para a presente pesquisa.

À **Cristiane da Graça**, pela agradável convivência, pelo carinho.

À **Raquel Fontes**, pela “paciência” e pelos valiosos ensinamentos.

À **Beatriz**, pela participação direta no trabalho por meio do empréstimo do “gravador”.

Aos **colegas de curso**, os quais, às vezes, passam rápido por nossa vida, mas sempre deixam algo que acrescenta, que enriquece.

Agradeço aos **amigos de longa data**, alguns estão distantes, mas se fizeram presentes pelos telefonemas, emails, cartas... sempre oferecendo palavras de

incentivo e amizade. Ao amigo **Walter**, pela “grande ajuda”, colaborando diretamente com meu trabalho na transcrição das longas entrevistas. Agradeço também aos mais novos amigos, companheiros de curso, **Carol, Geraldo, Livia, Thiago** e, especialmente **Paulo**. Com vocês ao meu lado, eu quase nem vi passar...

Aos professores **Ieda e Paulo**, pela preciosa revisão lingüística; e ao revisor **Luiz Carlos**, pela correção das normas bibliográficas.

Acima de tudo está **Deus**, Aquele que guia meu caminho.

Obrigada!

Não fiqueis devendo nada a ninguém...a não ser o amor que deveis uns aos outros, pois só quem ama o próximo cumpriu a Lei. O amor não faz nenhum mal contra o próximo. Portanto, o amor é o cumprimento perfeito da Lei.

Rm 13, 8.10

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE QUADROS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	ii
LISTA DE TABELAS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
INTRODUÇÃO.....	1
1. Mudanças no mundo do trabalho.....	6
1.1. O processo de reestruturação produtiva	7
1.2. O debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea.....	14
2. SUBJETIVIDADE E DESEMPREGO.....	22
2.1. Dimensões contemporâneas da subjetividade	23
2.2. Manifestações brasileiras da subjetividade.....	27
2.3. Subjetividade e desemprego	34
3.construcionismo social e produção de sentidos: uma perspectiva teórico- metodológica	42
3.1. As bases da perspectiva construcionista e suas principais característica	43
3.2. Produzindo sentidos: a linguagem como prática social	49
4. A METODOLOGIA DE PESQUISA.....	57
4.1. Pressupostos metodológicos	57
4.2. O processo de seleção e caracterização dos integrantes da pesquisa	59
4.3. Coleta de dados para a pesquisa	62
4.4. Plano de análise e interpretação dos dados:.....	63
4.4.1. Conceitos centrais para a análise das práticas discursivas: definindo o nível de análise.....	64
4.4.2. A proposta de Spink (2004) para a análise das práticas discursivas....	67
5 PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A TRAJETÓRIA DOS DESEMPREGADOS DO SETOR INDUSTRIAL EM LAVRAS.....	73

5.1	O município de Lavras - MG: características gerais e a inserção no mercado de trabalho industrial.....	74
5.2	O mercado de trabalho industrial em Lavras no contexto da reestruturação produtiva	77
5.3	Desempregados do setor industrial em Lavras: resgatando alguns aspectos da trajetória pessoal e profissional	84
5.3.1	Trajetoária 1: do rural para o urbano, da terra para a indústria.....	86
5.3.2	Trajetoária 2: lavrenses, não lavrenses e o trabalho industrial em Lavra	89
5.3.3	Trajetoária 3: fuga do desemprego, outras experiências industriais e fuga da violência.....	91
6	a análise das práticas discursivas dos desempregados E A IDENTIFICAÇÃO DOS REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS.....	94
6.1	Repertórios interpretativos do processo de reestruturação produtiva em Lavras e das condições de manutenção da empregabilidade.....	95
6.2	Repertórios interpretativos da condição de trabalhador e da condição de desempregado(a).....	109
7	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBJETIVIDADE E OS SENTIDOS DO DESEMPREGO.....	125
7.1	A interpretação do processo de reestruturação produtiva e das condições de manutenção da empregabilidade no município de Lavras: mapeando as categorias de análise.....	126
7.2	A interpretação da condição de trabalhador e da condição de estar desempregado(a): mapeando as categorias de análise.....	135
7.3	Os sentidos do desemprego: uma síntese analítica	145
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	152
	referências bibliográficas.....	162

LISTA DE QUADROS

	Página
QUADRO 1 - Exemplo da organização de um mapa de associação de idéias.....	72
QUADRO 2 - Mapa de associação da interpretação das condições de manutenção da empregabilidade.....	126
QUADRO 3 - Mapa de associação da interpretação do processo de reestruturação produtiva.....	127
QUADRO 4 - Mapa de associação da interpretação da condição de trabalhador.....	135
QUADRO 5 - Mapa de associação da interpretação da condição de desempregado.....	136

LISTA DE FIGURAS

	Página
FIGURA 1 - Exemplo da árvore de associação de idéias.....	72
FIGURA 2 - Árvore de associação dos sentidos do desemprego no setor industrial, no município de Lavras.....	147

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1 - Perfil sócio-demográfico dos informantes da pesquisa.....	60
TABELA 2 - Frequência das características dos informantes da pesquisa..	61

RESUMO

PEREIRA, M. C. **Reestruturação produtiva, subjetividade e sentidos do desemprego no contexto industrial de Lavras – MG: uma abordagem construcionista**. 2005. 171 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.¹

As mudanças no mundo do trabalho direcionam para novas condições de empregabilidade e incitam o debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea. Nesse contexto, destacam-se o desemprego e o trabalho informal, incitando a emergência de novos valores sociais. Portanto, advoga-se o estudo do fenômeno do desemprego sob a ótica dos desempregados e sua subjetividade. Com isso, objetivou-se investigar os sentidos produzidos por desempregados do setor industrial de Lavras – MG, acerca do desemprego, bem como compreender a manifestação subjetiva desses sentidos. Para o alcance desse objetivo, valeu-se da abordagem construcionista e da análise das práticas discursivas como posturas teórico-metodológicas de pesquisa. Foram apresentadas as mudanças no mundo do trabalho, enfocando o debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea. Posteriormente, delineou-se uma breve discussão acerca do conceito de subjetividade, além da apresentação de algumas categorias de subjetividade moderna no cenário brasileiro. Por meio das análises, foram identificados dois repertórios interpretativos, contendo, cada qual, subconjuntos. O **repertório interpretativo do trabalho** subdividiu-se no repertório do processo de reestruturação produtiva em Lavras e no repertório da condição de trabalhador. O **repertório interpretativo do desemprego** subdividiu-se no repertório das condições de manutenção da empregabilidade e no repertório da condição de desempregado(a). Pela identificação dos repertórios, propiciou-se a construção das categorias para a interpretação dos sentidos, subjetivamente manifestos, em torno do desemprego. Verificou-se os “sentidos últimos” da formação de uma *periferia desqualificada*, da *violência e criminalidade*, da *morte simbólica* e da *oportunidade*. Acredita-se que, pela compreensão dos aspectos intrincados na construção da realidade do desemprego, pode-se fornecer subsídios para estudos mais aprofundados no âmbito desse fenômeno, bem como auxiliar no campo da administração, no desenvolvimento, por exemplo, de políticas públicas para a geração de empregos.

¹ Orientador: Prof. Dr. Mozar José de Brito – UFLA.

ABSTRACT

PEREIRA, M. C. **Productive reestructuration, subjectivity and sense of the unemployment in the industrial context in Lavras - MG: a constructionist perspective.** 2005. 171 p. Dissertation (Master Program in Administration) - Federal University of Lavras, Lavras, MG.²

The changes in the world of the work lead to new conditions of empregability and stir up the discussion concerning the role of work in the contemporary society. In this context, the unemployment and the informal work stand out, stirring up the emergency of new social values. Therefore, the study of the unemployment phenomenon under the unemployed's view and its subjectivity is advocated. With this, the objective was to investigate the sense produced by unemployed of the industrial sector in Lavras - MG, concerning the unemployment, as well as understanding the subjective manifestation of these senses. To reach this objective, the constructionist perspective and the analysis of the discursive practices as theoretician-methodological positions research were used. The changes in the world of the work were presented, focusing the debate concerning the role of the work in the contemporary society. Later, one brief discussion concerning the subjectivity concept was delineated, beyond the presentation of some categories of modern subjectivity in the Brazilian scene. By means of the analyses, two interpretative repertoires were identified, containing, each one, subgroups. The interpretative repertoire of work was subdivided in the repertoire of the process of productive reestructuration in Lavras and the repertoire of the worker condition. The interpretative repertoire of unemployment was subdivided in the repertoire of the conditions of maintenance of the empregability and in the repertoire of the condition of unemployed. For the identification of the repertoires, it was propitiated construction of the categories for the interpretation of the senses, subjectively manifest, around the unemployment. One verified the "ultimate senses" of the formation of a disqualified periphery, the violence and crime, the symbolic death and the opportunity. We believe that the comprehension of the aspects of unemployment can provide subsidies for more profound studies regarding this phenomena. It can also be useful in the business field, for example in the development of public policies for job generation.

² Advisor: Dr. Mozar José de Brito

INTRODUÇÃO

As mudanças no mundo do trabalho têm sido marcadas por um período caracterizado por modos de produção e relações de trabalho rígidas, *o fordismo*, até a chamada Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, culminando com a emergência de novas formas da organização da produção e novas condições de trabalho, a *fase da especialização flexível* ou período da *reestruturação produtiva*. Essas mudanças, além de definirem novas práticas produtivas, com impactos diretos sobre o trabalho, e direcionarem para novas condições de empregabilidade³, incitam o debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, destaca-se o trabalhador como alguém incluído em um novo padrão de acumulação capitalista que, muitas vezes, desmobiliza, desregula e desvaloriza as relações de trabalho, levando à precarização do trabalho e ao aumento do desemprego, seja pela diminuição nos postos de trabalho formais, seja pelas dificuldades impostas pelas novas condições de empregabilidade.

O desemprego e o trabalho informal destacam-se no cenário brasileiro. A taxa média de desemprego aberto no Brasil, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elevou-se de 3,8% em junho de 1996 para 13% em junho de 2003, com um aumento de 2,5% em relação a dezembro de 2002. Em março de 2004, a taxa de desemprego apresentou-se em 12,8% e, no mesmo período de 2005, o desemprego apresentou taxa de 10,8%. Embora as taxas tenham apresentado ligeira queda nos últimos dois anos, o nível de desemprego é considerado elevado no País (IBGE, 2005).

³ Gazier (1990), apud. Hirata (1997), fornece algumas definições de empregabilidade. Dentre elas: i) aptidão de um indivíduo ao trabalho; ii) atratividade de um indivíduo para a empresa; iii) desempenhos prováveis no mercado de trabalho; entre outras.

Além disso, as condições precárias de emprego também merecem destaque. O nível de emprego formal no Brasil decresceu, com o fechamento de 304,9 mil postos de trabalho em 1996, para a eliminação de mais 581 mil postos de trabalho formais em 1998. Em 2003, o emprego informal cresceu 8,4% em relação a 2002 (Boletim do Banco Central do Brasil, 2005).

Em Minas Gerais, o desemprego aberto apresentou taxa média de 12,1% em março de 2004 e 10,7% em março de 2005, tomando como base a região metropolitana de Belo Horizonte (IBGE, 2005). Na cidade de Lavras, Minas Gerais, verificou-se, em 2004, um nível de desocupação⁴ calculado em 7,17%, aproximando o município do nível de desemprego observado no Estado e no País, no mesmo período. Vale ressaltar ainda que, entre os que se declararam ocupados⁵ (48,79%) no período de 2004 no município de Lavras, 13,96% possuíam ocupação não remunerada (dona-de-casa, na maioria das vezes). Do restante dos ocupados, aproximadamente 47% declararam não possuir carteira assinada. Esse quadro revela as condições precárias de emprego no município de Lavras - MG (PET, 2005).

Diante desse cenário, admite-se que o processo de reestruturação produtiva associa-se ao aumento do desemprego e das relações precárias de trabalho, impulsionando um debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea. Esse quadro incita a emergência de novos valores sociais no contexto da reestruturação produtiva. Portanto, advoga-se o estudo do fenômeno do desemprego sob a ótica dos desempregados e sua subjetividade.

⁴ Corresponde à população economicamente ativa da área urbana de Lavras, acima de 10 anos de idade, que não está empregada (formalmente ou informalmente) e está à procura de emprego (PET, 2005).

⁵ Corresponde à população economicamente ativa da área urbana de Lavras, acima de 10 anos de idade, que está empregada (formalmente ou informalmente), com ou sem remuneração. Ou, que possui atividade em auxílio à atividade econômica da família (por exemplo: donas-de-casa) e que não está à procura de emprego (PET, 2005).

As formas de manifestações subjetivas são influenciadas pela história e cultura, e remetem às formas de interpretação características de determinada realidade social. O Brasil caracteriza-se por uma sociedade que ainda mantém a convivência do moderno/contemporâneo com valores mais tradicionais, como clientelismo e paternalismo, em um contexto que exige competitividade e impessoalidade nas relações de trabalho. No que tange às mudanças no mundo do trabalho, isso implica, por exemplo, a manutenção de relações de trabalho conservadoras, ao lado de técnicas denominadas flexíveis, que exigem novas formas de qualificação, culminando com maneiras particulares de interpretar o trabalho e, conseqüentemente, o desemprego no Brasil. Sendo assim, justificam-se as formas brasileiras de manifestações subjetivas como formas de interpretação em torno do fenômeno do desemprego.

Adverte-se, então, a necessidade de focalizar a questão do desemprego por meio dos próprios desempregados, imersos no processo de reestruturação produtiva, explorando os sentidos produzidos por eles e a forma como esses sentidos se manifestam em sua subjetividade.

Acredita-se que a abordagem do construcionista ofereça um quadro teórico metodológico por meio do qual a condição de estar desempregado possa ser explicada e analisada, entre outras dimensões, pelos sentidos produzidos pelos próprios desempregados acerca de sua condição. Essa crença parte do pressuposto de que a realidade é socialmente construída por meio da linguagem, historicamente e culturalmente contextualizada.

Tem-se, portanto, um problema a ser pesquisado: o fenômeno do desemprego, no contexto da reestruturação produtiva, em um determinado espaço cultural e social, pode ser mais bem compreendido pela interpretação dos desempregados acerca de sua própria condição. Acredita-se que essa interpretação manifesta-se por meio da linguagem, considerada como realidade em construção.

Diante desse problema, levanta-se a seguinte questão: no contexto da reestruturação produtiva, quais são os sentidos do desemprego atribuídos pelos integrantes da pesquisa baseando-se em sua condição de desempregado(a)?

A pesquisa foi realizada no município de Lavras - MG, considerando suas particularidades histórico-culturais, bem como as características econômico-sociais referentes às condições de trabalho, mais especificamente no setor industrial. Com isso, objetivou-se investigar os sentidos produzidos por desempregados do setor industrial de Lavras – MG, acerca do desemprego, bem como compreender a manifestação subjetiva desses sentidos. Mais especificamente, buscou-se:

- 1) Resgatar a trajetória pessoal e profissional dos desempregados, procurando compreender a sua inserção no mercado de trabalho industrial em Lavras;
- 2) Investigar as interpretações dos desempregados acerca de sua condição;
- 3) Analisar os sentidos do desemprego, enfocando as repercussões desse fenômeno na subjetividade dos desempregados oriundos do setor industrial.

O escopo do trabalho encontra-se dividido em oito capítulos. No **capítulo 1**, foram apresentadas as mudanças no mundo do trabalho, enfocando o debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea. No **capítulo 2**, delineou-se uma breve discussão acerca do conceito de subjetividade, além da apresentação de algumas categorias de subjetividade moderna no cenário brasileiro, bem como de alguns estudos referentes ao fenômeno do desemprego relacionado, de alguma forma, à subjetividade. O **capítulo 3** foi dedicado à discussão da perspectiva teórico-metodológica adotada nesta pesquisa. Trata-se da abordagem construcionista. Nesse capítulo, foram recuperadas as bases da

teoria construcionista e da produção de sentidos, privilegiando a linguagem como prática social.

Posteriormente, seguiu-se, no **capítulo 4**, com a apresentação da metodologia da pesquisa, seus pressupostos, o processo de seleção e caracterização dos integrantes da pesquisa e o modelo de análise e interpretação dos dados. A partir do **capítulo 5**, discutiram-se os resultados. Nesse capítulo, foram apresentados um breve histórico e a inserção do município de Lavras no mercado de trabalho industrial. Em seguida, foram caracterizadas as trajetórias dos desempregados selecionados para a pesquisa. No **capítulo 6**, identificaram-se os repertórios interpretativos acerca do desemprego. Em seguida, os sentidos produzidos pelos desempregados foram mapeados, com base nos repertórios interpretativos, e discutidos no **capítulo 7**, conforme os conceitos teóricos utilizados nesta pesquisa. Ainda nesse capítulo, apresentou-se a associação dos sentidos e sua manifestação subjetiva. Finalmente, no **capítulo 8**, apresentaram-se algumas considerações recorrentes para pesquisa realizada.

1. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo, foram apresentadas as mudanças no mundo do trabalho, enfatizando o processo de reestruturação produtiva. Os estudos acerca do processo de reestruturação produtiva vêm ganhando espaço, principalmente nas áreas de conhecimento, tais como: sociologia, economia do trabalho, administração de empresas e engenharia de produção. Nos estudos em que se descreve o processo de reestruturação produtiva e suas implicações para as relações de trabalho, observa-se a falta de clareza quando se discute quais seriam os elementos centrais que caracterizam o processo de reestruturação. Harvey (1996) advoga a introdução de novas tecnologias e os novos modelos de gestão da produção e do trabalho. Brito (2000) e Hirata (1997) afirmam que o foco deve recair sobre as condições de empregabilidade no contexto da nova organização do trabalho.

No que tange às novas estratégias de produção e à implicação dessas para os trabalhadores, Rosa (1998) adverte para a emergência de processos “libertadores dos empregados” no contexto da reestruturação, com o incremento das responsabilidades e o fortalecimento da autonomia do trabalhador (uso de si) no ambiente de trabalho. Por outro lado, Baltar & Proni (1996), Faria (2004), Hirata & Humphrey (1989), Oliveira et al. (1996) e Tumolo (2001), reforçam o caráter explorador das novas estratégias produtivas, da precarização do trabalho, bem como o aumento da exclusão social.

O debate acerca do papel do trabalho no contexto da reestruturação produtiva destaca-se no campo da sociologia. Observa-se a emergência de um debate entre a tese do fim da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea (Meda, 1996; Offe, 1989, 1999; Singer, 1999) e os estudos que defendem o papel central do trabalho como referência, não apenas econômica, mas psicológica, cultural e simbólica (Castel, 1998; Castells, 1999; Enriquez, 1999).

Este capítulo divide-se em duas seções, nas quais foram apresentadas: i) um quadro explicativo do processo de reestruturação produtiva, resgatando suas origens; e, ii) o debate em torno do papel do trabalho na sociedade contemporânea.

1.1. O processo de reestruturação produtiva

As transformações no mundo do trabalho foram intensificadas a partir da segunda metade do século XX, permeadas por fenômenos como globalização, alteração nos padrões tecnológicos e de produção e configuração de políticas neoliberais. Essas transformações acarretam mudanças nas organizações, nas relações econômicas, sociais e políticas. No contexto organizacional, evidenciam-se as modificações nos processos de produção e gestão da força de trabalho. No âmbito social, as novas condições influenciam a oferta e natureza contratual dos empregos, bem como as qualificações requeridas dos trabalhadores.

O processo de reestruturação produtiva pode ser caracterizado como um processo de alteração nos padrões de produção e relações de trabalho intensificado a partir de 1970, como reação do sistema capitalista à crise de um padrão de trabalho e da superprodução de capital. Esse processo é constituído de transformações tecnológicas, novos modelos de gestão e produção e de novas formas de utilização da força de trabalho (Hirata, 1997).

Podem ser citadas três fases históricas demarcadas por transformações no sistema capitalista: o período da Primeira Revolução Industrial e Tecnológica, compreendendo o período entre o final do século XVIII e início do XIX; o período da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, compreendendo o período entre o final do século XIX e início do século XX; e a chamada Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (Castells, 1999), iniciada a partir da

segunda metade do século XX, a qual caracteriza o início do processo de reestruturação produtiva .

A Primeira Revolução Industrial e Tecnológica foi caracterizada pelo desenvolvimento das unidades produtivas, fundamentalmente familiares e pelo surgimento das instituições representantes de interesses dos trabalhadores. A indústria e a agricultura, que até o século XVIII funcionavam em bases artesanais e manufatureiras, iniciaram o processo de mecanização. Trata-se da etapa industrial da maquinofatura, determinando a utilização de máquinas em substituição às ferramentas, utilizadas até então. Um aspecto importante desse período é a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Também os movimentos sociais começaram a ganhar força, correspondendo à ideologia da massa de trabalhadores industriais do século XIX.

Na Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, observaram-se o surgimento da energia elétrica, o amplo desenvolvimento industrial e o aparecimento de grandes empresas com *locus* concentrado de trabalho, possibilitando o fortalecimento dos “sindicatos gerais”. Nesse período, prevalecem relações de trabalho baseadas no contrato formal e no trabalho assalariado. A divisão rígida e especializada das tarefas e o foco na produção em massa de produtos padronizados caracterizavam o sistema de organização da produção, denominado sistema fordista de produção ou, simplesmente, fordismo (Pochmann, 1999).

Além disso, no final do século XIX, foram lançadas as primeiras bases de construção dos chamados Estados de Bem-Estar Social, um modelo de sociedade estabelecido no início do século XX, originado na Europa. Nesse modelo, predominou a associação de proteção social, trabalho e cidadania⁶, com

⁶ Neste trabalho, entende-se cidadania a partir do conceito de democracia de Touraine (1996). Esse autor acredita que por meio do exercício da democracia, tem-se as condições para o exercício da cidadania. Pela cidadania o sujeito encontra as condições para controlar seu meio ambiente e ampliar seu espaço de liberdade e responsabilidade.

o objetivo de mediar as relações entre o capital e o trabalho pelo Estado. Emergiram as regulações coletivas, opondo-se à estrita relação contratual privada de compra e venda de força de trabalho no mercado. Essa relação contratual, inscrita nos moldes do contrato de trabalho assalariado de cunho liberal, tornou-se a relação de trabalho típica do capitalismo moderno (Offe, 1999).

No final do século XX, destacou-se um novo padrão de acumulação capitalista, alternativo ao fordismo, advindo de transformações nos planos econômico, político e social. Desde a década de 1970, proliferaram conceitos como a globalização, a mundialização, a internacionalização das economias, entre outros. Esses seriam os principais conceitos empregados para explicar as transformações no padrão de produção, com base no acirramento da competição entre organizações de diversos países (Harvey, 1996; Pochmann, 1999). No Brasil, o processo de globalização teve início com a abertura do mercado interno, promovida pelo Governo Collor desde 1990.

Singer (1999) aponta a destruição dos oligopólios, ocasionada pelo acirramento da competitividade internacional, como uma das razões para a crise do modelo fordista e das relações de trabalho inscritas nesse modelo. Para o autor, isso ocorreu na medida em que os mercados de atuação dos oligopólios - que forneciam a maior parte do emprego formal e tinham uma situação de poder repassar, com muita facilidade, os custos trabalhistas suplementares aos preços dos produtos - ficaram competitivos e reduziram custos, terceirizaram⁷ e substituíram o trabalho formal por vários tipos de relações informais.

Além da globalização e do aumento da competitividade, um outro fator, de cunho político, contribui para a compreensão das transformações

⁷ Processo decorrente da filosofia da qualidade total. A terceirização ocorre quando uma operação interna da organização é transferida para outra empresa que consiga fazê-la com qualidade superior, no sentido de melhorar a qualidade e reduzir os custos (Juran, 1989)

desencadeadas na esfera do trabalho/trata-se das políticas neoliberais. No final do século XX, as políticas neoliberais contribuíram para a destruição dos pilares da sociedade do período *fordista*. Os países têm feito reformas em diversos setores, revelando o novo papel do Estado na sociedade. A desregulamentação financeira também faz parte desse quadro, a volatilidade do capital financeiro e seu poder de transferência propiciam a entrada de empresas estrangeiras em vários países.

No Brasil, por exemplo, os incentivos dos governos locais para a entrada dessas empresas engendram um processo de instalação, voltado para os benefícios fiscais. Ao fim dos incentivos oferecidos pelos governos, a tendência é de que tais empresas “fechem as portas” e transfiram-se para locais mais atrativos, deixando um grande número de desempregados. O fato é que há uma reorientação do papel do estado, o qual se encontra cada vez mais limitado, principalmente do ponto de vista de políticas públicas (Pochmann, 1999; Singer, 1999).

Os avanços tecnológicos também compõem o quadro da reestruturação produtiva. Nas organizações, as transformações tecnológicas podem afetar tanto o nível da produção quanto o nível gerencial, ao introduzirem novos padrões de gestão. Exemplos clássicos de diversas formas de reorganização da produção e do trabalho são apresentados e discutidos por Hirata (1993), entre eles o modelo japonês de produção.

O modelo japonês é um termo designado para descrever padrões de gestão da produção e da força de trabalho que divergem do modelo fordista em várias acepções. Esse modelo é também conhecido como modelo de especialização flexível ou toyotismo (Piore & Sabeel, 1984). Trata-se não apenas de novas formas de arranjos produtivos, mas de uma “*outra maneira de pensar a divisão do trabalho e uma concepção renovada do lugar do sujeito na organização*” (Hirata, 1997, p. 24).

Entre as características desse modelo, pode-se particularizar a divisão social do trabalho, baseada na não-alocação do trabalhador a um posto de trabalho específico, privilegiando a rotação de tarefas. Esse novo conceito de produção implica uma lógica de utilização da força de trabalho alternativa ao sistema fordista, o qual se baseava na utilização de trabalhadores em massa e desqualificados. O modelo flexível é baseado na divisão menos acentuada do trabalho, na integração de funções, no maior impulso para a qualificação da mão-de-obra direta e no privilégio para a qualidade. Outros desdobramentos desse modelo são a linha de demarcação mais difusa entre a direção e a execução das tarefas e a implantação de um conjunto de técnicas e métodos de organização do trabalho, tais como: *Jus-in-Time*⁸, os Círculos de Controle de Qualidade⁹, entre outros (Hirata, 1997; Harvey, 1996).

Contudo, existem evidências das diferenças do desenvolvimento do processo de reestruturação, quais sejam o contexto e as condições nas quais estejam se desenvolvendo (Fleury, 1997). No caso dos padrões de produção e trabalho, a forma como os modelos são implementados nas organizações e suas conseqüências não se dão de forma homogênea, como por exemplo, em diversos países, mesmo pertencentes a um mesmo grupo (de primeiro mundo ou de terceiro mundo) (Gitahy, 1994; HIRATA, 1997).

Lombardi (1997) considera a implantação das novas técnicas de produção e trabalho no Brasil, conservadora, à medida que o trabalho real continua tendo uma prescrição individual, via roteiros de fabricação, e a “polivalência” é entendida como multitarefa. Para a autora, a polivalência seria requisição de maiores conhecimentos quanto a fatores relacionados (ou não) à

⁸ O sistema *Just-in-Time* significa produzir o necessário, na quantidade necessária e no tempo necessário para reduzir ociosidades (Faria, 2004).

⁹ Os Círculos de Controle de Qualidade são grupos de trabalhadores que se reúnem para analisar problemas da qualidade de produtos e propor soluções e sugestões de melhoria para os produtos e processos (Faria, 2004).

tarefa realizada, por exemplo, maior habilidade para lidar com a mudança, conhecimentos técnicos diversos, etc. Por outro lado, “*a multitarefa apenas acrescenta um novo rol de tarefas às que o trabalhador já fazia. Trata-se, na maioria das vezes, de uma redistribuição de funções para os empregados*” (Lombardi, 1997, p. 14). Segundo a mesma autora, no Brasil, as práticas fordistas, como as linhas de montagem tradicionais, continuam em vigor, coexistindo com os *Just-in-Time* e as células de produção.

Existem mudanças na própria configuração das empresas. A formação das redes organizacionais, por exemplo, é apontada por Castells (1999) como um processo próprio de uma “sociedade informacionista e pós-industrialista”. O autor advoga que se trata de um processo de descentralização das grandes empresas tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas. Esse processo seria uma resposta natural à revolução tecnológica e ao acirramento da competitividade. Sendo assim, pode-se dizer que a grande empresa capitalista clássica daria lugar às empresas descentralizadas, tornando-se menores, porém, criando uma rede de pequenas e médias empresas filiadas, subcontratadas. Essas empregariam um número cada vez menor de trabalhadores, em trabalhos cada vez mais precários (Castells, 1999; Singer, 1999).

A precarização do trabalho é um tema que vem sendo abordado sob diferentes perspectivas. Baltar & Proni (1996) verificam que, para grande parte do emprego formal no Brasil, o vínculo de trabalho tem curta duração, transformando o trabalhador brasileiro em trabalhador temporário. Os autores também constataram o crescimento do trabalho informal, interpretado como um “*indício de maior desagregação da estrutura socioeconômica nas regiões mais desenvolvidas do país.*” (Baltar & Proni, 1996, p. 141). Entre as relações informais de trabalho, Singer (1999) aponta a compra de serviços como a relação predominante. Além disso, pode-se citar a elevação do trabalho

doméstico e autônomo, sobretudo, os vendedores ambulantes, biscateiros, lavadores de carro, etc.

Com o acirramento da competitividade, o novo modelo de organização do trabalho implicou no declínio da influência dos movimentos de trabalhadores, na profissionalização cada vez maior das relações de trabalho, na incorporação de elevada proporção de mulheres em condições precárias de trabalho, na elevação do setor de serviços e trabalhos autônomos e na precarização das condições de trabalho (Castells, 1999; Hirata & Humphrey, 1989; Offe, 1999).

Além do quadro de precarização, o desemprego é um fenômeno crescente no contexto da reestruturação produtiva. Por um lado, os avanços tecnológicos, o processo de automação nas organizações e o conseqüente aumento da produtividade contribuem para a redução nos postos de trabalho. Por outro, as exigências impostas pelo mercado de trabalho à qualificação profissional, bem como o novo perfil requerido do trabalhador, dificultam as condições de acesso ao mercado de trabalho para uma grande parcela da sociedade. Essa seria relegada para uma periferia “desqualificada”, recorrendo ao trabalho precário e informal (Tumolo, 2001).

As relações contratuais flexíveis e o desemprego estrutural refletem um contexto de instabilidade e insegurança do ponto de vista do trabalho. Pochmann (1999) afirma que essa insegurança diz respeito à possibilidade de emprego, ocupação, renda e condições futuras de inserção na sociedade, características gerais do final do século XX.

Com isso, observa-se que, no período caracterizado como *fordismo*, os trabalhadores contavam com a proteção social do Estado concomitante às relações de trabalho assalariadas, legitimadas por um contrato formal e rígido. O contrato de trabalho, na sua forma clássica, estipula que o trabalhador apareça no local de trabalho, obedeça ordens regulares de supervisores e receba

compensação monetária. Esse contrato caracterizou a relação de trabalho padrão ou formal que marcou o período fordista (Singer, 1999).

A relação de trabalho no modelo *fordista* garantia ao trabalhador uma rede de seguros reforçada por movimentos operários, como o sindicalismo. Nota-se que o trabalho ocupava um papel central na sociedade capitalista moderna. Com isso, a concepção de trabalho, nos padrões fordista de produção, adquiriu a conotação de “elemento integrador da sociedade”, ou seja, o trabalho permitia aos trabalhadores engendram ou reforçarem os laços sociais (Enriquez, 1999). Além disso, os trabalhadores passaram à condição de seres dotados de direitos civis, políticos e sociais, adquiridos por meio de lutas sociais e sindicais. A figura do trabalhador tornou-se central na sociedade moderna:

“A produção em estilo fordista passou a ser vista como a quintessência do desenvolvimento industrial (...). A relação salarial seria, então, o ponto de referência central por intermédio do qual todos os demais aspectos da sociedade – política, cultura, sistemas cognitivos, família, religião, dentre outros – deveriam ser reduzidos” (Sorj, 2000b, p. 3).

A crise nesse modelo de relação de trabalho engendra novas formas de inserção do trabalhador na esfera social. Diante desse cenário, é válida a discussão acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea.

1.2. O debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea

O papel do trabalho na sociedade contemporânea tem sido o foco de discussão em diversas áreas do conhecimento, desde a crise das relações de trabalho advinda principalmente do processo de reestruturação produtiva. Nesta seção, é apresentado o papel do trabalho segundo posicionamentos que remetem à centralidade do trabalho na sociedade como elemento de integração social (Castel, 1998; Castells, 1999). E, em contrapartida, àqueles que remetem às

formas alternativas de construção dos laços sociais (Meda, 1996; Offe, 1999, 1989; Singer, 1999).

Meda (1996) defende que, para discutir o papel do trabalho na sociedade contemporânea, é preciso atentar para as diversas conotações desse fenômeno. Essas concepções, por sua vez, são influenciadas pelos modelos de sociedade estabelecidos ao longo dos tempos. A autora apresenta, basicamente, três concepções de trabalho: como fator de produção, como liberdade criativa e como mecanismo de distribuição de renda, *status* e segurança.

No século XVIII, o trabalho era visto como a soma dos esforços individuais para a produção. Dessa forma, o indivíduo era integrado na sociedade pelo trabalho, mas não o valorizava na medida em que o trabalho não representava um espaço para o exercício da criatividade e da liberdade. Essa concepção se modifica, segundo Meda (1996), ao longo do século XIX, quando o trabalho passou a ser visto como um espaço para a realização das capacidades individuais e para o exercício da criatividade. Sob esse enfoque, o trabalho seria a base para a criação de uma ordem social mais justa, impulsionada pelas capacidades individuais. Porém, Meda (1996) ressalta que essa seria uma visão marxista, satisfeita apenas quando a humanidade viesse a produzir em condições de absoluta liberdade.

A autora prossegue com a concepção de trabalho na modernidade, a partir do estabelecimento do Estado do Bem-Estar Social. Nessa nova ordem social, o objetivo seria a neutralização dos conflitos, por meio da distribuição da riqueza pelo salário e pela proteção social. O trabalho, nessa sociedade, era visto como o principal veículo para a satisfação humana.

Por outra vertente, Castel (1998) traça um panorama histórico da constituição da “sociedade salarial” moderna, focalizando a questão social diante da crise desse modelo de sociedade. O autor apresenta as condições proletária, operária e assalariada como condições que representam a evolução das relações

entre trabalhador e trabalho e, conseqüentemente, como condições que expressam as formas de inclusão dos indivíduos na sociedade.

Na condição proletária, a situação do trabalhador era de quase exclusão do corpo social. O trabalhador recebia pela tarefa realizada e não podia exercer a posição de consumidor na sociedade. Na condição operária, o salário deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa. O trabalho assegura direitos por meio da proteção do Estado e permite participação mais ampliada na vida social. No entanto, Castel (1998) alerta para o tipo de participação que o operário exercia na sociedade, classificando como “participação na subordinação”, por meio do consumo em massa. Na sociedade salarial, ocorrem a generalização da condição de assalariado e a intervenção do Estado como regulador da economia.

Castel (1998) e Meda (1996) apresentam diferentes concepções de trabalho e, conseqüentemente, das formas de inserção na sociedade, conforme os modelos de sociedade estabelecidos a partir do século XVIII. No entanto, o argumento dos autores quanto ao papel do trabalho na sociedade contemporânea varia em função da centralidade do trabalho.

O argumento de Meda (1996) é que, na contemporaneidade, os discursos não se distinguem entre as diversas dimensões do trabalho. E o trabalho acaba sendo o sinônimo de pertença ao social. Para a autora, é preciso imaginar outras formas de construção dos laços sociais e, até mesmo, da identidade¹⁰, além do trabalho nos moldes do capitalismo moderno: “(...) *devemos nos libertar do modo tradicional de pensar que não podemos resolver nossos problemas, a não ser pelo trabalho assalariado.*” (Meda, 1996, p. 637).

¹⁰ Existem diferentes enfoques nas diferentes áreas do conhecimento sobre o conceito de identidade. Nesta pesquisa, situou-se a identidade com base em seu caráter social. Castells (2000), apud. Brito (2004), define a identidade como a fonte de significados e da experiência coletiva. Nesse sentido, a construção do significado é influenciada pela cultura. Significado é entendido como a identificação simbólica da ação social.

Diante disso, a autora propõe a redução da centralidade do trabalho na vida individual e social e o desenvolvimento de novas atividades públicas e privadas, voltadas para os relacionamentos pessoais, familiares e para a vida cultural. Esse seria o ideal normativo de uma sociedade verdadeiramente ativa, na qual o trabalhador tem acesso a uma série de atividades humanas, em que ele é capaz de se desenvolver como parte de um grupo. Dessa forma, alguns problemas, como a polarização social, a precarização do trabalho e o desemprego, poderiam ser amenizados.

Nesse sentido, Offe (1999) afirma que o trabalho não é um elemento fundamental das relações sociais, embora seja fundamental o estudo das implicações das mudanças no mundo do trabalho. Para o autor, trata-se de redirecionar o foco central da sociedade moderna e da sociologia marxista¹¹: **o trabalho**. Os elementos centrais seriam as formas de vida fora da esfera do trabalho: **a vida cotidiana**.

O pensamento de Offe (1989) se volta para uma “necessidade dos novos tempos”. A tentativa de reforçar o padrão capitalista da primeira metade do século XX e insistir na centralidade do trabalho como principal estruturante das relações sociais não é uma proposta válida para o autor. O enfoque recai sobre outras formas de coordenação social baseadas na comunidade, enfatizando o equilíbrio entre estado, mercado e comunidade como proposta para os problemas causados pelas mudanças no mundo do trabalho. O foco, entretanto, não é o trabalho em si, mas a “*mudança social como resultado combinado de tendências (históricas, econômico-sociais e culturais) e ações.*” (Offe, 1999, p. 48).

Castel (1998), em contrapartida, ressalta a importância da centralidade do trabalho e de se atentar para as mudanças nas relações de trabalho, estabelecidas com a crise da sociedade salarial, principalmente a partir do

¹¹ De fato, Marx (1983) afirma que o trabalho verdadeiramente livre na associação com os outros seria a propriedade fundamental da identidade humana.

processo de reestruturação produtiva. O autor afirma que a questão social passa a ser a exclusão. As transformações no mundo do trabalho, a partir de 1970, manifestaram-se, principalmente, na problemática do emprego e da precarização do trabalho. O contrato de trabalho por tempo indeterminado dá lugar ao contrato flexível. Por outro lado, as “baixas qualificações” fornecem os maiores contingentes de desempregados e leva à não-empregabilidade dos qualificados.

Na concepção de Castel (1998), o assalariado primeiro acampou às margens da sociedade (proletário); depois se instalou, permanecendo subordinado (operário); e, na sociedade salarial, difundiu-se definindo os atributos relacionados ao trabalho como elementos que classificam o indivíduo na sociedade. Mas, para o autor, essa centralidade é colocada em questão com a crise das relações de trabalho na contemporaneidade: “(...) *o trabalho é mais que o trabalho, e o não trabalho é mais que o desemprego*” (Castel, 1998, p. 496).

Para esse autor, a característica mais perturbadora da situação atual é o reaparecimento de um perfil de trabalhadores sem trabalho, os “inúteis para o mundo”. Nesse contexto, existem os “excluídos”, aqueles que não estão qualificados para as novas exigências em termos de trabalho e os “desfiliados”, os trabalhadores qualificados que se tornam precários.

Nesse contexto, Singer (1999) alerta para propostas alternativas de trabalho no cenário da reestruturação produtiva e adverte para a integração mercado, Estado e comunidade. Ou seja, recomenda o incentivo às fontes de ação necessárias para as parcerias sociais como o sindicalismo e o desenvolvimento do terceiro setor. Meda (1996) propõe a liberação do trabalho assalariado e capitalista. A autora defende o incremento do trabalho autônomo, do tempo livre e a diminuição do tempo de trabalho como mecanismos capazes de absorver os desempregados e trabalhadores marginalizados.

Essa é uma estratégia de combate ao desemprego, considerada por diversos governos em várias modalidades: diminuição da duração semanal do trabalho com salários menores, semana de quatro dias, passagem a um emprego de tempo parcial, etc. Entretanto, a utilização dessa estratégia poderia apresentar como consequência “*a criação e o crescimento dos empregos precários ou simplesmente a salvaguarda de empregos ameaçados de supressão*” (HIRATA, 1997, p. 34).

Castells (1999) afirma que as transformações no mundo do trabalho são os principais instrumentos que afetam a sociedade global. Para o autor, as transformações fundamentais introduzidas pelo processo de reestruturação são a individualização do trabalho e a fragmentação da sociedade. Esses fatores estariam expondo os trabalhadores à vulnerabilidade perante a empresa e à deterioração de suas condições de trabalho. O autor ainda ressalta o endurecimento da lógica capitalista desde 1980 como um fenômeno que impulsiona a polarização social.

Tumolo (2001) reforça essa idéia, afirmando que as reformas advindas do processo de reestruturação produtiva objetivam aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro na relação capital-trabalho, aumentando a produtividade do trabalho e do capital:

“As empresas capitalistas têm procurado implantar os mais variados processos de trabalho – inovações tecnológicas – articulados como novas formas de organização e gestão do trabalho, inclusive misturando características dos diversos modelos, com o objetivo de intensificar a exploração sobre a força de trabalho na medida em que conseguem conquistar as mentes e corações dos trabalhadores, neutralizando qualquer forma de organização destes.” (Tumolo, 2001, p. 81)

Essa constatação é resultado de críticas à disseminação dos modelos flexíveis de produção, visto que, as novas formas de organização do trabalho, a despeito de advogar a polivalência, o trabalho em grupo e a redução dos níveis

hierárquicos, também ampliam formas precárias e não padronizadas de trabalho. Como resultado desse quadro, tem-se a desorganização das relações de trabalho padrão, características do período *fordista*.

Este é o ponto central, na opinião de Castel (1998): o processo de precarização do trabalho como forma de deterioração das relações sociais. Sendo assim, é preciso centralizar na regulação do trabalho para reencontrar a capacidade de integrar os indivíduos na vida coletiva. Trata-se de recuperar o trabalho, não como relação técnica de produção, mas como uma forma de inserção na estrutura social, focalizando a própria natureza dos vínculos das relações sociais, bem como as conseqüências sociais do desemprego, para a compreensão da função integradora do trabalho. O trabalho, portanto, e as transformações advindas do processo de reestruturação produtiva, devem ser compreendidos considerando as particularidades contextuais e culturais da pesquisa.

Ao considerar, no estudo do fenômeno do desemprego, o cenário da reestruturação produtiva e suas implicações, como as mudanças nas relações de trabalho, justificou-se a apresentação do debate acerca do papel do trabalho na sociedade contemporânea. Levando em consideração o fato de que mudanças no mundo do trabalho devem refletir, não apenas nas organizações, mas também no âmbito das relações sociais, acredita-se que o debate acerca da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea é de extrema importância para esta pesquisa.

Portanto, as novas configurações do trabalho devem ser analisadas como circunscritas em um contexto econômico, político, social e cultural. Compreender essas transformações significa expandir o foco de análise dos processos de trabalho para além das implicações sociais advindas da reestruturação, como, por exemplo, o reflexo nas práticas de emprego, nas

condições de empregabilidade e no aumento do desemprego. Acredita-se que atentando para a relação entre a subjetividade e o desemprego, e privilegiando o desempregado como construtor dessa realidade, com esta pesquisa serão fornecidos subsídios para uma melhor compreensão do fenômeno do desemprego.

2. SUBJETIVIDADE E DESEMPREGO

A subjetividade é um tema discutido no campo da filosofia, da sociologia e da psicologia. No campo da psicologia, a subjetividade é tradicionalmente discutida sob uma perspectiva que varia da noção comportamentalista¹², para uma concepção psicanalítica, baseada na psicologia freudiana, privilegiando o estudo dos sentidos na história individual.

Na contemporaneidade, assiste-se a novas concepções acerca da subjetividade humana. Emergem as concepções interativas, ditas não-dualistas, considerando a interação social e o contexto histórico-cultural como elementos estruturantes da subjetividade. Nesse contexto, o indivíduo não é dado biologicamente por sua *psique* pura, mas inserido em um meio social. A subjetividade, portanto, pode ser entendida como uma forma peculiar por meio da qual o indivíduo vincula-se com o contexto social (Vygotsky, 2000).

No cenário brasileiro, a subjetividade e os “modos de subjetivação” têm sido o foco de análise de autores como DaMatta (1990) e Figueiredo (1995). Esses, por sua vez, analisam a inserção da sociedade brasileira na modernidade e o seu posterior desenvolvimento na contemporaneidade como forma de interpretar os modos de formação das subjetividades. Os autores apresentam uma sociedade em que a subjetividade é constituída, ora por padrões tradicionais, como o clientelismo, ora por elementos contemporâneos que remetem à impessoalidade.

Na esfera do trabalho, a maioria dos estudos concentra-se na dimensão agregada dos efeitos do desemprego, focalizando os problemas sociais, econômicos e políticos que o desemprego acarreta para a sociedade. Por outro

¹² Corrente psicológica difundida, a partir do século XX, nos Estados Unidos, e baseada no estudo do comportamento humano por meio de pesquisas experimentais (Ferreira, 2000).

lado, existem algumas pesquisas que focalizam o fenômeno do desemprego e os aspectos da subjetividade, relacionados, porém, a aspectos mentais e comportamentais da perda do emprego (Bartley, 1994; Caldas, 2000a, 2000b; Jahoda, 1982; Nardi et al., 2000; Warr, 1987).

Considerando a subjetividade como um conceito interdisciplinar que assume diferentes significados de acordo com a postura teórica e epistemológica adotada, acredita-se que os modos de construção da subjetividade, considerando as particularidades do contexto brasileiro, podem auxiliar na compreensão do fenômeno do desemprego.

Este capítulo subdivide-se em três seções, por meio das quais pretende-se: i) traçar brevemente um quadro de discussão acerca do conceito de subjetividade; ii) destacar algumas categorias de subjetividade moderna no cenário brasileiro; e, iii) apresentar alguns estudos acerca do desemprego relacionado, de alguma forma, a dimensões subjetivas.

2.1. Dimensões contemporâneas da subjetividade

Nesta seção, pretende-se destacar, considerando-se as concepções de Vygotsky (2000), Guattari (2004;1994) e Foucault (2004a), algumas sistematizações teóricas acerca da subjetividade que parecem adequadas às concepções teórico-metodológicas desta pesquisa.

Na contemporaneidade, à medida que contexto, história, relações e lugares sociais são continuamente transformados, como resultado da atividade dos próprios sujeitos, ressalta-se o caráter complexo de entender a subjetividade. Compreender essa subjetividade na contemporaneidade requer o olhar para o interior (o sujeito) e para o exterior (a sociedade). Esse fato reforça a necessidade de focalizar a dimensão de processo e movimento permanente, tanto no que se conclui, quanto na forma como as análises são tecidas, reconhecendo, ao mesmo tempo, o caráter central e periférico do sujeito social.

Vygotsky (2000) procura compreender a gênese da subjetividade, incorporando os níveis biológico, psicológico, antropológico, histórico e, essencialmente, cultural. Os trabalhos do autor partem de uma concepção de sujeito psíquico até uma concepção de sujeito como “*um agregado de relações sociais encarnadas no indivíduo*” (Vygotsky, 2000, p. 33). Essa concepção de sujeito justifica-se pela importância que Vygotsky atribui à dimensão social e histórica do funcionamento psicológico e à interação social na construção do ser humano. Nessa perspectiva, o conceito de subjetividade é ressignificado. O sujeito existe pois está inserido em um contexto social, e os contextos, por sua vez, resultam da ação destes sujeitos.

Para Vygotsky (2000), o processo de constituição da subjetividade inicia-se com a percepção interna e externa dos sujeitos, baseada nas experiências pessoais. O autor afirma que, no momento de organização e reelaboração dessas experiências, deve-se levar em consideração a vida em sociedade e a cultura como um produto da vida e da atividade social. Sendo assim, trata-se de uma abordagem histórico-cultural da constituição da subjetividade.

Guattari (1994) define a subjetividade como sendo, ao mesmo tempo, emergente e singular às tramas de relações sociais. O autor utiliza a expressão “produção de subjetividade” como base para a evolução das forças estruturais (econômicas, sociais e culturais). Dessa forma, a subjetividade guarda uma relação de produto e produtora, reconhecida como um sistema aberto ao mundo e em constante estruturação. Para Guattari (1994, p. 19), subjetividade é o “*conjunto de condições que torna possível que instâncias próprias do indivíduo estejam em posição de emergir*”.

Guattari (2004) discute a concepção de ecologia como composta de três elementos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade. O autor coloca em questão a maneira de viver no planeta, no contexto das mudanças técnico-

científicas, e centraliza, nesse contexto, o trabalho, o desemprego e a subjetividade. Guattari (2004) defende que a relação da subjetividade com sua exterioridade social, animal, vegetal ou cósmica, delimitaria a própria produção dessa subjetividade e, conseqüentemente, a produção das relações sociais. A produção da subjetividade, portanto, não está centrada nos sujeitos em si mesmos, mas nos mecanismos de expressão estrutural, como os sistemas econômico, social e cultural; e, nos mecanismos psíquicos, como os sistemas de percepção, valor, biológico, etc (Guattari, 1994).

A subjetividade construída socialmente está intimamente relacionada, na concepção de Foucault (2004a), às relações de força estabelecidas na sociedade, manifestadas por meio da linguagem. Para esse autor, o exercício do poder não seria privilégio apenas dos grupos dominantes, mas seria difuso, perpassando diversos espaços sociais, permeando as linguagens, as *práticas discursivas*¹³, responsáveis, muitas vezes, pela própria constituição da subjetividade. Sendo assim, a subjetividade está centrada na linguagem em curso, não podendo ser considerada apenas como elemento interior a um sujeito.

Foucault (2004a) descreve o saber como uma arqueologia das práticas, manifestadas por meio da linguagem, dos discursos. A subjetividade, nesse sentido, não é considerada manifestação inerente ao sujeito em si. O autor não relaciona o discurso diretamente a uma subjetividade, mas, remete-a às posições e às funções que os sujeitos ocupam em uma diversidade discursiva, ou seja, a subjetividade está diretamente relacionada aos jogos de poder estabelecidos na linguagem, para a busca do conhecimento, da verdade. Para o autor, essa busca implica “escolhas” por parte dos sujeitos e, portanto, liberdades que só poderiam ser compreendidas por meio da subjetividade:

¹³ Neste trabalho, utilizou-se o conceito foucaultiano de práticas discursivas. Apresenta-se esse conceito no capítulo 3.

“As positivities que tentei estabelecer não devem ser compreendidas como um conjunto de determinações que se impõem do exterior ao pensamento dos indivíduos, ou que mora em seu interior como que antecipadamente; elas constituem o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a enunciados parcial ou totalmente novos, segundo as quais, enfim, ela pode ser modificada.” (Foucault, 2004a, p. 234).

A subjetividade, portanto, não é apenas um elemento interior a um sujeito, partindo das características do inconsciente, mas um microfenômeno de análise, o qual pode se manifestar tanto psicologicamente quanto por meio da linguagem:

“[...] é possível sugerir que a caracterização mais interessante da análise micro da subjetividade está numa forma de conhecer que é orientada para minúcias, detalhes e ocorrências residuais, como indícios, pistas, signos de aspectos relevantes de um processo em curso; que eleger episódios típicos ou atípicos (não apenas situações prototípicas) que permitem interpretar o fenômeno de interesse; que é centrada no funcionamento enunciativo-discursivo dos sujeitos” (Góes, 2000, p. 13).

Observa-se, ressaltando as particularidades das sistematizações teóricas de cada autor, que Vygotsky, Guattari e Foucault concebem a importância da inserção do sujeito em um mundo social no qual ele constitui sua subjetividade, conferindo a ela um caráter de construção social, definida histórica e culturalmente, e que pode se expressar no momento da interação e da linguagem em curso. Destaca-se a importância do resgate de uma concepção de subjetividade, principalmente no campo da psicologia, enfatizando a tendência de produção social da realidade, não deixando de destacar os aspectos inconscientes implicados também nos grupos sociais.

Ferreira (2000) ressalta que falar do indivíduo como algo isolado constitui a abstração da própria realidade subjetiva. Para essa autora, existe um

movimento dialético entre indivíduo e sociedade e os indivíduos, ao se relacionarem, produziram a subjetividade e a sociedade como um todo.

Nessa dimensão da subjetividade, sublinha-se a importância do elo linguagem-subjetividade, capaz de elucidar um modo de pensar a subjetividade, no qual a linguagem exerce papel central à medida que, articulada às práticas, instaura realidades e, entre elas, as formas subjetivas.

Ao considerar a importância do elemento social no processo de subjetivação, incita-se a discussão de algumas formas de subjetividade inerentes à modernidade e, mais precisamente, das maneiras como tais subjetividades articulam-se no contexto brasileiro. Dessa forma, é possível investigar e analisar a produção de sentidos, tendo em conta as particularidades das formas de agir e pensar na sociedade brasileira (subjetividade), não deixando, contudo, de considerar as minuciosidades de cada sujeito envolvido na pesquisa. Portanto, advoga-se um breve resgate das formas de manifestações subjetivas no cenário brasileiro.

2.2. Manifestações brasileiras da subjetividade

Optou-se por tratar a construção da subjetividade particularizando a noção de individualismo desenvolvida por Dumont (1985) e, posteriormente, pelos estudos de DaMatta (1990) e Figueiredo (1995), em diálogo com o primeiro, considerando especificamente o cenário brasileiro. Não é pretensão esgotar, nesta seção, as discussões a respeito do tema da subjetividade no Brasil, mas, a partir do recorte proposto, traçar algumas características que permeiam a construção subjetiva do brasileiro, as quais podem se relacionar aos sentidos produzidos por ele.

Dumont (1985) apresenta um estudo acerca do desenvolvimento do conceito moderno de indivíduo. O autor apresenta a noção de individualismo que seria um valor próprio das sociedades ocidentais modernas. Para Dumont

(1985), a primazia do indivíduo constitui o cerne da herança judaico-cristã, que trata da afirmação do indivíduo nas sociedades ocidentais modernas, da busca da liberdade, da propriedade privada, da limitação do poder do Estado, enfim, da afirmação do indivíduo perante a sociedade.

O conceito de *individualismo*, no qual repousa a figura do indivíduo moderno ocidental, é desenvolvido em oposição ao conceito de *holismo*¹⁴, abarcando a idéia de indivíduo tradicional, aquele que se encontra na sociedade como um todo, imerso em uma hierarquia de valores sociais.

Admite-se que o conceito que permeia a sociedade ocidental, o individualismo, remonta a uma época remota. Dumont (1985) cita o mundo helenístico como um mundo já impregnado da concepção individualista que, posteriormente, veio a ser retomada pelo cristianismo, expresso na crença da fraternidade do amor em Cristo e por Cristo e na igualdade de todos. Mas, o problema ressaltado por Dumont (1985) é, principalmente, o problema da origem do individualismo. O autor se pergunta como, a partir do tipo geral das sociedades (*holistas*), pôde se desenvolver o tipo de sociedade individualista. Ele próprio conclui, com base na observação da sociedade indiana, que, em sociedades tradicionais, o individualismo aparece como uma reação, uma forma de oposição a essa sociedade:

“[...] a sociedade impõe (...) a instituição da renúncia (...) O homem que busca a verdade última abandona a vida social e suas restrições para consagrar-se ao seu progresso e destino próprios. O renunciante basta-se a si mesmo. O pensamento dele é semelhante ao do indivíduo moderno, mas com uma diferença essencial: nós vivemos no mundo

¹⁴ O conceito de holismo é utilizado pelo autor como oposição ao conceito de sociedade individualista, moderna. Para Dumont (1992), esse sistema é característico de sociedades tradicionais, hierárquicas e organizadas em castas (como é o caso da Índia). O autor afirma que, na sociedade tradicional, o foco incide sobre a sociedade em seu conjunto, como homem coletivo; o ideal define-se pela organização da sociedade em vista de seus fins.

social, ele vive fora deste. Foi por isso que chamei ao renunciante indiano um “indivíduo-fora-do-mundo” (Dumont, 1985, p. 38)

Tem-se, portanto, um contraste entre o indivíduo moderno ocidental e o indivíduo tradicional. O primeiro caracteriza-se por um indivíduo que constitui valor supremo; suas regras pessoais movem sua existência e a sociedade trabalha a seu serviço: *indivíduos-no-mundo*. O segundo, o indivíduo tradicional, é aquele que pensa no todo e considera a hierarquia de valores institucionalizada em sua sociedade: *o homo hierarchicus* (Dumont, 1992). O *indivíduo-fora-do-mundo* é aquele renunciante das formas tradicionais e hierarquizadas da sociedade. Com isso, o autor ressalta que o individualismo só pode aparecer em uma sociedade tradicional sob a forma de *indivíduo-fora-do-mundo*.

Em face das considerações traçadas, é relevante apresentar duas acepções do termo indivíduo para Dumont (1985). A primeira é a noção de um sujeito empírico, “*um objeto fora de nós*” (Dumont, 1985, p. 37). Analiticamente, trata-se de um sujeito que fala, pensa e deseja. A segunda concepção é a do ser moral, independente e autônomo. Quando o indivíduo constitui o valor supremo, configura-se, então, o individualismo. Para Dumont (1985, p. 109): “*A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão adotada pela Assembléia Constituinte no verão de 1789 marca, num sentido, o triunfo do Indivíduo.*”

Ainda segundo esse autor, com o surgimento do Estado moderno, extingue-se a harmonia universal do todo com Deus. Nessa concepção, o indivíduo é um ser autônomo, integrante de uma comunidade que forma o Estado, tornando-o o poder supremo. A idéia de individualismo opõe-se ao nacionalismo sem explicação, mas, vincula-se a esse como valor, pois a nação é um tipo de sociedade correspondente ao individualismo; portanto, pode-se dizer que a nação é um tipo de sociedade composta de indivíduos.

As idéias de Dumont (1985) são retomadas por DaMatta (1990) e Figueiredo (1995), na tentativa de interpretar as formas de subjetividade inseridas na sociedade brasileira. DaMatta (1990) ressalta que a noção de indivíduo (social, *no mundo*) desenvolvida por Dumont pode ser posta em contraste com a idéia de pessoa como construção social. E, com base nesse paralelo, o autor revela a dialética da construção da subjetividade no universo brasileiro como um contexto no qual os sujeitos articulam suas ações transitando entre manifestações autoritárias e hierárquicas (atribuídas ao mundo da rua), e harmônicas e democráticas (atribuídas ao mundo da casa). Para o autor, o Brasil é uma sociedade que convive com um paradoxo, já que opera em dois níveis de subjetividade: uma constituição de subjetividade considerada tradicional e hierarquizada, e um modo mais “individualizado” e impessoal. Trata-se de oposições entre o

“[...] pessoal e o impessoal, o público e o privado, o anônimo e o conhecido, o universal e o biográfico. Tudo, como vimos, conduzindo à descoberta de que, no sistema brasileiro, é básica a distinção entre o indivíduo e a pessoa como duas formas de conceber o universo social e nele agir.” (DaMatta, 1990, p. 178)

Dessa forma, o autor articula a noção de indivíduo, vinculado ao conceito de individualismo e igualitarismo e a noção de pessoa¹⁵. Sob esse aspecto, evidencia-se o pólo social, ou seja, o indivíduo imerso na sociedade e ligado aos valores familiares, religiosos, dentre outros, correspondendo à noção de **pessoa** *“[...] como entidade capaz de remeter ao todo, e não mais à unidade, e ainda como elemento básico através do qual se cristalizam relações essenciais e complementares do universo social”* (DaMatta, 1990, p. 182).

¹⁵ DaMatta (1990) trata a pessoa como um ponto de encontro entre a noção de indivíduo psicológico e unidade social, como a noção de personagem “protegido” por um sistema de relações.

Com essa articulação, o autor pretende demonstrar que ambas as noções seriam “manifestações subjetivas” inerentes ao mundo social brasileiro. Essa dialética torna-se evidente, principalmente, pela recorrência a posições de *status* em momentos de conflitos (âmbito da rua). A expressão: “*Você sabe com quem está falando*” é uma evidência desse processo. Para DaMatta (1990), por meio dessa expressão, confrontam-se o igualitarismo individualista e o esqueleto hierarquizante, presentes na sociedade brasileira. Por um lado, tem-se a exigência da prática da lei (o indivíduo que reclama seus “direitos”). Por outro, tem-se o apelo para a dimensão relacional e pessoal como forma de autoritarismo (aquele que pergunta: você sabe com quem está falando?). O autor afirma que esse traço da sociedade brasileira comporta um aspecto escondido e latente, pois remete a vertentes, muitas vezes, indesejáveis da cultura brasileira.

A respeito dessa vertente, Martins (1994) discute algumas características da cultura brasileira, baseado na história dessa sociedade. O autor aponta para diversos aspectos culturais, articulação de interesses, na sociedade brasileira, entre o patrimônio público e o patrimônio privado, *o patrimonialismo*. Para o autor, essa tem sido a base pela qual essa relação foi dando lugar a procedimentos classificados como corruptos. Outras características culturais apontadas referem-se ao “modelo familiar” prevalecente no Brasil: *o paternalismo*. Essas relações são representadas nos grupos de interesses e coalizões que favorecem o cultivo do “padrinho” na sociedade brasileira. Dessa forma, a sociedade brasileira tenderia a ser mais *nepotista* no provimento de cargos ou de lugares nas organizações e no mercado de trabalho em geral (DaMatta, 1990).

Nota-se, então, a apropriação do conceito de individualismo desenvolvido por Dumont no estudo de DaMatta (1990), ressaltando que esse último coloca em paralelo à noção de indivíduo a noção de pessoa e revela que, em uma sociedade como a brasileira, a pessoa é soberana. Esse é um enfoque

que remete ao código moral, ao misticismo, à caridade e à bondade, como demonstra Figueiredo (1995) baseando-se na leitura de DaMatta:

“Em geral, o panorama apresentado é o de uma duplicidade complementar; porém, ao que se depreende ao cabo das análises, a “realidade social” acaba sendo muito mais a do contexto relacional – a sociedade composta de pessoas – do que o contexto individualista – a Nação governada por um Estado e constituída por indivíduos submetidos à impessoalidade da lei.” (Figueiredo, 1995, p. 44).

Contudo, DaMatta (1990) reconhece que a vertente individualizante também existe no contexto brasileiro: o aparato legal. E complementa que talvez essa seja a sua maior contribuição, ressaltando que, no Brasil, as leis são utilizadas em função de interesses, muitas vezes, particulares (da pessoa): *“a lei universalizante e igualitária é utilizada para servir como um elemento fundamental da sujeição e diferenciação política e social (...) as leis só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas”* (DaMatta, 1990, p. 194).

Figueiredo (1995), por sua vez, amplia as categorias gerais de subjetividade moderna (indivíduo e pessoa) no cenário brasileiro e apresenta uma reflexão sobre os modos de subjetivação no Brasil contemporâneo. O autor também se apóia na divisão realizada por Dumont (1985) entre o *holismo* e o *individualismo* e afirma que, ao sistema holista, corresponde a idéia de indivíduo como pessoa; e, ao sistema individualista, a idéia de indivíduo como mero indivíduo ou como sujeito (em um nível idealista). Dessa forma, Figueiredo (1995) relaciona ao sistema individualista duas formas de individualização: o mero indivíduo e o sujeito. Além disso, ressalta que essas formas também podem ocorrer em contextos relacionais como forma de sobrevivência. Porém, quando esses “indivíduos” encarnam os valores dos grupos para a sua sobrevivência, tornam-se entidades posicionais (usam máscaras) e incorporam a pessoa como forma de subjetividade.

As categorias *sujeito* e *mero indivíduo*, desenvolvidas por Figueiredo (1995), fundamentam-se, principalmente, em uma crítica direcionada ao trabalho de Dumont (1985). Figueiredo (1995) aponta a inexistência de uma distinção entre independência e autonomia em Dumont e, para suprir essa lacuna, recorre aos conceitos de liberdade negativa e liberdade positiva. O primeiro conceito refere-se à mera ausência de vínculos, ao passo que o segundo é caracterizado pela capacidade do ser humano de gerar leis e viver sob o império delas. O mero indivíduo é aquele “indivíduo” que apenas conquistou sua liberdade, mas, grosso modo, não sabe o que fazer com ela (escravo liberto). O sujeito, portanto, é aquele que ascende à condição de indivíduo autônomo e realiza sua liberdade positiva:

“O sujeito, verdadeiro sub-jectum, no sentido próprio do que subjaz, deve constituir-se como fundamento para que o mundo da modernidade se torne um mundo habitável e, principalmente, administrável, controlável, previsível (...) É preciso exigir de si mesmo uma completa autonomia” (Figueiredo, 1995, p. 32).

Segundo Figueiredo (1995), podem existir várias pessoas e vários meros indivíduos em uma sociedade, visto que as pessoas compartilham e se utilizam das formas relacionais de proteção e convivência de diversas maneiras. O mesmo ocorre com os meros indivíduos, os quais se encontram, em diferentes níveis ou aspectos, submetidos a uma precária independência e formas autoritárias de controle. Entretanto, só pode existir um sujeito na concepção de Figueiredo (1995), pois, ao conquistar sua autonomia, o sujeito revela-se sob uma mesma dimensão em toda a sociedade.

Esse autor afirma que os meros indivíduos podem estar abertos à personalização ou ao assujeitamento e, nesse ponto, o autor concorda com DaMatta (1990), ilustrando o caminho da duplicidade e dos laços que mantêm as partes que compõem o Brasil unidas em uma relação de antagonismo e complementaridade. Figueiredo (1995) descobre, no trabalho de DaMatta

(1990), uma insinuação quanto a uma terceira possibilidade de subjetividade: a do brasileiro que não se submete à forma individualista ou à forma tradicional (pessoa) para agir em sociedade. Em contrapartida, o brasileiro se utiliza dessas formas de acordo com seus interesses (oportunistas).

As formas de manifestações subjetivas, portanto, são influenciadas pelo contexto social e cultural. Ao tratar do fenômeno do desemprego e suas manifestações na subjetividade do desempregado, deve-se atentar para as particularidades do cenário brasileiro. Além disso, julga-se importante avaliar outros trabalhos que, de alguma forma, tratam o desemprego relacionado à subjetividade.

2.3. Subjetividade trabalho e desemprego

De maneira geral, o tema do trabalho e do desemprego na sociedade contemporânea tem sido relacionado, em diversas pesquisas, com aspectos subjetivos da perda do emprego (Caldas, 2000a,b; Jahoda, 1982).

Em alguns trabalhos, propõe-se a análise da dimensão subjetiva do desemprego, focalizando as implicações para o desempregado (Caldas, 2000a; Fryer & Payne, 1988). *“Parece natural que a demissão afete mais o indivíduo desligado do que qualquer outro envolvido.”* (Caldas, 2000a, p. 2). Esse autor discute a perda do emprego, e seus efeitos subjetivos no contexto brasileiro, partindo do sentido do próprio trabalho para o sujeito. Em sua pesquisa, Caldas (2000a) apresenta algumas dimensões do desemprego como a perda da identidade e da auto-estima.

Com relação a essas dimensões, ressalta-se que o conceito de identidade utilizado por Caldas (2000a) aproxima-se da noção de confusão intelectual ou emocional entre sujeitos para com outros sujeitos ou para com objetos. Ou seja, o autor parece aproximar-se mais da noção de identificação, no sentido de referência social, do que de identidade propriamente dita. Especificamente, em

sua obra, Caldas (2000a) pretende demonstrar que o sujeito estabelece uma relação de identificação com seu trabalho ou com a organização que lhe confere uma referência social e, ao ficar desempregado, perde essa identificação e, conseqüentemente, sua auto-estima .

Pagès et al. (1987) focaliza o rompimento do elo entre o sujeito e a organização:

“A organização, na sua realidade econômica e política, propõe aos indivíduos uma imagem de força e de poder: o porte da organização, seu caráter mundial, sua eficácia, seus objetivos de conquista (lucro e expansão) constituem uma imagem agressiva de onipotência, que favorece a projeção de sonhos individuais de onipotência, ao mesmo tempo que mantém a angústia que os alimenta.” (Pagès et al., 1987, p. 163).

Nesse sentido, Caldas (2000a) defende que o desemprego seria a dissolução de uma ligação psíquica que o trabalhador mantém com o trabalho, ou com a organização, por meio da qual atenuaria suas incertezas e inseguranças. A identificação ou o elo entre o trabalhador e o trabalho/organização estaria intimamente relacionado à importância dada ao trabalho como uma forma de contato interpessoal e como imagem, ou seja, como posição de *status*. Nessa perspectiva, o emprego é tido como uma fonte central de auto-estima e reconhecimento social. O desemprego, portanto, representaria a perda da referência social que levaria à perda da auto-estima que acompanha esse papel. A posição de desempregado é apresentada como uma posição de menor prestígio, desviante, de segunda categoria, não providenciando uma verdadeira pertença ao social (Caldas, 2000a).

Enriquez (1999) adverte que o trabalho instaura a realidade e a temporalidade para o trabalhador. Segundo o autor: *“quando não temos temporalidade, não sabemos mais quem nós somos nem o que temos a fazer”* (Enriquez, 1999, p. 79). O elemento de atemporalidade remete à condição na

qual se encontra o desempregado. A falta de exigências e compromissos cotidianos pode produzir um excesso de tempo e retirar a necessidade de escolher entre diferentes atividades; uma redução geral dessas mesmas exigências é frequentemente acompanhada pela perda de uma diferenciação temporal. Essa dificuldade, para preencher o tempo por falta de atividade, pode acarretar dimensões comportamentais da perda do trabalho, como as reações de violência e as mudanças nas estruturas das relações familiares (Caldas, 2000 a).

Os impactos do desemprego na estrutura das relações familiares também podem ser explicados por uma alteração na posição do membro contribuinte, bem como nas alterações de gênero. Uma análise sobre a relação família-trabalho no contexto do desemprego no Brasil demonstra que, na década de 1990, os componentes da família foram afetados diferentemente quanto à posição, gênero e idade diante da perda do emprego. Tais mudanças acarretaram alterações nos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, modificando, por exemplo, o peso da contribuição de cada membro na composição da renda familiar.

Quanto aos efeitos de gênero nos estudos sobre o desemprego, constatou-se uma tendência de crescimento da taxa de participação feminina, concomitante à queda daquela referente aos homens na estrutura da manutenção financeira da família (Hirata & Humphrey, 1989). Ao redimensionar as estruturas familiares, tanto na contribuição da renda quanto na questão de gênero, verificou-se a crescente exposição das mulheres, por exemplo, às condições do desemprego e, conseqüentemente, às suas implicações comportamentais, reforçando as conseqüências no núcleo familiar.

Sargentini (2001), ao investigar a trajetória do trabalhador brasileiro em determinados momentos do século XX, verificou que os trabalhadores da década de 1930, ao se organizarem, lutavam por justiça ao valor da força de trabalho que vendiam. Os trabalhadores da década de 1990, por sua vez, procuravam

garantir o direito de ainda poder vender a força de trabalho: “*assim, o momento leva o trabalhador a voltar-se para um novo foco: organizar-se para vender a força de trabalho.*” (Sargentini, 200, p. 256).

A trajetória dos trabalhadores também pode ser analisada no interior das organizações, traçando comparações entre o trabalhador do período fordista e o trabalhador no contexto da reestruturação produtiva. Nesse período, também chamado de período da especialização flexível, a sintonia com as emoções e a capacidade de trabalhar em equipe emergem como elementos importantes no contexto da nova organização do trabalho. Rosa (1998) afirma que esse cenário incita um tipo de “governo dos homens”, no qual o trabalhador e sua subjetividade são requalificados no seu “dever ser”.

A forma de governo e as responsabilidades colocadas pelas mudanças no mundo do trabalho, segundo a autora, consideram o poder como a própria liberdade humana de reiniciar a ação e, portanto, realizar a pluralidade e as singularidades inclusas nas novas formas de trabalho. A reflexão revela que o trabalhador, no contexto da reestruturação produtiva, deve estar preparado para um novo formato de emprego: o emprego que exige dele o “saber ser responsável”, multifuncional, sociável, entre outras características. É o desenvolvimento de um ideal trabalhador contrário ao ideal trabalhador *taylorista*.

Por outro lado, Oliveira et al. (2003) argumentam que as relações estabelecidas pela nova organização do trabalho são pautadas, muito mais em uma autonomia outorgada, de base instrumental, do que em uma autonomia real. Essa autonomia seria um instrumento de coordenação das relações de trabalho com vistas a atingir um objetivo econômico. Dessa forma, a nova organização do trabalho seria voltada para a formação de trabalhadores capazes de cooperar em situação de trabalho. Porém, a cooperação seria produtiva e operacional e não solidária e unificadora. Nesse cenário, a figura do sujeito reivindicador de

direitos, por meio, por exemplo, dos sindicatos, tem enfraquecido perante a crescente competitividade e insegurança no âmbito do trabalho. O discurso na contemporaneidade incita cada trabalhador a diferenciar-se, para, com isso, promover-se e sair do interior de uma imensa massa de comuns (Sargentini, 2001)

Esse fato pode acarretar o sentimento de insegurança, em grande parte reforçado pela individualização na construção e valorização das próprias condições de *empregabilidade*. Sorj (2000a), ao discutir sobre os aspectos da nova sociedade brasileira, apresenta as conseqüências da reorganização da produção e do emprego, ressaltando as novas formas de estratégias sociais diante das condições de empregabilidade. Para o autor, uma massa cada vez maior de desempregados procura reciclar-se, enquanto as novas gerações desenvolvem estratégias para adaptar-se às exigências do novo mercado de trabalho. O contexto, portanto, requer do sujeito um constante investimento privado em sintonia com as eventuais oportunidades que o mercado de trabalho oferece.

As novas condições de empregabilidade podem estar associadas a uma forma de transferência da responsabilidade da “não contratação” da organização para o trabalhador:

“Um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependente da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômicos contribuem decisivamente para essa situação individual.” (Cortella, 1997, p. 33).

Quando o sujeito é o responsável pela sua própria capacidade de conseguir um emprego (construir sua condição de empregabilidade), esse se vê diante da necessidade de financiar sua entrada no mercado de trabalho por meio de diversos mecanismos. Além da busca por capacitação profissional, Sorj (2000a) aponta a valorização das redes sociais no Brasil como elemento de

empregabilidade. Trata-se de uma questão que mantém íntima relação com o contexto econômico. O autor afirma que, nos momentos de expansão econômica, surgem oportunidades de ascensão por mérito, independente de fatores da origem social.

Em contrapartida, a deterioração da economia, as mudanças tecnológicas e o acelerado declínio dos empregos, a despeito de aumentarem as exigências em termos de competência, também fortalecem as redes sociais como mecanismos de filtro e seleção: “*valoriza-se o capital social individual e familiar do candidato (como critério central de seleção, dado o grande número de candidatos para um pequeno número de cargos)*” (Sorj, 2000a, p. 81).

Diante desses elementos, a empregabilidade parece realçar o sentimento de insegurança, principalmente para os desempregados. Ao romper o elo com a organização, o desempregado estaria em um estado de incerteza, o qual poderia acarretar o estresse e até mesmo a depressão, encarada não apenas como um fenômeno psicológico, mas como uma manifestação também social e complexa (Whooley, 2002).

Gomes (2003), ao realizar um estudo acerca da ligação entre desemprego, depressão e sentido de coerência, afirma que além de intimamente relacionada a esse fenômeno e de ocasionar conseqüências psicológicas, a depressão pode acirrar uma situação que, para o desempregado, por si só, já é alarmante, qual seja: a dificuldade econômica. O autor ressalta que os deprimidos são vítimas de sucessivas consultas, repetidos exames e análises ou de pequenas cirurgias, os quais representariam os *custos da depressão clínica*. Os custos da depressão também podem ser identificados no nível social e familiar, embora não sejam tão facilmente identificáveis nesses níveis.

Com isso, a proposta de Caldas (2000a) é a noção de emprego como vida, ou seja, o emprego representaria para o trabalhador a ligação com a vida e o sentido de fazer parte dela. Por meio do trabalho, têm-se compromissos, regras

a cumprir, podem-se esperar recompensas pelo esforço despendido, enfim, representa a atividade. Por conseguinte, o desemprego manifestar-se-ia como expressão de inatividade e morte. Esse sentimento é reforçado pela noção de invalidez, pelo fato de não produzir, de não colaborar, de estar fora do mercado, da esfera *ativa* da sociedade.

As dimensões do desemprego apresentadas nesta seção, considerando-se que o trabalho pode representar para o sujeito, são de extrema relevância para os estudos no âmbito do trabalho e do desemprego. Entretanto, nesta pesquisa, pretendeu-se compreender o fenômeno do desemprego, tomando por base seu sentido produzido por desempregados, a partir de sua própria condição de estar desempregado(a).

Ao tratar nesta pesquisa as dimensões contemporâneas da subjetividade e os relacionamentos entre a subjetividade e os sentidos produzidos por desempregados, considerou-se essencial discutir algumas categorias de subjetividade moderna no cenário brasileiro, bem como as bases conceituais que fundamentaram a construção dessas categorias. Com isso, situou-se a produção de sentidos no contexto brasileiro, no qual, segundo DaMatta (1990), a construção da subjetividade é produto de uma dialética entre formas tradicionais e modernas de agir e pensar em sociedade.

Nesse universo de subjetividades, particulares ao contexto brasileiro, estão inseridos os desempregados e suas formas de agir e pensar em sociedade. Nesta pesquisa, o que se pôde apreender dos conceitos apresentados é que se deve considerar a produção de sentidos como um elemento intimamente relacionado às formas de construção da subjetividade. Ambas, a produção de sentidos e a subjetividade, foram admitidas como construções sociais imersas em um universo de valores complexos (como o brasileiro). Portanto, constatou-

se a coerência na apresentação de algumas pesquisas, cujo foco é o fenômeno do desemprego.

No entanto, a despeito dos estudos apresentados acerca do fenômeno do desemprego, partiu-se para a compreensão da realidade sem “categorias pré-concebidas”, deixando que os sentidos aflorassem no decorrer das entrevistas. Com isso, buscou-se superar duas formas clássicas da análise do desemprego: uma, que prioriza as implicações macrossociais, de cunho econômico; outra, baseada, principalmente, nas análises de cunho individualizantes, como o foco na saúde física e mental. Para tanto, valeu-se da perspectiva construcionista como base teórico-metodológica da pesquisa.

3. CONSTRUCCIONISMO SOCIAL E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

O estudo dos fenômenos por meio da produção de sentidos pode ser considerado mais do que uma postura metodológica. Trata-se de uma abordagem teórico-metodológica embasada no referencial do construcionismo social. Essa perspectiva teórica é originada de movimentos advindos da filosofia, da sociologia do conhecimento, como desconstrução da retórica da verdade, da política, como busca do fortalecimento de grupos socialmente desprivilegiados e da psicologia científica ou experimental, apoiada na hegemonia do método científico.

Na psicologia, desenvolveu-se um movimento crítico culminando na psicologia social, a qual abrangeu as bases teóricas do construcionismo social. Nesse contexto, pode-se afirmar que a perspectiva construcionista é uma proposta de estudo interdisciplinar, segundo a qual o conhecimento passa a ser produto da construção social, dado pela interação entre sujeitos sociais historicamente situados. Essa interação confere à linguagem um papel central, não unicamente como um meio de exposição, mas como uma forma de construir o mundo, ou seja, como uma forma de ação.

A adoção dessa perspectiva, tanto como objeto de reflexão quanto como postura epistemológica para estudos empíricos, tem se concentrado na área de conhecimento da psicologia, principalmente da psicologia social (Gergen, 1985, Ibáñez, 1993).

Vale ressaltar estudos nos quais se apontam críticas e limitações desse pensamento, principalmente no que tange aos desequilíbrios entre sujeito e objeto, relativismo e realismo (Arendt, 1996; Crossley, 2003).

No âmbito da Administração, os estudos ainda são escassos quanto à abordagem do construcionismo social. Considerando que se trata de um quadro

teórico rico na forma de compreensão de como o conhecimento pode ser construído para a interpretação da realidade.

Para compreender a base teórico-metodológica da perspectiva construcionista, subdividiu-se este capítulo em duas seções com o objetivo de: i) situar brevemente a genealogia temática, bem como fornecer um quadro característico do construcionismo social; e, ii) centralizar a produção dos sentidos, privilegiando a linguagem como forma de conhecimento.

3.1. As bases da perspectiva construcionista e suas principais características

Para a compreensão do construcionismo social, é importante situá-lo historicamente, mesmo que o escopo deste capítulo não permita uma revisão completa dos antecedentes relevantes. Gergen (1985) analisa o construcionismo em relação a duas tradições intelectuais rivais: o empirismo¹⁶ e a fenomenologia¹⁷. O autor coloca, por um lado, o empirismo, localizando a fonte do conhecimento, como representação mental, nos eventos do mundo real. Na concepção empirista, o objeto é a determinação última do conhecimento, de modo que o projeto científico consiste em aproximações, cada vez mais precisas desse objeto.

Em contraste com essa corrente, Gergen (1985) cita a perspectiva fenomenológica na qual o conhecimento depende de processos internos ao organismo. Desde então, várias abordagens, em diversas áreas do conhecimento,

¹⁶ Entende-se por empirismo a corrente intelectual emergente a partir do século XVII, baseada na busca da verdade pela observação empírica (experimentação).

¹⁷ Trata-se de uma tradição filosófica, diretamente relacionada à sensação e percepção. Na concepção de Burrell & Morgan (1979), a fenomenologia é um método subjetivista de investigação científica, em que todos os pressupostos e julgamentos são abandonados, permitindo que o conhecimento possa nascer da experiência do pesquisador com a essência de seu objeto de estudo.

vêm ensaiando o estabelecimento de uma relação entre o “externo” e “interno”, tentando superar essa dicotomia.

Entre essas abordagens, pode-se citar o interacionismo simbólico e a etnometodologia, como formas de produção de conhecimento, considerando a realidade como construção social. O interacionismo simbólico parte da idéia de que a construção social é produto da interação entre sujeito e objeto, apresentando, portanto, características de ambos. Para essa perspectiva, “*as trocas com o outro são o lugar onde se constitui o sujeito e se constrói a ordem social*” (Maingueneau, 1998, p. 62).

Quanto à etnometodologia, trata-se de uma corrente sociológica, de origem norte-americana, a qual estuda, particularmente, os métodos, os procedimentos que administram os problemas de comunicação na vida cotidiana. Essa é uma abordagem central para a perspectiva construcionista, visto que é a base para entender os processos mediante os quais os indivíduos constroem sua vida social e a explicam (Îñiguez, 2002).

As idéias de Berger & Luckmann (1976) estão intimamente relacionadas à corrente de pensamento construcionista, no campo da sociologia, na medida em que a preocupação dos autores recai sobre os processos de conservação e transformação social, centrando-se no conhecimento do senso comum. Esse é um enfoque que expande os pressupostos da sociologia do conhecimento, centrada, primordialmente, na história das idéias ou na história das ciências. Para esses autores, a importância de focalizar o conhecimento do senso comum vai de encontro à idéia do conhecimento intelectualista, o qual não necessariamente expressa o tecido de sentidos que confere existência para a sociedade:

“[...] o universo simbólico é conhecido como a matriz de todos os sentidos socialmente objetivados e subjetivamente reais (...) A sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que se passam dentro deste universo. O universo simbólico é evidentemente construído por meio de objetivações sociais.

No entanto, sua capacidade de atribuição de significações excede, em muito, o domínio da vida social, de modo que o indivíduo pode 'localizar-se' nele, mesmo em suas mais solitárias experiências” (Berger & Luckmann, 1976, p. 132)

Esses autores partem do pressuposto de que a realidade é socialmente construída e operacionalizam sua proposta considerando-se três conceitos teóricos centrais: tipificação, institucionalização e socialização. Pelo conceito de tipificação, a realidade é construída socialmente (proposta interacionista). Baseando-se nesse pressuposto, o conceito de institucionalização situa como a objetividade é instituída. Por sua vez, essa objetividade instituída é internalizada por meio de processos de socialização, pressupondo que o ser humano é um produto social e está em um contínuo processo de transformação (Berger & Luckmann, 1976).

Tradicionalmente, no campo da psicologia, tal como em outras ciências, busca-se o conhecimento por meio do método, a partir da hegemonia do método científico. Para Gergen (1985), essa seria uma psicologia “exógena”, de base empirista. Essa psicologia pode ser caracterizada como behaviorista, a qual concebe o estudo da natureza humana de forma científica, centrado nas exigências de objetividade e eliminando a noção de subjetividade. Essa corrente, segundo Gergen (1985), passou a sofrer críticas, culminando com o aparecimento do cognitivismo¹⁸. Entretanto, o autor afirma que a perspectiva cognitiva não supera a percepção empirista, comprometendo-se em gerar um conhecimento objetivo do mundo e configurando-se em uma *psicologia experimental*: “(...) o psicólogo experimental propõe-se a usar métodos para estabelecer um conhecimento objetivo sobre os processos cognitivos, dando apoio, portanto, à perspectiva exógena.” (Gergen, 1985, p. 267).

¹⁸ O cognitivismo é definido por Gardner (1995) como a ciência que busca respostas para a natureza, origem, desenvolvimento e emprego do conhecimento pelo homem. E apresenta-se como reação ao behaviorismo no campo da psicologia.

A partir de 1960, os estudos no campo da psicologia, mais especificamente da psicologia social, esboçam críticas aos posicionamentos empiristas, no sentido de focalizar o momento da interação social e os processos de produção do sentido na vida cotidiana. Entre esses estudos, destacam-se os trabalhos de Gergen (1985), um dos primeiros psicólogos sociais a focalizar o conhecimento nessa perspectiva crítica, e Ibáñez (1993), chamando a atenção para a necessidade de ruptura com conceitos institucionalizados no processo de construção social.

Gergen (1985) advoga o deslocamento da psicologia do longo investimento no processo cognitivo para uma concepção mais socializada. Nesse sentido, cada sujeito seria constituído pelo outro. Nessa perspectiva, verifica-se uma tentativa de superação da dicotomia sujeito-objeto, por transferir o lócus da explicação dos processos de conhecimento internos à mente para a exterioridade dos processos estruturais da interação humana. Outros elementos diferenciam a postura construcionista das perspectivas empiristas/cognitivistas: o **antiessencialismo**, ou seja, a noção construcionista de que nem os sujeitos e nem o mundo têm uma natureza determinada. Não existe a diferenciação entre sujeito e objeto; **anti-realismo**, a crença de que a construção coletiva gera propriamente a realidade e suas versões; **a especificidade histórica e cultural do conhecimento** e a **consideração da linguagem como uma condição prévia ao pensamento** (Iñiguez, 2002).

Gergen (1985, p. 266) define a investigação construcionista como aquela que se preocupa com

“[...] a explicação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem, explicam ou dão conta do mundo (incluindo a si mesmas) em que vivem (...) O construcionismo social parte da dúvida radical em relação ao mundo dado por certo, seja na ciência, seja na vida cotidiana e, de maneira especializada, atua como uma espécie de crítica social. O construcionismo nos pede para suspendermos a crença de que

as categorias ou os entendimentos são garantidos pela observação. Convida-nos, portanto, a desafiar as fases objetivas do conhecimento convencional.”

Essa forma de posicionar-se perante o conhecimento implica um esforço de desconstrução de noções profundamente arraigadas na cultura. Trata-se de um esforço de desfamiliarização com o que está instituído, o acervo de repertórios disponíveis para dar sentido ao mundo, tornando os processos de conhecimento em contínua reformulação. A idéia de que o conhecimento é uma tradução pertencente à realidade externa é superada pela perspectiva construcionista. O conhecimento seria produto de um processo de interação historicamente situado, tanto o sujeito como o objeto são construções sócio-históricas que precisam ser problematizadas e desfamiliarizadas, reconstruindo a noção de realidade (Ibáñez, 1993).

Ïñiguez (2002) cita alguns “postulados” característicos da perspectiva construcionista. Um primeiro postulado definido pelo autor é o questionamento das verdades acatadas, considerando que o conhecimento não é imparcial, reforçando a crítica da concepção de verdade como conhecimento absoluto: “*O que a postura construcionista reivindica é a necessidade de remeter a verdade à esfera da ética; pontuar a sua importância não como verdade em si, mas como relativa a nós mesmos.*” (Ïñiguez, 2002, p. 30).

Outro postulado é a idéia de que se deve considerar a especificidade e a particularidade histórica e cultural do conhecimento. Nesse sentido, todo conhecimento é resultado de um processo histórico particular, produzido no seio de uma cultura ou grupo cultural particular, devendo ser construído num tempo e espaço específicos. Ou seja, o conhecimento deixa de ser mera representação dos objetos.

Nessa perspectiva, insere-se um quarto postulado no qual o conhecimento é inseparável da ação social e todas as condições do mundo são

resultados da ação e da negociação social, as quais podem ser muito diferentes. Trata-se de uma relação mútua na qual as relações produzem saber e o saber produz relações. Portanto, os processos sociais funcionam como fundações ou sustentações do conhecimento, ou seja, o conhecimento sempre é resultado de uma construção coletiva, engendrada por ações cotidianas que constroem a concepção de mundo (Berger & Luckmann, 1976).

Diante do exposto, vale ressaltar alguns questionamentos quanto ao pensamento construcionista. Tais contestações têm como principal alvo o *relativismo*¹⁹, a ênfase dada, segundo alguns autores, ao *contexto*. A crítica ao relativismo baseia-se em uma definição construcionista por meio da qual toda e qualquer crença sobre um dado tópico seria igualmente aceitável. Nesse campo, está plantado o debate entre aqueles que almejam atingir as essências, ou seja, conseguir as “verdades absolutas” e os princípios transcendentais, confrontando-se com a característica dita relativista do construcionismo. Por outro lado, posicionam-se os que privilegiam o diálogo como princípio básico da liberdade, mais condizentes com a perspectiva construcionista e com a prática do discurso (Arendt, 1996; Crossley, 2003).

O construcionismo, em se tratando de uma vertente do historicismo, incorpora a noção de que os critérios e conceitos utilizados para descrever, explicar, escolher entre as opções que se apresentam são construções humanas, produtos das convenções, práticas e peculiaridades. Sendo assim, as verdades não seriam construções desenfreadas, bem como as crenças sobre um tema não seriam simplesmente aceitáveis, visto que ambas seriam limitadas pelas próprias capacidades humanas – ainda limitadas pelas condições contextuais e históricas – de descrever o mundo. Além disso, a falta de reflexão filosófica entre os psicólogos, que acaba por facilitar a proliferação das características hegemônicas

¹⁹ O relativismo indica que o conhecimento é sempre “relativo” a um determinado contexto ou situação e, portanto, não pode ser considerado científico.

norte-americana na psicologia acadêmica, tem exercido uma pressão contínua no sentido da incorporação do empirismo na psicologia social e, como consequência, a resistência às inovações (Íñiguez, 2002).

Ainda existem questionamentos quanto ao *reducionismo lingüístico* (Stam, 2001). Tais posturas confrontam-se com o reconhecimento da centralidade da linguagem no construcionismo social para os processos de objetivação que constituem a base da sociedade humana. Entretanto, não se trata de “reduzir” à lingüística as formas de interação social, na concepção de Íñiguez (2002, p. 136): “*todas as formas de interação social são importantes para o construcionismo, mas fundamentalmente a linguagem, enquanto forma de interacionismo.*”

Por isso, considera-se, nesta pesquisa, a linguagem como principal “veículo” para a produção de sentidos.

3.2. Produzindo sentidos: a linguagem como prática social

Ao traçar um quadro teórico acerca do processo de produção dos sentidos por meio da linguagem, faz-se necessário um breve esclarecimento acerca da noção de sentido adotada nesta pesquisa, com base nas idéias de Max Weber (1991, 2004).

Para Weber (1991; 2004), o investigador deve sempre atentar para o fato de que, nas várias esferas sociais (economia, religião, política, etc.), a realidade é ordenada pelo sujeito, que confere sentido aos acontecimentos do mundo e à própria ação. Nessa perspectiva, as próprias conexões entre as esferas, ou seja, as ligações entre o econômico e o religioso, o político e o social, por exemplo, são combinações realizadas pelo sujeito que, ao compartilhar os sentidos de sua ação, mantém a expectativa pela ação do *outro*.

Dessa forma, ocorre a ação social, a qual só é possível por meio dos sentidos compartilhados entre os sujeitos, o que se chama de ação coletiva. Os

‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (‘dinheiro’, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato de troca, porque sua ação está orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro) (Weber, 1991).

Portanto, o sentido que é atribuído à ação, ou à espera da reciprocidade, engendra a trama das relações sociais. Weber (1991; 2004) advoga que as relações podem ser mantidas pela produção de uma legitimidade que lhe confere o sentido necessário para seguir seu curso. A produção da legitimidade se dá por meio das estruturas de poder e das formas de dominação que fundamentam a organização social. Portanto, a ação e seu sentido para o indivíduo é o elemento central de todo o tipo de relacionamento social e de toda a força de mantê-lo. Tudo é fruto da interpretação da situação e do sentido da ação compartilhado.

Na esfera religiosa, Weber (2004) tenta compreender e demonstrar como os sujeitos fazem uso de suas posições de poder e tentam exercer seu domínio sobre os outros, direcionando a religiosidade para os diversos interesses, de acordo com o sentido conferido à ação. Dessa forma, o autor tenta demonstrar que a religião depende das interpretações do mundo e tende a ser coerente com as realidades nas quais está inserida. Como analisado pelo autor, a ética religiosa pode reforçar ou estar conectada com um estilo econômico; trata-se de atribuir o mesmo sentido para a ação religiosa e para a ação econômica e conectá-las para que, juntas, façam um sentido único.

“Resta, por outro lado, observar o fato de os protestantes (especialmente certos ramos do movimento), quer como classe dirigente, quer como subordinada, tanto em maioria como em minoria, terem mostrado uma especial tendência para desenvolver o racionalismo econômico, fato que não pode ser observado entre os católicos em qualquer das situações citadas. A explicação principal de

tais diferenças deve, pois, ser procurada no caráter intrínseco permanente de suas crenças religiosas, e não apenas em suas situações temporárias externas, históricas e políticas.” (Weber, 2004, p. 39)

Na economia, as relações são sensivelmente definidas por sentidos que direcionam os objetivos da ação para os indivíduos. Esses sentidos também são simultaneamente dependentes da comunidade e da ética individual nos quais eles são formulados.

Sendo assim, o sentido é o que motiva a ação dos sujeitos, é a crença na ação, o valor da ação ou mesmo a forma como os sujeitos interpretam sua ação e os possíveis resultados dessa. Quando compartilhado, o sentido produz a expectativa da ação do outro, gerando as conexões entre as esferas sociais e sustentando a própria sociedade. Os acontecimentos não engendram ou configuram os seguintes, não existe uma seqüência causal para os acontecimentos, eles devem ser interpretados por meio de uma conexão de sentido amarrada pelo conhecimento do motivo que informa o sujeito. Ou seja, o mundo não existe nele mesmo, mas sim nas diferentes interpretações a ele atribuídas pelos que nele vivem.

Nessa perspectiva, o conhecimento da realidade é sempre parcial e utópico, pois o recorte é dotado de ideologia e valor do próprio investigado, que, por sua vez, também confere um sentido para a sua ação. Dessa forma, ao investigar os sentidos produzidos por desempregados do setor industrial, não se busca estudar o desemprego em si, mas o sentido da condição de desempregado para os integrantes da pesquisa historicamente contextualizados. Os desempregados, por sua vez, também compartilham os sentidos de sua ação (estar desempregado, à procura de emprego) com os *outros* e, por meio desse compartilhamento, definem as relações sociais.

Acredita-se que a linguagem seja um importante elemento de produção de sentidos, visto que, por meio dela, os sujeitos manifestam suas interpretações

do mundo. Dessa forma, a perspectiva construcionista, ao perseguir os sentidos produzidos pelos sujeitos nas interações sociais, considera a linguagem como um elemento central para a interpretação da realidade.

Nesta pesquisa, ao se tratar de produção e circulação de sentidos, admite-se a linguagem em uso, ou seja, o discurso tomado sob uma perspectiva que transcende os domínios de uma lingüística imanente, principalmente na área da semântica, passando para o relacionamento do discurso com outras práticas no campo social. Trata-se da análise do discurso, ou da análise das práticas discursivas, como será tratada nesta pesquisa.

Deixando de lado o estudo das minúcias da interação lingüística, para não perder de vista o contexto da interação, defende-se a perspectiva das práticas discursivas como uma corrente que procura problematizar o contexto discursivo, sem perder de vista a interação e voltada à compreensão do poder dos discursos emanados de diversas esferas do saber (Foucault, 2004b)

A contribuição de Foucault (2004b) é fundamentalmente importante, visto que, para esse autor, o discurso é uma prática que relaciona a língua com outras práticas no campo social e portanto, deve ser pensado como *prática discursiva*. Os debates e investigações sobre as relações entre saber e poder engendram o desenvolvimento de métodos para a análise do discurso como a noção de formação discursiva, em termos operacionais, por meio do agrupamento dos acontecimentos enunciativos.

Partindo da idéia de formação discursiva, Foucault (2004a), diferencia a unidade lingüística básica – o enunciado²⁰ – dos “jogos de linguagem em curso”

²⁰ Para Maingueneau (1998), o enunciado é o produto da enunciação. É o resultado do conjunto do que se fala. Do ponto de vista sintático, o enunciado pode ser definido como unidade de comunicação elementar, uma frase, por exemplo. Numa perspectiva enunciativa, o enunciado pode ser entendido como a intenção de um mesmo enunciador que forma um todo dependente, um romance, por exemplo.

– a enunciação²¹. É dessa idéia que provém a noção de discurso como prática discursiva ou como um “jogo estratégico” dado em um espaço de saber e poder articulados. Diante dessas idéias, pode-se dizer que para Foucault (2004b) a análise das práticas discursivas revela um sistema de diferenças e dispersões que surgem no que se diz e em nenhum outro lugar. O discurso, portanto, não deve ser tratado como um emaranhado de enunciados, mas, sobretudo, como uma forma articulada com acontecimentos de natureza não discursiva e com os modos de existência dos acontecimentos discursivos em uma cultura:

“Trata-se de pensar o enunciado na singularidade de seu acontecimento em sua irrupção histórica, observando-o em sua emergência, porque ele é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente (...) Decorre que a tarefa da análise do discurso deve ser a análise lingüístico-discursiva do enunciado em referência a um corpo interdiscursivo de traços sócio-históricos” (Gregolin, 2001, p. 25).

As formações discursivas, por sua vez, só podem ser compreendidas considerando as condições de produção das práticas discursivas. As condições de produção englobam os sujeitos sociais e a situação e delas faz parte a memória: *“A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer, as condições de produção é fundamental.”* (Orlandi, 2003, p. 30). Esse autor considera as condições de produção nas circunstâncias da enunciação: o contexto imediato. E, em um sentido mais amplo, incluindo o contexto sócio-histórico, ideológico.

Nesse cenário insere-se o interdiscurso, disponibilizando os dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (Orlandi, 2003). Portanto, o interdiscurso especifica as condições nas quais um acontecimento histórico pode inscrever-se nas práticas discursivas. Por exemplo, a prática discursiva do proletariado pode ser mais bem compreendida quando

²¹ A enunciação é a manifestação da língua por um ato individual de utilização, constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo, encerra em si um fato (Maingueneau, 1998)

posta em relação interdiscursiva com a prática discursiva da burguesia, em determinado contexto sócio-histórico e ideológico.

Para Pêcheux (1990), as condições de produção são ilusórias, pois o vivido dos sujeitos é informado e constituído pela estrutura da ideologia. Interessa, então, a forma como o discurso deixa aflorar a presença do sujeito enunciador²²: a subjetividade. Dessa forma, as condições de produção constituiriam a presença do *ethos*, visão de mundo (Maingueneau, 1998), no qual interessa a personagem enunciada, e não o indivíduo. Todo discurso oral ou escrito supõe um *ethos*: implica uma imagem que o sujeito enunciador faz dele mesmo e do contexto.

A análise das práticas discursivas deriva exatamente da problematização sobre o enunciador e a produção de sentidos, tendo nas idéias de Pêcheux (1990) um de seus principais precursores. Esse autor redimensiona a noção de linguagem como investigação semântica, afirma que, dessa forma, a lingüística abandona as investigações sobre sentido, pois a língua passa a ser entendida como um sistema. Pêcheux (1990) advoga que se deve partir de uma relação necessária entre o dizer e suas condições de produção, ou seja, a exterioridade passa a ser um dos elementos constitutivos dos sentidos.

Considerando as relações entre o lingüístico e o histórico, entre o discurso e o interdiscurso, Pêcheux (1990) reinsere o discurso, o sentido e a história nos estudos da linguagem. O autor problematiza a história, desvelando suas descontinuidades e sua dispersão, ou seja, considera o descentramento do sujeito e do sentido nas práticas discursivas que constituem os saberes.

Trata-se de um debate cunhado entre a legitimidade da linguagem científica e da linguagem cotidiana. Ou seja, refere-se ao debate de considerar, ou não, a linguagem cotidiana suficiente para a ciência. A principal implicação

²² É aquele que realiza o enunciado, produto da enunciação. É o sujeito que manifesta sua intenção (Maingueneau, 1998).

desse debate é o fato de igualar o conhecimento ou o saber cotidiano e popular ao científico.

Além desses elementos, deve-se considerar as idéias de Bakhtin (1997) sobre a heterogeneidade e a alteridade dos discursos como linguagem social. Para o autor, essa linguagem seria representada pelos discursos peculiares a um estrato específico da sociedade, num determinado contexto, em um determinado momento histórico. Bakhtin (1997) propõe o estudo das redes e trajetões, inseridos em práticas discursivas cristalizados em gêneros, que seriam as formas relativamente estáveis que constituem um solo que possibilita a emergência dos saberes de uma época:

“Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico, este se perde em um passado ilimitado e em um futuro ilimitado. Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estarão estabilizados. Sempre se modificarão no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia o seu renascimento. O problema da grande temporalidade.” (Bakhtin, 1997, p. 414)

O sentido contextualizado institui o diálogo contínuo entre sentidos novos e antigos e, dessa forma, envolve um processo de divisão temporal. Essa forma de aproximação com os conteúdos históricos decorre da ambição de trabalhar as práticas discursivas em diferentes níveis, buscando apreender a cristalização em discursos institucionalizados, as posições socialmente disponíveis e as estratégias lingüísticas utilizadas para compreender o modo como os sentidos circulam na sociedade.

Diante das considerações de Bakhtin (1997), Foucault (2004a; 2004b) e Pêcheux (1990) decorrem determinadas posições da análise das práticas discursivas apresentadas por Gregolin (2001): i) a condição essencial da produção e da interpretação de uma seqüência reside na existência de um corpo

sócio-histórico de traços discursivos; ii) é possível dissociar as instruções que permitem a construção de sua significação e o processo de interpretação do sentido associado a essa seqüência; e, iii) a língua natural forma uma memória sócio-histórica.

Portanto, o foco está no discurso como prática discursiva, com o interesse de focalizar os processos por meio dos quais os sujeitos do discurso produzem, interpretam, configuram e fazem circular as redes de sentidos.

Pela perspectiva do construcionismo social, considera-se a própria estrutura lingüística como ferramenta contingente ao conhecimento; dessa forma, a linguagem se torna um mecanismo de produção de sentidos, fazendo possível a apreensão dos objetos por meio da construção de categorias, convenções e práticas de linguagem. Com base nessas considerações, situou-se a produção de sentidos por meio da linguagem e seus conceitos fundamentais como prática social.

Verifica-se a prática discursiva como uma postura privilegiada para a proposta quando da realização desta pesquisa, pois, por meio dela, é possível a análise dos sentidos produzidos, considerando essa produção sob um enfoque construcionista em que a própria linguagem é produto e produtora da ação social. O que interessa é o sentido atribuído a essa ação e suas condições de produção. Para tanto, considerou-se o sentido como um empreendimento coletivo entre sujeitos historicamente situados e culturalmente localizados (Weber, 1991; 2004). Esses sujeitos constroem socialmente os termos por meio dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos da vida cotidiana.

4. A METODOLOGIA DE PESQUISA

Objetivou-se neste capítulo introduzir o plano metodológico traçado, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa. No capítulo, foram discutidos os embasamentos epistemológicos, os aspectos técnicos dos procedimentos de amostragem, coleta e análise dos dados. A estratégia metodológica foi desenvolvida em íntima associação com as concepções teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, tendo em vista o objeto de estudo desta pesquisa: a condição de estar desempregado(a).

Este capítulo foi dividido em quatro seções, por meio das quais, pretende-se: i) apresentar os pressupostos metodológicos da pesquisa; ii) descrever o processo de seleção e caracterizar os integrantes da pesquisa; iii) descrever o processo de coleta de dados; e, iv) traçar o plano de análise e interpretação dos dados.

4.1. Pressupostos metodológicos

A investigação construcionista tem como postura epistemológica a transferência da explicação dos processos de conhecimento das regiões internas da mente para a exterioridade dos processos e estruturas da interação humana. O conhecimento, nessa perspectiva, é socialmente construído e a verdade é baseada nas interpretações da interação entre os sujeitos historicamente situados. Portanto, deve-se considerar a decisão metodológica em relação à postura epistemológica da pesquisa. Dessa forma, o presente estudo situa-se sob o paradigma interpretativo de análise:

“O paradigma interpretativista é baseado na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que se passa como realidade social não existe em qualquer sentido concreto, mas é um produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos.”
(Morgan, 1980, p. 61)

Nessa concepção, é difícil descrever a estrutura social, que é resultado da interpretação, como algo “verdadeiro” ou “real”. O ser humano está envolvido em interpretações do que ocorre à sua volta e escolhe um curso de ação que lhe parece apropriado à luz dessa interpretação. Tal interpretação somente pode ser considerada “correta” ou “verdadeira” para aquele que realiza a interpretação (Alencar, 1999). Morgan (1980) afirma que o investigador interpretativista tenta entender os processos pelos quais as múltiplas realidades compartilhadas surgem, sustentam-se e modificam-se, atentando para a rede de jogos de linguagem, baseada em grupos de conceitos e regras subjetivamente determinadas.

Além do paradigma interpretativo de análise, a pesquisa interativa (Alencar, 1999), como forma de produção de conhecimento, também se alinha à vertente construcionista. Essa estratégia de pesquisa permite a abertura contínua ao novo e, dessa forma, possibilita manter a conversação fluindo durante o processo de pesquisa em vez de fechar precocemente a discussão. A pesquisa interativa vai ao encontro da perspectiva construcionista na medida em que abre espaço para a interpretação, possibilitando a emergência dos sentidos, da esfera simbólica, do desenvolvimento das intencionalidades. Spink (2004) sugere a adoção dessa metodologia e indica a pesquisa qualitativa, não apenas como opção técnica, mas como postura epistemológica da pesquisa construcionista.

Na pesquisa qualitativa, permite-se a imersão no fenômeno para a compreensão da diferença, postura essa que abre espaço para a subjetividade. Triviños (1987) afirma que métodos qualitativos podem fornecer detalhes intrincados de um fenômeno, os quais são difíceis de serem captados pelos métodos quantitativos. Sendo assim, na perspectiva construcionista, admite-se o paradigma interpretativo de análise e a pesquisa interativa/qualitativa como pressupostos para o desenvolvimento das estratégias metodológicas desta pesquisa.

Com base nos pressupostos apresentados, definiram-se o foco da investigação, o objeto de estudo e os integrantes da pesquisa. O foco desta pesquisa é o sentido da condição de estar desempregado(a). A concepção de sentido adotada nesse constructo parte das idéias de Weber (1991), na qual o sentido é a crença e a forma como os sujeitos interpretam suas ações. Essa ação, por sua vez, ocorre pela interpretação da ação dos outros (sentido). Ou seja, considerou-se o conhecimento parcial, uma vez que o próprio investigador também confere sentido para a sua ação.

Os sentidos produzidos giram em torno das novas condições de trabalho impostas pelo processo de reestruturação produtiva e da subjetividade, os quais fazem parte do quadro de referência dos **desempregados do setor industrial do município de Lavras**. Na investigação dos sentidos produzidos por desempregados, não se objetivou estudar o desemprego em si, mas o sentido da condição de estar desempregado(a) para os integrantes da pesquisa historicamente contextualizados.

4.2. O processo de seleção e caracterização dos integrantes da pesquisa

Compõem o universo da pesquisa os desempregados²³ do setor industrial do município de Lavras - MG, cadastrados no Sistema Nacional de Empregos - Lavras (SINE-Lavras). A determinação do universo da pesquisa foi baseada em listagens repassadas pelo SINE-Lavras. Nas listagens, constavam empregados que procuravam outro tipo de emprego, aposentados e aqueles que estavam em período de rescisão contratual. Esses, por sua vez, foram excluídos do universo de estudo. Foram considerados como desempregados do setor industrial as pessoas que tivessem trabalhado, pelo menos 6 meses, no setor industrial, em qualquer período de suas vidas e estivessem à procura de emprego nesse setor.

²³ Foram considerados como desempregados, os indivíduos acima de 18 anos, sem vínculo empregatício com qualquer tipo de organização, à procura de emprego.

Considerando essas características, foram identificados 319 desempregados. Na Tabela 1 verifica-se a caracterização dos sujeitos selecionados para a pesquisa.

TABELA 1 - Perfil sócio-demográfico dos informantes da pesquisa.

Sujeitos	Gênero ¹	Idade (anos)	Escola-ridade ²	Estado Civil ³	Nº. de Filhos	Tempo desemprego (meses)	Último Emprego (indústria) ⁴	Setor Industrial ⁵
S1	M	22	SI	S	0	12	AA	C
S2	M	32	EF	C	0	12	Ajudante	C
S3	M	23	EM	S	1	2	Carregador	C
S4	M	45	EM	C	3	24	AP	MM
S5	M	20	EM	S	0	3	Empacotador	A
S6	M	35	EM	C	1	9	Vigia	MM
S7	M	35	SI	C	1	6	AP	MM
S8	M	35	EM	C	3	18	OM	MM
S9	M	32	EF	C	4	12	Serralheiro	S
S10	F	27	EM	C	1	6	Conferente	MM
S11	M	23	EM	S	0	6	Faxineiro	MM
S12	F	29	EF	C	3	3	Conferente	Cm.
S13	F	41	EFI	D	2	6	Faxineira	A
S14	M	23	EF	C	0	6	Faxineiro	MM
S15	F	34	EF	D	3	6	AP	MM
S16	M	26	EM	S	0	24	AP	MM
S17	M	26	EM	C	1	6	OM	MM
S18	M	34	EM	C	2	2	OM	MM
S19	F	43	EF	D	1	2	Conferente	A
S20	F	36	EM	S	1	2	Ajudante	A
S21	F	20	EM	S	0	6	AA	C
S22	F	27	EM	C	2	3	Faxineira	A
S23	F	29	SI	S	0	6	AA	MM
S24	F	22	EM	C	1	6	Faxineira	A
S25	F	25	EM	S	2	6	AA	A
S26	M	19	EM	S	0	36	Ajudante	C
S27	M	26	S	S	0	24	AA	MM
S28	F	35	SI	C	2	24	AA	MM

Fonte: dados da pesquisa

Nota¹: M: masculino; F: feminino. **Nota²**: EF: ensino fundamental completo; EFI: ensino fundamental incompleto; EM: ensino médio completo; ES: ensino superior completo; ESI: ensino superior incompleto. **Nota³**: C: casado(a); S: solteiro(a); D: divorciado(a). **Nota⁴**: AA: auxiliar administrativo; AP: auxiliar de produção; OM: operador de máquina. **Nota⁵**: C: construção; MM: metal-mecânico; A: alimentos; Cm.: cosméticos; S: serralheria.

Na Tabela 2 verificam-se as freqüências, conforme dados da Tabela 1.

TABELA 2 - Freqüência das características dos informantes da pesquisa.

Indicadores	Características	Freq. absoluta	Freq. Relativa (%)
Gênero	Masculino	16	57,14
	Feminino	12	42,86
	TOTAL	28	100
Idade (anos)	18 a 25	09	32,14
	26 a 35	15	53,57
	Acima de 35	04	14,28
	TOTAL	28	100
Escolaridade	Fundamental inc.	02	7,14
	Fundamental com.	05	17,86
	Médio completo	16	57,14
	Superior incompleto	04	14,28
	Superior Completo	01	3,57
	TOTAL	28	100
Estado Civil	Solteiro (a)	11	39,28
	Casado (a)	13	46,43
	Divorciado (a)	04	14,28
	TOTAL	28	100
Número de filhos	0	10	35,71
	1	08	28,57
	2	05	17,86
	3	04	14,28
	4	01	3,57
	TOTAL	28	100
Tempo de desemprego (meses)	2 a 12	22	78,57
	13 a 24	05	17,86
	25 a 36	01	3,57
	TOTAL	28	100
Último setor de atuação (industrial)	Construção	05	17,86
	Metal-mecânico	14	50,00
	Alimentos	07	25,00
	Serralheria	01	3,57
	Cosméticos	01	3,57
	TOTAL	28	100

Fonte: dados da pesquisa

Definido o universo da pesquisa, o tamanho da amostra foi delineado de forma não probabilística, seguindo o critério de escolha intencional (Alencar, 1999), visando a abranger a máxima amplitude em termos de gênero, idade, escolaridade, entre outros. Ressalta-se que o número de entrevistados condiz com os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, visto que a postura construcionista e a análise qualitativa da produção de sentidos demandam trabalho considerável.

O número máximo de entrevistas a serem realizadas foi definido pela saturação das entrevistas. Ou seja, no momento em que os relatos começaram a repetir os conteúdos, encerrou-se o processo de coleta de dados por entrevistas. No total, foram entrevistados 28 desempregados. Neste constructo, a identificação de cada sujeito constitui-se da letra “S”(sujeito) e de mais um número seqüencial de **1 a 28**, conforme a ordem das entrevistas.

4.3. Coleta de dados para a pesquisa

O processo de coleta de dados deu-se por meio de entrevistas. As etapas para a coleta de dados são descritas a seguir.

Etapa 1: coleta de informações sobre o mercado de trabalho industrial em Lavras. Nesta etapa, realizou-se a pesquisa documental com a finalidade de caracterizar historicamente a inserção do município de Lavras no mercado de trabalho industrial, acreditando na importância desse resgate para a compreensão dos sentidos produzidos acerca da condição de estar desempregado(a). Na análise documental, considerou-se a pesquisa em diversas fontes de dados, entre elas: documentos eletrônicos, relatórios disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Lavras, resultados de pesquisa e documentos históricos. Nessa etapa, a coleta de dados estendeu-se por todo o período de realização da pesquisa.

Etapa 2: coleta de informações sobre os desempregados. Recorreu-se à coleta de dados por entrevistas baseadas em roteiro de entrevista²⁴ e aplicação de questionários não-estruturados²⁵. Entre as entrevistas, 18 foram gravadas (gravador de som), totalizando 11 horas de entrevistas e 234 páginas digitadas. Além das entrevistas gravadas, foram aplicados 22 questionários, dos quais 10 foram aproveitados para a pesquisa. Tanto a gravação das entrevistas quanto a aplicação dos questionários foram realizados nas dependências do SINE-Lavras. O processo de realização das entrevistas e aplicação dos questionários teve início no dia 4 de abril do ano de 2005 e término no dia 3 de maio do mesmo ano, com duração de 21 dias úteis para a coleta de dados.

4.4. Plano de análise e interpretação dos dados:

Considerando os pressupostos metodológicos da pesquisa, optou-se pela adoção da proposta para a análise da produção de sentidos, sob uma perspectiva construcionista, proposta por Spink (2004): **a análise das práticas discursivas**. Antes, porém, é necessário delimitar alguns conceitos elementares, os quais foram utilizados para a análise das práticas discursivas. Os conceitos apresentam-se considerando as perspectivas de Fiorin (2001), Maingueneau (1998) e Orlandi (2003).

²⁴ Constitui uma relação de tópicos a serem abordados durante a entrevista. A finalidade é orientar o pesquisador, evitando a inobservância de tópicos relevantes para a pesquisa (Alencar, 1999).

²⁵ São formados por questões abertas, padronizadas. A vantagem deste tipo de questionário é permitir que o entrevistado manifeste suas opiniões e argumentos acerca do fenômeno pesquisado (Alencar, 1999).

4.4.1. Conceitos centrais para a análise das práticas discursivas: definindo o nível de análise

Para Fiorin (2001), o discurso (tratado nesta pesquisa como prática discursiva) deve ser analisado por um modelo de produção de sentido que constitui um *percurso gerativo de sentido*. Para o autor, existem três níveis desse percurso: o profundo, o narrativo e o discursivo. Nesta pesquisa, focalizou-se o nível discursivo de análise no qual “*as formas são revestidas de termos que lhe dão concretude*” (Fiorin, 2001, p. 29). No nível discursivo, são identificadas as diversidades não existentes em outros níveis.

Vale ressaltar que o nível discursivo desdobra-se em uma sintaxe e em uma semântica. Para Fiorin (2001), a sintaxe do discurso ocupa-se das marcas da enunciação no enunciado, ou seja, a constituição das pessoas, do espaço e do tempo do discurso. Trata-se da utilização de articulações temporais: presente, passado, etc.; e as maneiras de narrar em primeira ou terceira pessoa do plural ou não como opção feita para transmitir efeitos de subjetividade e objetividade. Dessa forma, a subjetividade pode ser identificada, nas práticas discursivas, como uma forma “emergente” da presença do enunciador. Mais precisamente, a subjetividade pode ser identificada por meio das indicações de pessoa (“eu”, “ele”), lugar (“aqui”, “no Brasil”), tempo (“hoje”, “naquela época”), termos pejorativos e termos melhorativos (“buraco”, “casinha”), entre outros.

“Essas são algumas marcas de subjetividade inscritas no sistema da língua, mas, no discurso com um esclarecimento contextual apropriado, é possível carregar de valor positivo ou negativo termos que a priori são neutros ou possuem um valor oposto.” (Maingueneau, 1998, p. 135).

Ainda quanto à sintaxe discursiva, ao considerar o discurso como estratégia de persuasão, Fiorin (2001) ressalta a utilização de alguns procedimentos argumentativos pelo enunciador para validar os sentidos

produzidos pelo discurso. O autor cita os procedimentos mais frequentes: ilustração (exemplos) e figuras de pensamento (ironias²⁶, reticências, metáforas²⁷ e metonímias²⁸). Orlandi (2003) classifica a reticência como uma política de silêncio, subdividindo-a em silêncio constitutivo, quando uma palavra apaga a outra, e silêncio local, quando não se tem autoridade ou se prefere não dizer algo em determinada conjuntura:

“As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre o silêncio acompanhando as palavras. Daí, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc.” (Orlandi, 2003, p. 83)

Nessa perspectiva, insere-se a análise dos subentendidos e pressupostos. Na concepção de Maingueneau (1998), os subentendidos não devem ser confundidos com os pressupostos, pois são conteúdos implícitos que dependem da interpretação do contexto pelo co-enunciador²⁹ e são decifrados graças a uma leitura analítica desse. O pressuposto, por sua vez, está inscrito na própria estrutura lingüística. Por exemplo, no enunciado “João parou de fumar”, pressupõe-se que João fumava antes (está na estrutura lingüística). Porém,

²⁶ Ocorre ironia quando o enunciador diz algo que deve ser compreendido como seu contrário. Mais precisamente, quando se afirma no enunciado e se nega na enunciação, com a função de chamar a atenção para a oposição entre o ser (o que efetivamente é) e o parecer (a imagem que se faz dele) (Fiorin, 2001).

²⁷ Metáfora é a substituição de uma palavra por outra, quando há uma relação de similaridade entre o termo de partida e o de chegada. Por exemplo: “o trabalhador é uma máquina”. Mas também pode ser entendida como um procedimento discursivo por meio do qual o enunciador rompe, de maneira calculada, com as regras das figuras, criando novos sentidos (Fiorin, 2001).

²⁸ Metonímia é a substituição de uma palavra por outra, quando há uma relação de contigüidade entre os termos. Mas também pode ser entendida como um procedimento discursivo (Fiorin, 2001).

²⁹ É o “alvo” da enunciação. Por exemplo, em uma entrevista, o co-enunciador primordial é o entrevistador. Porém, o enunciador pode direcionar o enunciado para outros co-enunciadores como os políticos, as empresas, entre outros.

supondo que João estivesse doente, pode-se subentender que João parou de fumar, pois o cigarro prejudica a saúde.

A semântica discursiva ocupa-se fundamentalmente dos sentidos existentes em um texto. Fiorin (2001) ressalta duas formas de texto: o texto temático e o texto figurativo. O texto temático é sempre mais abstrato, pois trata do reconhecimento de um estado qualquer, como o medo, a justiça, etc. Os textos temáticos utilizam-se dos temas como um investimento semântico, de natureza puramente conceitual. “*Os temas são categorias que organizam, categorizam, ordenam os elementos do mundo natural*” (Fiorin, 2001, p. 65).

O texto figurativo é mais concreto, remetendo-se sempre a elementos do mundo natural: terra, flor, água, etc. No nível profundo, um texto temático pode apresentar o mesmo sentido de um texto figurativo e tanto a tematização quanto a figurativização são níveis de concretização de sentido:

“Quando se fixa uma relação entre temas e figuras, há um processo de simbolização. Nele estabelece-se para uma dada figura uma determinada interpretação temática. O símbolo pode então ser definido como uma figura cuja interpretação temática seja fixa. A mulher de olhos vendados com uma balança na mão (figura) simboliza a justiça (tema); a coruja, sabedoria, etc. O símbolo (figura) é sempre um elemento concreto a veicular um conteúdo abstrato (tema).” (Fiorin, 2001, p. 69).

Com isso, Fiorin (2001) afirma que existem “percursos semânticos” (de sentido) em um discurso, os quais podem ser figurativos ou temáticos, funcionando como principal categoria descritiva, veiculando a visão de mundo defendida. Os discursos podem conter vários percursos semânticos (de sentido) os quais, por sua vez, podem abarcar subconjuntos no seu interior. Nesse sentido, não interessam as figuras e temas de forma isolada em um discurso, mas como um encadeamento de sentido inserido em um contexto e tempo determinados, delineando, assim, as formações discursivas.

4.4.2. A proposta de Spink (2004) para a análise das práticas discursivas

Após o esclarecimento dos conceitos-chave para a análise das práticas discursivas, bem como a definição do nível de análise desta pesquisa (nível discursivo), têm-se os procedimentos necessários para a elucidação do modelo proposto por Spink (2004). Essa autora propõe a análise da produção de sentidos por meio da análise das práticas discursivas (discurso), compondo as seguintes etapas: a) identificação dos **repertórios interpretativos**; e, b) construção das **categorias de análise**, por meio do mapa e da árvore de associação de idéias. Para tanto, nesta pesquisa, admite-se que os repertórios interpretativos correspondam aos percursos semânticos encontrados em um discurso (Fiorin, 2001), e as categorias de análise correspondam aos temas e figuras utilizados como estratégias de persuasão (Fiorin, 2001).

Os repertórios interpretativos podem ser definidos como dispositivos lingüísticos utilizados para construir versões de ações, eventos e outros fenômenos cotidianos aos sujeitos. Os repertórios, portanto, atuam como substrato para uma argumentação e podem estar presentes em uma variedade de produções lingüísticas. Não se trata de termos explícitos nos discursos, expressões ditas, trata-se de analisar o *não dito* e identificar como os desempregados interpretam sua realidade. A realidade pode ser interpretada de várias formas, portanto, podem-se identificar vários repertórios interpretativos e construir múltiplas categorias de análise (Spink, 2004, p. 78):

“As categorias constituem importantes estratégias lingüísticas, estando presentes na própria organização da linguagem (verbal, escrita, gestual, icônica). Utilizamos categorias para organizar, classificar e explicar o mundo. Falamos por categorias.”

Spink (2004) ressalta que o investigador deve recorrer ao recurso dos repertórios interpretativos para identificar os termos, palavras ou expressões que possam remeter a uma forma de ver o mundo por parte do sujeito da pesquisa.

Esses termos são chamados de categorias. Sendo assim, as categorias de análise devem ser identificadas em íntima associação com a temporalidade dos discursos.

Nesta pesquisa, o conceito de temporalidade apresentado por Spink (2004) desenvolve-se em relação com os conceitos de condições de produção, memória e interdiscurso, apresentados no capítulo 3, seção 2. Ou seja, refere-se à imagem que o próprio desempregado tem de si mesmo e do mundo à sua volta, de suas relações com o contexto e do contexto propriamente dito (relações interdiscursivas) no qual está inserido, e que influenciam na produção dos sentidos. Spink (2004) desenvolve, então, a noção de temporalidade com base em três tempos: **o tempo longo**, que seria o tempo construído pelos integrantes da pesquisa nas relações interdiscursivas; **o tempo vivido**, o tempo das experiências de vida e das relações dos indivíduos com o contexto; e **o tempo curto**, que reflete o próprio *ethos*, visão de mundo, do indivíduo para com ele mesmo.

Para a análise das práticas discursivas por meio dos repertórios interpretativos, Spink (2004) propõe a construção dos **mapas de associação de idéias**, por meio dos quais tem-se o objetivo de sistematizar o processo de análise das práticas discursivas em busca dos aspectos formais da construção lingüística. Nesses mapas, o investigador pode dispor os repertórios interpretativos identificados nos discursos e “organizar” os discursos segundo os próprios repertórios. Essa disposição, que pode ser feita por meio de quadros, permite a visualização das categorias de análise e de suas inter-relações. A autora também recomenda a construção da **árvore de associação de idéias**, uma representação gráfica ou geral da relação entre as categorias de análise para a compreensão dos sentidos produzidos.

Com base no modelo metodológico de Spink (2004), são apresentadas, a seguir, as etapas de análise das práticas discursivas para a identificação dos

repertórios interpretativos e para a construção das categorias acerca dos sentidos produzidos pelos integrantes desta pesquisa. A descrição de cada etapa da análise é seguida de um exemplo para a melhor compreensão do leitor. Os exemplos compõem-se de trechos das práticas discursivas dos desempregados e de ilustrações gráficas do mapa e da árvore de associação de idéias.

Etapa 1: identificação dos repertórios interpretativos. Realizou-se a análise das práticas discursivas considerando, no nível discursivo, tanto elementos da sintaxe quanto da semântica. Vale ressaltar que, nesta etapa, considerou-se a *temporalidade*, sob a noção de tempo longo, tempo vivido e tempo curto, para auxiliar na forma como os próprios desempregados construam suas relações com eles mesmos, baseando-se em sua subjetividade, das trajetórias pessoais e profissionais (tempo curto e tempo vivido) e com o contexto (tempo longo, relações interdiscursivas). Nessa etapa, foram realizadas as seguintes análises:

(a) Análise dos procedimentos argumentativos: ilustrações, figuras de pensamento (metáforas, metonímias, ironias, entre outras) e silenciamentos: No trecho 01, com a expressão “*no caso aí*” infere-se que S16 utilizará uma ilustração, um exemplo, para reforçar sua argumentação. As reticências no interior da prática discursiva marcam os silenciamentos, indicando que S16 prefere *não dizer* (por diversos motivos), ou, às vezes, reluta a dizer, o que depois configura um enfoque ainda maior para o *dito*. No exemplo, antes de S16 apresentar o lado ruim (o sindicato), existem dois silenciamentos. Também se observam figuras de pensamento metafóricas como “*o herói*” e o “*monstro*”, referindo-se ao lado bom: empresa e ao lado ruim: sindicato.

(01) “[...] Não sei não. No caso aí (...) na [nome da empresa, indústria] eu fiz entrevista aí esses tempos atrás (...) e o rapaz até virou pra mim na hora da entrevista, virou e falou: “aqui tem dois lados, o lado bom, o

herói e o lado ruim, o monstro”. No caso, o lado bom é da empresa e o lado ruim, da (...) do(...) sindicato.” (S16).

(b) Análise dos subentendidos e pressupostos: No trecho 02, pressupõe-se que hoje a profissão de metalúrgico já não é tão boa quanto antes. Isso está pressuposto na prática discursiva pelas palavras “antes” e “era”. Por outro lado, subentende-se que as profissões ajustador mecânico e torneiro mecânico já não são valorizadas pela modernização e automação dos processos de produção. Ou seja, o pressuposto pode ser retirado do próprio texto, ao passo que o subentendido requer a compreensão das relações interdiscursivas e do contexto no qual se insere a prática discursiva.

(02) “[...] Então, o metalúrgico antes ele era uma profissão muito boa, tinha uma boa visão, as pessoas tinham uma boa visão de você, entendeu? Você pegava um ajustador mecânico, um torneiro mecânico, era um curso excelente, sabe? Ele era um profissional excelente tendo um curso desse.” (S4).

(c) Análise das condições de produção do discurso e subjetividade: No trecho 03, as condições de produção da prática discursiva são delineadas pela visão de mundo de S1, o qual, embora estivesse desempregado e procurando um emprego, não se vê dessa maneira e utiliza a faculdade como fuga da condição de desempregado. Esse fato explicita-se pelo trecho: “(...) se algum dia acontecesse de eu não conseguir emprego então (...)”. S1 deixa-se aflorar (subjetividade) a todo o momento, com o discurso na 1ª pessoa, para reforçar a idéia de que ele não se vê como desempregado.

(03) “[...] Na verdade assim, na faculdade me dá uma segurança, eu tô estudando mesmo eu tô me dedicando mesmo à faculdade, então eu espero que não tenha tanta dificuldade (...) Bom, (...) então, agora eu não tô tendo tempo de administrar meu tempo, então se algum dia acontecesse de eu não conseguir emprego então com certeza eu vou me abalar. Como eu te falei, eu procuro a independência.” (S1).

(d) Análise das relações interdiscursivas: No trecho 04, é possível compreender a prática discursiva de S3 quando se consideram, no interdiscurso, as mudanças no mundo do trabalho como o processo de reestruturação produtiva. Ou seja, as exigências cada vez maiores em termos de qualificação: “(...) *you have to be always updated* (...)”. E o alto nível de concorrência diminuindo a margem dos lucros e, conseqüentemente, os níveis de emprego e de salário: “(...) *and pay little*”

(04) “[...] *Se você tiver numa empresa trabalhando, you have to be always updated, pra você ficar ali (...) and pay little” (S3).*

Etapa 2: construção das categorias de análise.

(a) Organização dos mapas de associação de idéias e construção das categorias de análise: os repertórios interpretativos foram organizados em mapas (Spink, 2004). Esses mapas possibilitaram a disposição dos repertórios interpretativos identificados nas práticas discursivas e a organização dessas práticas segundo os próprios repertórios (Quadro 1). A disposição foi realizada por meio de quadros, permitindo a construção das categorias de análise.

A partir da construção desses mapas, foi possível identificar, em cada repertório interpretativo e seus subconjuntos, categorias de análise (figuras e temas).

No exemplo do Quadro 1, o repertório de trabalho no subconjunto das condições de empregabilidade aparece relacionado à “indicação” (categoria). Assim, as categorias são construídas com base nas figuras e temas presentes nos repertórios.

Quadro 1 - Exemplo da organização de um mapa de associação de idéias.

Repertórios	Fragmentos ilustrativos	Categoria
Condições de empregabilidade	<p>(05) “(...) <i>Eu acho que <u>quem indique</u>. Porque o <u>nível da qualidade de trabalho tem caído muito, por isso é importante quem indique.</u></i>” (S7).</p> <p>(06) “(...) <i>Se você não tiver um <u>padrinho aqui dentro de Lavras (...)</u>” (S10).</i></p>	A prática da indicação

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

(b) Construção da árvore de associação de idéias: De posse das categorias de análise, iniciou-se a disposição destas em um gráfico, o que possibilitou a compreensão da rede de produção de sentidos e de como esses sentidos são manifestados na subjetividade dos desempregados. Exemplifica-se esse processo na figura 1:

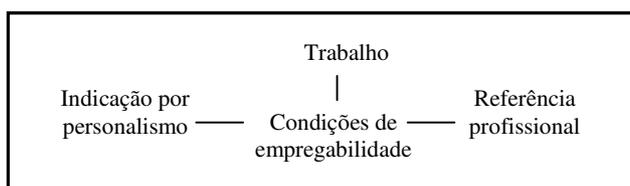


Figura 1 - Exemplo da árvore de associação de idéias.

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

5. O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A TRAJETÓRIA DOS DESEMPREGADOS DO SETOR INDUSTRIAL EM LAVRAS

A delimitação espaço-temporal da produção de sentidos foi de extrema importância para esta pesquisa. A investigação dos sentidos, portanto, não transcorreu à margem de conceitos, tempos e contextos específicos. Mas, sobretudo, considerou-se que os desempregados construíram socialmente suas próprias realidades, mantendo uma relação simultânea com tempos e espaços particulares.

O presente estudo é delimitado por um contexto específico: o município de Lavras - MG; e, por um tempo também específico: o período da reestruturação produtiva. Nesse período, inserem-se significativas mudanças, políticas, econômicas e sociais, que passam a governar, principalmente, o mundo do trabalho e os empregados formais, informais e os desempregados. Além disso, o estudo também se delimita pelas próprias trajetórias dos desempregados. Considerando o fenômeno do desemprego como foco de estudo, e o desempregado como o sujeito social da pesquisa, optou-se ainda por mais um recorte. Focalizar-se-á o desempregado do setor industrial.

Dessa forma, admite-se que os sentidos produzidos acerca da condição de desempregado mantêm relação com as particularidades do município de Lavras e que sua produção inscreve-se em um tempo longo (o processo de reestruturação produtiva) de acontecimento. Diante dessa necessidade de delimitação espaço-temporal, o capítulo subdividiu-se em três seções, apresentando: i) um breve histórico do município de Lavras, enfatizando o contexto do trabalho (principalmente do setor industrial); ii) a inserção do mercado de trabalho industrial em Lavras no contexto da reestruturação produtiva; e, iii) alguns aspectos das trajetórias pessoais e profissionais dos desempregados.

Para o delineamento das seções 1 e 2 deste capítulo, valeu-se da análise de documentos provenientes de diversas fontes. Para o delineamento da seção 3 deste capítulo, valeu-se da análise interpretativa dos dados provenientes das entrevistas realizadas com os desempregados.

5.1. O município de Lavras - MG: características gerais e a inserção no mercado de trabalho industrial

O município de Lavras, sede da pesquisa, localiza-se na Região Sul de Minas Gerais – Brasil. A cidade possui uma área territorial de aproximadamente 566 Km² e uma população em torno de 85.380 habitantes, dos quais 94% residem na área urbana (IBGE, 2005). De acordo com relatórios fornecidos pela Prefeitura Municipal de Lavras (2000), os domicílios registrados na área urbana somavam 25.443, com uma média de 3 pessoas residentes por domicílio.

Nesse quadro, apresentam-se características gerais referentes ao município de Lavras, as quais não devem ser desconsideradas na investigação e compreensão dos sentidos produzidos. Não obstante, ressalta-se a necessidade de um breve resgate histórico do município, focalizando o mercado de trabalho industrial. Esse resgate se fez pertinente para, em seguida, traçar um quadro analítico da inserção do mercado de trabalho industrial lavrense no processo de reestruturação produtiva.

Optou-se por desenvolver a trajetória histórica do mercado de trabalho industrial em Lavras, em paralelo ao contexto mundial e brasileiro. Assim, pôde-se visualizar o desenrolar dos acontecimentos, considerando as particularidades políticas e culturais em cada contexto, bem como empenhar análises pertinentes para a pesquisa.

A começar pelo nome do até então arraial: “*Campos de Sant’Anna das Lavras do funil*”. Esse, por sua vez, possui, pelo menos, duas explicações quanto à sua origem, ambas fundamentadas em “história oral” proveniente de cidadãos

do município. Sendo assim, não foi encontrado nenhum documento, até o ano de 2004, que comprovasse tais explicações. Quanto à expressão: “*Lavras do Funil*”, tem-se que *Lavras* estaria se referindo à atividade de lavar a terra, exercida no passado, em busca de metais preciosos. E *Funil* seria função da existência de um estrangulamento (afunilamento) no Rio Grande, próximo ao município.

Por outro lado, considera-se o nome *Funil* proveniente de uma faixa de terra (parecida com um funil) formada pelo encontro dos rios Grande, Capivari e Rio das Mortes, onde se acomodavam grandes quantidades de aventureiros e colonizadores que trabalhavam nos garimpos da região. A expressão “*Campos de Sant’Anna*” foi denominada assim por uma família de sesmeiros, os quais requereram, por meio da expedição de uma carta de sesmaria, em 1737, as terras onde se localiza a cidade de Lavras (A História de Lavras, 2004).

Observou-se, na origem do município de Lavras, características do Brasil colonial que, no século XVIII, com as descobertas das “minas”, transfere para o sul, principalmente Minas Gerais, um movimento de conquista de terras e de riquezas. Nesse contexto, nasce o arraial, que veio a se concretizar município de Lavras. A busca pelas riquezas das “minas” e pela conquista de terras no Brasil impulsionou a idéia da Independência, proclamada em 1822. No Brasil independente, já em 1868, o arraial “*Campos de Sant’Anna das Lavras do Funil*” foi categorizado como cidade denominada “*Lavras*” (A História de Lavras, 2004).

No mesmo período, no plano mundial, principalmente na Europa, desenvolviam-se o capitalismo comercial e o mercantilismo como políticas econômicas. Nesse período, a base econômica tradicional do município de Lavras fundamentava-se na atividade agropecuária, destacando-se a pecuária leiteira, a suinocultura, o plantio de café e de algodão. Tais atividades, principalmente o plantio de algodão, em comunhão com a construção de uma linha ferroviária, constituíram a base para o desenvolvimento do processo de

industrialização no município. Em 1884, instalou-se a primeira fábrica na cidade: uma companhia fabricante de tecidos. Essa unidade fabril caracterizou-se, inicialmente, pela produção manufatureira, com o emprego de trabalhadores assalariados. A partir de então, a cidade de Lavras passou a sediar outras indústrias, também de base manufatureira.

Em contrapartida, no contexto mundial, encerrava-se o período da Primeira Revolução Industrial e Tecnológica, dando início ao período da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, a partir do final do século XIX. Nesse cenário, verificou-se o surgimento da energia elétrica e a exploração do petróleo como os grandes marcos do desenvolvimento industrial, principalmente no setor automobilístico (Fleury, 1997).

No município de Lavras, as indústrias ainda ocupavam setores considerados tradicionais, como têxtil, calçados e alimentício. A iluminação elétrica estabeleceu-se no ano de 1909, posteriormente, foram inaugurados a primeira agência bancária, o serviço de bondes e a rede de telefonia. As unidades fabris não-manufatureiras, caracterizadas pela mecanização intensa e separação rígida do trabalhador dos meios de produção, surgiram em Lavras somente a partir de 1914. A partir de então, verificou-se um período de geração de empregos assalariados no município, impulsionando o desenvolvimento comercial.

Enquanto no cenário mundial estabeleciam-se a crescente especialização do trabalho, a produção em massa de produtos padronizados e o desenvolvimento do setor industrial automobilístico, no Brasil e especificamente no município de Lavras, o desenvolvimento industrial iniciou-se timidamente, ainda concentrado em ramos tradicionais, principalmente baseados na atividade agropecuária local.

A Federação das Indústrias de Minas Gerais – FIEMG, divulgou dados da presença de indústrias no município de Lavras no ano de 2000, com destaque

para a indústria da construção (73 indústrias), da produção alimentar (65 indústrias) e metalúrgicas (61 indústrias). De modo geral, predominavam, no ano de 2000, as indústrias de pequeno porte, com até 9 empregados (A História de Lavras, 2005.).

No plano político mundial, no final do século XIX, assistiu-se ao lançamento das primeiras bases para a construção do Estado de Bem-Estar Social e suas políticas (seguro desemprego, aposentadoria, seguro-saúde, entre outras). Essa política destinava-se à regulação das relações entre capital e trabalho por meio da intervenção do Estado. Nesse período, o Brasil ensaiava a Proclamação da República, ocorrida em 1889, e declarava, por meio do governo provisório, a garantia dos habitantes do País à segurança da vida e da propriedade privada. O âmbito do trabalho assalariado, entretanto, ainda não configurava o foco das políticas brasileiras (Fleury, 1997).

Sendo assim, observa-se que no Brasil e, conseqüentemente, no município de Lavras, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, como o processo de industrialização, deram-se segundo as particularidades espaço-temporais brasileiras, engendradas por fatores políticos, econômicos e, principalmente, culturais (Martins, 1994), diferenciando o desenvolvimento das mudanças no Brasil daquelas ocorridas no cenário mundial.

5.2. O mercado de trabalho industrial em Lavras no contexto da reestruturação produtiva

Admite-se que, no âmbito mundial, a reestruturação produtiva ocorreu a partir da segunda metade do século XX, caracterizando a chamada Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. A tecnologia avançada, empregada principalmente no setor industrial, impulsionou a busca por novos conhecimentos, dificultando o acesso às condições de empregabilidade para muitos trabalhadores. Além disso, o processo de reestruturação produtiva e as

mudanças advindas dele reduziram postos de trabalho, precarizaram as condições contratuais e enfraqueceram os movimentos dos trabalhadores. Nesse cenário, o desemprego, bem como a marginalização de uma grande massa de trabalhadores “desqualificados”, apresentam-se como fenômenos crescentes na sociedade contemporânea.

Ocorre que o processo de reestruturação produtiva no plano mundial não se apresentou, no mesmo período, no contexto brasileiro e no município de Lavras. No Brasil, a indústria apresentou desenvolvimento consistente a partir de 1945, estendendo-se até 1980, com a implantação do parque industrial brasileiro. Na década de 1970, a indústria brasileira ainda caracterizava-se pelo modelo fordista de produção. Esse período, portanto, foi marcado pelo crescimento dos postos de trabalho e pelo fortalecimento dos movimentos sindicais, especificamente no setor da indústria automobilística (Fleury, 1997). Vale ressaltar que o emprego industrial no Brasil de 1945-1980 ainda admitia mão-de-obra “semiquificada” e, até mesmo “desqualificada”. Em diversos setores industriais, os trabalhadores caracterizavam-se como:

“[...] trabalhadores de origem rural que vieram tentar a sorte na cidade grande e na grande indústria, com a idéia de, a curto prazo, ‘fazerem o seu pé-de-meia’, para então voltar para o interior e comprarem sua terra. Ou seja, o processo produtivo começa com uma mão-de-obra que pouco ou nada conhece de indústria e de produção, cuja experiência é o trabalho no campo, e que se posiciona como se estivesse passando temporariamente pelas empresas industriais.” (Fleury, 1997, p. 129).

Tem-se como principal elemento de impulso à indústria brasileira, desde 1945, a necessidade e oportunidade, com o advento da Segunda Guerra Mundial, de criação de capacitação interna para a produção de bens essenciais, como máquinas e equipamentos. Desde então, instalaram-se no Brasil as empresas multinacionais, produzindo produtos projetados em suas matrizes. O processo de produção e as formas de gestão da força de trabalho foram adaptados às

condições brasileiras. O nível de subsistemas passou a ser ocupado também por subsidiárias de multinacionais. As empresas nacionais, por sua vez, concentraram-se no nível de fornecimento de componentes. Entre elas, destaca-se a criação de uma fábrica do ramo metal-mecânico, aqui denominada *AUTO*, a qual, posteriormente, transferiu uma de suas unidades de fabricação para a cidade de Lavras, inserindo o município no ramo da indústria automobilística.

No município de Lavras, até a metade da década de 1970, a economia ainda baseava-se, além da agropecuária, nas atividades industriais dos ramos têxtil e alimentício e no comércio, que havia se desenvolvido substancialmente no município. Em parte, o crescimento do comércio na segunda metade do século XX pode ser explicado pelo desenvolvimento dos setores primário e secundário. Por outro lado, esse desenvolvimento pode estar atrelado ao fluxo de imigrantes e estudantes atraídos para o município, no referido período, entre outras características, pelo fato de a cidade ser considerada centro de referência no setor educacional.

A partir de 1980, a indústria nacional começou a ensaiar um processo de reestruturação voltado para a modernização baseada em tecnologias microeletrônicas e na robotização da produção (Faria, 2004). Emerge o tema *qualidade* e proliferam-se os Círculos de Controle de Qualidade no Brasil, bem como a idéia de *Just-in-time*. No entanto, as condições de operação no plano da produção começam a se alterar concretamente no início da década de 1990, com a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior implementada pelo governo Collor. Desde então, pode-se afirmar que o Brasil se inseriu no processo de reestruturação produtiva e na chamada era da flexibilização das relações de trabalho.

Paralelamente, o município de Lavras inicia um redirecionamento econômico com a instalação de indústrias do setor metal-mecânico. A instalação dessas indústrias deu-se, em primeiro plano, pelos benefícios fiscais oferecidos

pela prefeitura do município. Por outro lado, a localização geográfica da cidade, também favoreceu a instalação das fábricas, visto que Lavras se encontra em um entroncamento rodoferroviário, exercendo polarização sobre vários municípios vizinhos. Além disso, a cidade estabelece ligação, pela rodovia Fernão Dias (BR-381), com as capitais São Paulo e Belo Horizonte. Pode-se citar ainda o fator educacional, ou seja, o potencial para o oferecimento de mão-de-obra qualificada para o setor industrial devido ao desenvolvimento educacional do município. Embora Lavras, no período de 1980 até meados de 1990, ainda estivesse em fase de desenvolvimento industrial, principalmente no setor metal-mecânico, as indústrias vindouras se preocupavam com as transformações que vinham ocorrendo nacionalmente, como as exigências em termos de qualificação de mão-de-obra.

Com a instalação da unidade fabril da companhia *AUTO*, em 1988, foi incentivado o desenvolvimento industrial no município de Lavras. A *AUTO* foi criada em 1951, período de desenvolvimento da indústria automobilística brasileira, instalada na cidade de Santo André, região do “ABC paulista”, dedicando-se à produção de peças de reposição para automóveis. Por volta de 1956, a empresa tornou-se uma das maiores companhias fabricantes de autopeças da América do Sul, centralizada em um complexo de indústrias localizado no Estado de São Paulo. Após a década de 1970, o Grupo Fabril constituía um conglomerado de mais de 15 empresas espalhadas no Brasil e em outros países, empregando, no início de 1980, cerca de 15.000 funcionários apenas nas unidades brasileiras (Pereira, 2003).

Nesse período, iniciou-se um processo de descentralização das fábricas, com a criação de unidades independentes dedicadas a produtos específicos, culminando com a instalação de uma unidade da *AUTO* no município de Lavras. O projeto para a instalação da fábrica no município teve início em 1986. Em fevereiro de 1988, a fábrica foi inaugurada com a fabricação e expedição dos

primeiros produtos, gerando, de imediato, 120 postos de trabalho assalariados. A operação industrial da *AUTO* em Lavras ocorreu de forma gradativa, iniciando pela fase final da fabricação, como a pintura e embalagem dos produtos, até a incorporação total de todo o processo industrial, em 1992. Para o início do processo de produção, os funcionários receberam treinamento na unidade fabril localizada em Santo André-SP. (Pereira, 2003).

O desenvolvimento do setor industrial no município de Lavras, principalmente no ramo metal-mecânico, pode ser atribuído à instalação da empresa *AUTO* devido à criação de um número considerável de indústrias satélites: fornecedoras, compradoras ou prestadoras de serviço para a *AUTO*.

Após a inauguração da *AUTO*, em Lavras, foram instaladas outras indústrias do ramo metal-mecânico, muitas delas, fornecedoras de peças para a primeira. Desde então, estimulou-se o desenvolvimento industrial, em diversos setores, na cidade. Por isso, a trajetória dessa empresa no município de Lavras merece destaque na presente seção.

No que se refere aos impactos nas esferas econômica, social e cultural, a partir do desenvolvimento industrial no município de Lavras, pode-se dizer que a cultura de trabalho, tradicionalmente baseada no setor rural e comercial, constituiu uma barreira para o trabalho industrial no município:

“A principal barreira para a instalação da AUTO em Lavras foi a falta de uma cultura industrial (...) o treinamento foi difícil, pois, além de uma falta de mão-de-obra especializada em atividades industriais, havia a dificuldade de adaptação aos horários de trabalho e aos procedimentos e normas da empresa” (gerente do controle de qualidade da empresa *AUTO*, apud. Pereira, 2003)

Sendo assim, pode-se dizer que o aspecto cultural influenciou na maneira como decorreu o processo de industrialização. Posto em comparação com o perfil dos trabalhadores no início da expansão da indústria automobilística brasileira, o trabalhador lavrense diferenciava-se em vários

aspectos, ao contrário do trabalhador do campo, que buscava na indústria da cidade grande um meio de “fazer o pé-de-meia” para retornar à sua região e comprar sua própria terra. O trabalhador lavrense já estava em sua região, acostumado aos horários e padrões do trabalho comercial de uma cidade interiorana e às formas de interação “relacionais” no ambiente de trabalho.

Embora na fase inicial da indústria automobilística no Brasil o estilo gerencial emergente tenha sido o “paternalista autoritário”, com a presença de supervisores de primeira linha, os chamados *feitores* (Fleury, 1997), mesmo assim, esse modelo gerencial distanciava-se das formas relacionais estabelecidas no mercado de trabalho comercial da cidade de Lavras. Enquanto os trabalhadores que migravam para o trabalho industrial na cidade grande tinham que trabalhar exaustivamente e adaptar-se rapidamente ao processo de produção e de gerenciamento, em Lavras, os trabalhadores, procuravam no setor industrial emergente, uma alternativa de trabalho influenciada pela crença depositada no trabalho da grande indústria, no salário, nos benefícios, na força das reivindicações sindicais, etc.

As evidências da inserção do município em um processo de reestruturação produtiva e de suas implicações são relativamente recentes. Pode-se dizer que a cidade inseriu-se no processo de reestruturação a partir de 1997. O marco inicial desse processo envolve a venda da unidade *AUTO* de Lavras para uma companhia multinacional. A partir de 1990 as ações do grupo *AUTO* foram vendidas para várias multinacionais. O controle acionário da unidade de Lavras foi adquirido no ano de 1997, por uma multinacional italiana. Esse processo marcou a passagem de uma administração que ainda conservava características de gestão baseadas no paternalismo autoritário, para uma *administração mais globalizada e individualizante*, mais voltada para o mercado. Essa mudança implicou um conjunto de transformações técnicas e uma reorganização na gestão da força de trabalho.

Após esse período foram intensificados nas indústrias de Lavras, programas como os de controle e programação da qualidade, da produção e dos estoques. Os controles passaram a desenvolver-se por meio dos sistemas *Kanban*³⁰ e *Just-in-time*, configurando assim, a passagem para novos métodos de produção e gestão, os quais, por sua vez, exigiriam novas qualificações, redirecionando as exigências acerca da mão-de-obra.

Com as mudanças ocorridas na indústria *AUTO*, por sua vez, foi impulsionado um processo de reestruturação em todo o município de Lavras. A começar pelas indústrias satélites, as quais tiveram por obrigação redirecionar suas atividades, visto que, em função dos sistemas de certificação, deveriam apresentar os padrões exigidos pela *AUTO*. Pela constante automação e informatização no setor industrial, principalmente a partir de 1998, também se evidenciou o acirramento das condições de empregabilidade.

A partir de 1998, as indústrias, principalmente a indústria *AUTO*, iniciaram um processo de substituição de máquinas. Os equipamentos foram substituídos por equipamentos computadorizados, os quais demandavam mão-de-obra especializada. Com isso, deu-se o processo de automação das indústrias no município, reduzindo o crescimento da oferta de empregos e aumentando os níveis do emprego precário ou informal.

O município de Lavras encontra-se com uma taxa de pessoas desocupadas de 7,17%. Entre os ocupados: 48,79%, verifica-se um nível elevado de trabalhadores informais³¹. Quanto à escolaridade, observa-se que, entre as pessoas ocupadas, aproximadamente 70% possuem apenas ensino fundamental completo, 30% possuem ensino médio completo e 12% possuem ensino superior

³⁰ O sistema *Kamban* é um sistema de anotação para acompanhar o estoque de material em processamento. Esse sistema só pode funcionar no contexto do *Just-in-Time* (Faria, 2004).

³¹ Utiliza-se este termo para os trabalhadores que não possuem carteira assinada.

completo. Entre os desocupados, aproximadamente 60% possuem o ensino fundamental completo, 24,7% possuem o ensino médio completo e 4% possuem o ensino superior completo. Entre os que se declararam ocupados, com carteira assinada (50% do total de ocupados), 28,6% atuam no setor industrial, desses 62,5% trabalham no setor de produção (PET, 2005).

Esse é o quadro de empregos no município de Lavras no ano de 2004, refletindo uma taxa de desocupação considerável, assim como o nível de trabalhos informais. Além disso, observa-se que a indústria, no município de Lavras, é responsável pelo emprego de grande parte da população que se declarou ocupada (28,6%), empregando, principalmente no setor de produção. Diante desse cenário, advoga-se a importância de conhecer as trajetórias pessoais e profissionais dos desempregados para que, somadas à trajetória da cidade de Lavras, auxiliem na investigação dos sentidos acerca da condição de estar desempregado(a).

5.3. Desempregados do setor industrial em Lavras: resgatando alguns aspectos da trajetória pessoal e profissional

Com o resgate da trajetória profissional e pessoal dos sujeitos sociais da pesquisa, ocorreu a compreensão de como foram produzidos os sentidos acerca da condição de desempregado(a). Conforme mencionado no capítulo 4, foram entrevistados 28 desempregados provenientes do setor industrial. Das entrevistas, 18 foram gravadas e realizadas com base em um roteiro de entrevista. Aos demais desempregados, foram aplicados 10 questionários não-estruturados. Ambos, o roteiro e o questionário, continham uma seção destinada a um breve relato da trajetória de vida, com ênfase para a trajetória profissional, de cada entrevistado.

Diante da impossibilidade, nos limites desta pesquisa, de apresentar as trajetórias individuais, optou-se pela identificação e apresentação de **trajetórias**

comuns. O fato de alguns desempregados terem residido e trabalhado, por um determinado período de suas vidas, em cidades como São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, auxiliou na classificação de uma trajetória comum. No entanto, tomou-se o cuidado de não deixar escapar alguns elementos particulares de cada desempregado, considerados importantes para a compreensão da produção de sentidos.

Nesta seção, a análise ocorreu com base nas entrevistas, embora dependa também da análise de alguns elementos referentes às práticas discursivas. A intenção é apresentar, descrever, resgatar, elementos da vida (pessoal e profissional) dos desempregados, que possam ser relevantes para a identificação dos sentidos produzidos.

A apresentação das trajetórias comuns e a apresentação de alguns elementos particulares, em cada trajetória, foram substanciais para a compreensão da visão de mundo dos desempregados e das personagens que emergiram das práticas discursivas (subjetividade). Portanto, ao compreender a trajetória pessoal e profissional, delineiam-se as condições de produção, a memória, a temporalidade, mais especificamente, o tempo vivido, das práticas discursivas. Estas, por sua vez, baseiam-se no vivido dos sujeitos sociais, segundo a idéia de Pêcheux (1990), em suas experiências particulares. Porém, as experiências também são informadas por estruturas ideológicas que são compartilhadas e se encontram no contexto e no interdiscurso (tempo longo). Por isso, advoga-se que a produção dos sentidos é social e historicamente contextualizada.

Vale destacar que todos os entrevistados, no período de coleta de dados para esta pesquisa, encontravam-se desempregados e residentes no município de Lavras, onde procuravam por emprego. Sendo assim, após a análise dos relatos de cada entrevistado, foram identificadas **três trajetórias comuns**, ressaltando alguns aspectos da vida pessoal e profissional referentes aos desempregados:

(a) Trajetória 1: desempregados que passaram a infância e tiveram a inicialização no trabalho em zona rural e, posteriormente, mudaram-se para a zona urbana do município de Lavras, onde iniciaram trajetória no setor de trabalho industrial;

(b) Trajetória 2: desempregados que passaram a infância e tiveram a inicialização no trabalho em zona urbana das cidades de Lavras, Ijací, Barbacena, Três Corações, Bom Sucesso, Perdões e São Paulo. Ou então, em distritos de algumas das referidas cidades e, posteriormente, mudaram-se para a zona urbana do município de Lavras, onde iniciaram trajetória no setor de trabalho industrial;

(c) Trajetória 3: desempregados que passaram a infância e tiveram a inicialização no trabalho em zona urbana das cidades de Bom Sucesso, Itajubá, São Paulo, ou Rio de Janeiro. Ou então, em distritos de algumas das referidas cidades. Em determinado período de suas vidas, mudaram-se para a zona urbana das cidades de São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, onde iniciaram trajetória no setor de trabalho industrial e, posteriormente, mudaram-se para o município de Lavras, onde continuaram, ou tentaram, trajetória no setor industrial.

Embora o objetivo tenha sido abranger elementos comuns em cada tipo de trajetória, e portanto, abranger de maneira mais completa possível as trajetórias dos entrevistados, ressalta-se a complexidade em fazê-lo e a possibilidade de existirem muitas outras trajetórias possíveis a serem resgatadas.

5.3.1. Trajetória 1: do rural para o urbano, da terra para a indústria

Compuseram a presente trajetória cinco desempregados, mais especificamente: S6, S10, S11, S14 e S15. Esses entrevistados declararam terem

passado a maior parte de suas infâncias em zona rural, independentemente do local de nascimento. Além disso, os desempregados S6, S10, S11 e S14 afirmaram terem iniciado no trabalho em zona rural entre 10 e 15 anos de idade, no auxílio ao trabalho da família na agricultura ou na criação de animais; em todos os casos, de base familiar, para a subsistência. Ou seja, o primeiro contato com o trabalho esteve relacionado à terra (no sentido literal): “*Meus pais são de roça, eles tinham um sítio(...), morei na roça(...)trabalhei na roça*” (S10).

Apenas a entrevistada S15, apesar de ter passado a infância em zona rural, iniciou-se no trabalho em zona urbana. Nesse caso, a família de S15 não possuía terras para o cultivo, nem mesmo para a subsistência, e apenas estabeleceu-se em zona rural devido à função do pai, que trabalhava com extração de pedras para calçamento de ruas.

O termo “zona rural” apareceu sempre ilustrado como “roça” quando se referia à própria fonte de renda da família, quando a família cultivava a terra ou criava animais. No dicionário, uma das definições para a palavra roça é: “*chácara onde se cultivam hortaliças e frutas*”. Uma outra definição é “*terreno plantado*” (Rios, 1999). Dessa forma, o fato de os desempregados S6, S10, S11 e S14 terem passado parte de suas vidas em zona rural, auxiliando no trabalho da família, delimitou para eles, uma noção de trabalho atrelada ao sustento, à terra, a um trabalho sempre disponível, pouco burocratizado e regulado. Por conseguinte, a noção de desemprego é o não poder trabalhar, não estar disponível ou não possuir as ferramentas necessárias para o trabalho.

Em determinado período, os desempregados mudaram-se para a zona urbana do município de Lavras, e então, iniciaram suas experiências no setor de trabalho industrial. Todos os entrevistados declararam como motivo da mudança, a busca por melhores oportunidades de trabalho e condições de vida. Entretanto, pôde-se observar que os entrevistados, bem como suas famílias, não enfrentavam situações de desemprego propriamente ditas, mas viviam sob

condições restritas de subsistência. Além desses fatores, a necessidade, cada vez mais percebida, de prosseguir nos estudos também impulsionou a mudança para o município.

Os entrevistados S6, S10 e S11 iniciaram ou prosseguiram com os estudos em Lavras e possuem ensino médio completo. Os entrevistados S14 e S15, completaram o ensino fundamental.

Em Lavras, os entrevistados inseriram-se no mercado de trabalho industrial. Todos foram trabalhadores do setor metal-mecânico por um período médio de cinco anos e encontravam-se desempregados há seis meses (S10, S11, S14 e S15) e há nove meses (S6). S6, S11 e S15 foram demitidos, explicitando os motivos de queda de produção e falta de qualificação. S10 e S14 desistiram do emprego por razões salariais.

A declaração da desistência do emprego no setor industrial, por ocasião de salários considerados baixos, apresentou-se intimamente relacionada, na análise das práticas discursivas, à imagem que esses desempregados construíram acerca da exploração do trabalhador industrial. Mesmo os desempregados demitidos, evidenciaram, nas práticas discursivas, o repertório das condições de trabalho com ênfase para a exploração.

Pôde-se traçar um paralelo entre os desempregados S6, S10, S11, S14 e S15 e suas trajetórias com os trabalhadores característicos do início do processo de industrialização no Brasil, segundo Fleury (1997). Enquanto os trabalhadores caracterizados por essa autora migravam do campo para a cidade em busca de “fazer o pé-de-meia” na indústria emergente, os entrevistados que compõem a trajetória 1, embora também tivessem traçado o percurso rural-urbano, já não pensavam em retornar para a “terra”. Dessa forma, observou-se que a noção de trabalho (trabalho sempre disponível, pouco burocratizado e regulado) que esses entrevistados possuíam e que dificilmente abandonariam, visto que ainda continuavam próximos a essa noção (próximos à “roça”, em uma cidade

interiorana, etc.), dificultou a inserção e a trajetória de trabalho dessas pessoas no setor industrial, em Lavras. Verificou-se a tendência de atrelar o trabalho industrial ao controle rígido, aos baixos níveis salariais, ou seja, à exploração.

5.3.2. Trajetória 2: lavrenses, não lavrenses e o trabalho industrial em Lavras

Nessa trajetória está inclusa a maioria dos integrantes da pesquisa, totalizando 16 desempregados, mais especificamente: S1, S2, S3, S5, S7, S9, S12, S13, S16, S18, S19, S20, S21, S22, S23 e S24. Esses entrevistados declararam terem passado a maior parte de suas infâncias em zona urbana das cidades de Lavras, Ijací, Barbacena, Três Corações, Bom Sucesso, Perdões e São Paulo. Ou então, em distritos de algumas das referidas cidades, independentemente do local de nascimento, onde se iniciaram no mercado de trabalho. Sendo assim, o primeiro contato com o trabalho se deu em zona urbana, na maioria dos casos, no setor de comércio. A inserção no trabalho industrial ocorreu quando os entrevistados já residiam no município de Lavras.

Dos 16 desempregados que apresentaram essa trajetória, 9, ou são naturais da cidade de Lavras, ou residem no município desde o nascimento, ou seja, sempre moraram em Lavras. Trata-se dos entrevistados: S3, S5, S9, S13, S18, S19, S21, S23 e S24. O restante dos desempregados declarou ter passado parte da infância ou iniciado no trabalho nas demais cidades listadas no primeiro parágrafo deste tópico.

A inserção no trabalho industrial ocorreu na cidade de Lavras para todos os 16 entrevistados. Um elemento comum presente em suas trajetórias é o fato de que os entrevistados, ao se mudarem para o município de Lavras, declararam tê-lo feito em busca de uma “alternativa de trabalho”, impulsionada pela promessa de desenvolvimento do setor industrial lavrense, especificamente no setor metal-mecânico (a partir de 1985). Além disso, a crença nos benefícios do

“trabalho na grande indústria” que advinha, principalmente, da referência da indústria paulista e das forças dos movimentos sindicais, também impulsionou a mudança para Lavras.

Os entrevistados trabalharam em diversos setores da indústria tais como: metal-mecânico, alimentício, serralheria, construção e cosméticos. A média de permanência nas empresas foi de três anos. Entre os desempregados, dez foram demitidos por diversos motivos declarados, dentre eles, a falta de qualificação e a não-adequação às normas das empresas. Os demais declararam que saíram do trabalho por motivos de salários baixos, exploração ou não-adequação às normas das empresas. Especificamente: S3, S5, S7, S12, S13, S18, S19, S20, S21, S22, S23 e S24 estavam desempregados de 2 a 6 meses; S1, S2 e S9 estavam desempregados há doze meses; e, S16 encontrava-se desempregado há vinte e quatro meses.

Esse quadro de trajetória profissional está relacionado às práticas discursivas dos desempregados que compuseram a trajetória 2. Também na trajetória 1, destacou-se o aparecimento do repertório do trabalho atrelado às condições de trabalho na indústria, como exploração, e às condições de empregabilidade nesse setor como visão de exigência elevada quanto à qualificação e crença na importância da indicação/personalismo (ter uma pessoa conhecida que faça a indicação no momento de inserção no mercado de trabalho).

No entanto, ao contrário dos desempregados da trajetória 1, os entrevistados pertencentes à trajetória 2, percebem o trabalho no setor industrial e, conseqüentemente, a condição de estar desempregado(a), em relação a um referencial local do que seja trabalho. Esse referencial, por sua vez, está quase sempre baseado na noção de trabalho no setor comercial, seus horários e nas formas de interação “relacionais” no ambiente de trabalho. Por isso, nessa trajetória, inserem-se os desempregados que se encontram mais imersos nos

costumes locais e, portanto, mais afastados da realidade da lógica do trabalho industrial. Mesmo que os entrevistados tenham trabalhado na indústria, apresentam o conflito entre os benefícios do setor industrial e os costumes internalizados do trabalho comercial, e mais, do trabalho comercial em Lavras.

5.3.3. Trajetória 3: fuga do desemprego, outras experiências industriais e fuga da violência

O total de sete desempregados, S4, S8, S17, S25, S26, S27 e S28, compuseram essa trajetória. Esses desempregados passaram a infância e tiveram a inicialização no trabalho em zona urbana das cidades de Itajubá, Bom Sucesso, Perdões, São Paulo ou Rio de Janeiro. Ou então, em distritos de algumas das referidas cidades, independentemente do local de nascimento. Da mesma forma que os entrevistados que compuseram a trajetória 2, o primeiro contato com o trabalho dos desempregados da trajetória 3 ocorreu em zona urbana, no setor de comércio.

Em determinado período de suas vidas, os integrantes dessa trajetória mudaram-se (ou permaneceram na) para a zona urbana das cidades de São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro, onde iniciaram trajetória no setor de trabalho industrial. S4, S8, S17, S25 e S26 já residiam em uma das capitais citadas quando se tornaram trabalhadores industriais. Aqueles que migraram do interior para a capital (S27 e S28), declararam a fuga do desemprego no interior, como principal razão para a mudança.

Nesse quadro, reflete-se o movimento de muitos trabalhadores ou desempregados de cidades interioranas, principalmente a partir da década de 1970, em busca de emprego na “grande indústria da capital”. Com o crescimento dos postos de trabalho na indústria brasileira e o fortalecimento dos movimentos sindicais, esse foi um período em que a indústria significava o ideal de trabalho assalariado. As reivindicações dos sindicatos por benefícios sociais (plano de

saúde, por exemplo) e melhores condições de trabalho, impulsionavam a corrida pela conquista do emprego na indústria. Dessa forma, os sete entrevistados passaram por experiências nas indústrias de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, atuando nos setores metal-mecânico, alimentos e construção.

Posteriormente, os entrevistados se mudaram para o município de Lavras, onde continuaram (ou tentaram continuar) a trajetória de trabalho no setor industrial. Os desempregados S4, S8, S25 e S26 declararam terem se mudado devido ao índice de violência na cidade de São Paulo. S17, S27 e S28, argumentaram outros motivos:

(02)“[...] depois vim embora pra cá, pra Lavras, porque lá [São Paulo] é uma cidade muito, (...) porque quando a gente fica desempregado lá, muitos caem no mundo da marginalidade, de roubar, entendeu?” (S25).

Dos entrevistados que declararam fuga da violência, apenas S8 conseguiu se reinserir no mercado industrial de Lavras, mais especificamente, no setor metal-mecânico, no qual permaneceu de 1990 até 1995, quando foi demitido por motivos de alcoolismo. No período da pesquisa, S8 estava desempregado já havia 18 meses. S4, S25 e S26, embora não tenham trabalhado no mercado industrial lavrense, conseguiram trabalho em outros setores e encontravam-se desempregados há vinte e quatro, seis e trinta e seis meses, respectivamente. Dos demais entrevistados, apenas S17 conseguiu trabalho no setor industrial de Lavras, no qual permaneceu por um ano, foi demitido e encontrava-se desempregado há seis meses. S27 e S28 estavam desempregados há vinte e quatro meses.

O fato de os entrevistados pertencentes à trajetória 3 terem tido experiências industriais nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro influenciou, de maneira significativa, na visão desses entrevistados acerca do trabalho industrial em Lavras e acerca da condição de estar desempregado(a). Nas práticas discursivas (capítulo 6) observou-se a

manifestação de elementos comuns como a consciência da importância da qualificação para o trabalho industrial e a forte presença discursiva do “sindicalismo”, referindo-se à visão que as indústrias têm hoje desses movimentos e ao papel do trabalhador industrial.

Pôde-se observar a centralidade da qualificação como elemento de empregabilidade. Na verdade, pela experiência de trabalho em uma cidade como São Paulo (no caso de S8), aproxima-se a idéia da empregabilidade muito mais da competência do que de fatores como a indicação/personalismo. O fator indicação aparece com maior intensidade, por exemplo, nas práticas discursivas dos desempregados pertencentes à trajetória 2.

Além disso, os entrevistados da presente trajetória, mencionaram as particularidades do município de Lavras como um entrave para o desenvolvimento industrial no município:

(03) “Afeta. Afeta, a cultura afeta. Afeta sim. Afeta porque, como a cidade é menor [Lavras], então existe um povo que tem um sobre poder aqui dentro, entendeu? (...) então estão contra as indústrias (...)” (S4).

No trecho acima, S4 refere-se à resistência de empresários lavrenses, por exemplo, comerciantes, para com a instalação de indústrias.

Com o resgate de alguns aspectos das trajetórias dos desempregados (tempo vivido), possibilitou-se a identificação da construção das “personagens desempregados” e das formas como eles se expressam nas práticas discursivas.

6. A ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DOS DESEMPREGADOS E A IDENTIFICAÇÃO DOS REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS

Neste capítulo, foram analisadas as práticas discursivas a fim de identificar os repertórios interpretativos presentes na “formação discursiva” dos desempregados. Ou seja, buscaram-se as formas como os desempregados interpretam sua condição, considerando o conjunto dos enunciados como sócio-historicamente circunscritos em uma temporalidade que delimita o que pode ser dito.

Vale ressaltar que a interpretação do desemprego, considerando a condição de estar desempregado(a), esteve sempre relacionada à interpretação do trabalho. Os repertórios e os temas mais recorrentes nas práticas discursivas foram abordados e ilustrados com fragmentos dos relatos dos desempregados, nos quais foi mantida a linguagem desses grupos. Esses fragmentos foram considerados representativos de cada repertório ou tema para o qual se propunham servir como exemplo. Nesse sentido, foram identificados dois repertórios interpretativos, contendo, cada qual, subconjuntos em seu interior:

(a) Repertório interpretativo do trabalho

- I - Repertório do processo de reestruturação produtiva em Lavras
- II - Repertório da condição de trabalhador

(b) Repertório interpretativo do desemprego

- I - Repertório das condições de manutenção da empregabilidade
- II - Repertório da condição de desempregado(a)

O repertório interpretativo do trabalho esteve sempre presente, intradiscursivamente, no repertório interpretativo do desemprego. Ambos, foram atravessados, no interdiscurso, pelas formas de relacionamentos dos

desempregados com eles mesmos (subjetividade), pela visão de mundo (*ethos*) e pela interpretação dos desempregados acerca das mudanças no mundo do trabalho, processo de reestruturação produtiva.

Por isso, optou-se pela apresentação do repertório do desemprego paralelamente ao repertório do trabalho. Por exemplo, ao apresentar o subconjunto das condições de manutenção da empregabilidade, obrigatoriamente, será inserido o subconjunto do processo de reestruturação produtiva em Lavras.

Dessa forma, subdividiu-se o capítulo em duas seções, por meio das quais se apresentaram: i) os repertórios da reestruturação produtiva e das condições de manutenção da empregabilidade; e, ii) os repertórios do trabalhador e da condição de desempregado(a).

6.1. Repertórios interpretativos do processo de reestruturação produtiva em Lavras e das condições de manutenção da empregabilidade

Os repertórios interpretativos do trabalho e do desemprego estiveram presentes nas 28 entrevistas realizadas. No que tange ao processo de reestruturação produtiva em Lavras e às condições de manutenção da empregabilidade, como subconjuntos de repertórios, esses apresentaram-se em 25 entrevistas.

A desempregada S21 (fragmento 01) introduziu o tema das condições de empregabilidade, expressando o discurso da falta de oportunidade para os jovens, mobilizando a personagem “*eles*” [as indústrias], e fez a ligação com a personagem “*ninguém*”, referindo-se também às indústrias. No relato, a desempregada “sai de cena” para dar lugar aos atores da ação: as indústrias, que não “dão” oportunidade; e os jovens, que não têm oportunidade.

(01) “[...] *eles* exigem experiência, mas como ter experiência se ninguém dá a chance do primeiro emprego?” (S21).

O desempregado S1 (02) utilizou a ilustração, como um procedimento argumentativo, para reforçar a idéia *subentendida* de que, no setor industrial, a exigência em termos de experiência é maior em relação a outros setores, como o de vendas, por exemplo:

(02) “[...] vamos dizer, hoje é um tal negócio de experiência, né? Porque outros que eu vejo como vendedor, alguns empregos que eu acho que não necessitam de experiência. Nessas áreas não é tanta exigência (...) uma empresa grande [indústria], um ano que eu tenho de experiência só em carteira eu acho que conta ponto pra isso. Então eu acho que pensam mais no pessoal com maior tempo de serviço(...) eles não dão oportunidade pra gente” (S1).

Subentende-se que a comparação de S1(02), quanto às exigências em experiência, refere-se ao setor industrial. Em seguida, o desempregado introduziu a expressão metafórica “*uma empresa grande*”, referindo-se à indústria (é possível extrair essa informação pela relação interdiscursiva e pelas condições de produção) e fez a ligação com os dizeres “*um ano de experiência (...) conta ponto*” e “*eles não dão oportunidade pra gente*”, deixando subentender que ele mesmo não possuía experiência suficiente e, por isso, não encontrava oportunidade de trabalho no setor industrial.

Esse desempregado (S1) manifestou-se subjetivamente, no trecho 02, por meio do sujeito gramatical “*eu*”, expressando sua indignação com a falta de oportunidade para os jovens, ou pessoas sem experiência profissional, no mercado de trabalho industrial. Entretanto, o desempregado S1 (03) expressou posição de fuga e passividade com relação à condição de desempregado ao construir uma visão de mundo na qual se inseriu como alguém que aguardava pela oportunidade de trabalho:

(03) “[...] Na verdade, assim, na faculdade me dá uma segurança, eu tô estudando (...) eu tô me dedicando mesmo à faculdade (...) se algum dia

acontecesse de eu não conseguir emprego, então, com certeza, eu vou me abalar” (S1).

Embora esse desempregado estivesse procurando um emprego, ele mesmo não se via como desempregado e utilizou a faculdade como fuga da condição de desempregado: *papel* de estudante. Esse fato explicitou-se no enunciado: “(...) *se algum dia acontecesse de eu não conseguir emprego então (...)*”.

O tema da competitividade foi introduzido pela desempregada S10 (04) como expressa o procedimento argumentativo irônico “(...) *a fila de duzentos, trezentos currículos (...)*”, referindo-se a uma concorrência burocrática enfrentada por todos aqueles que estão à procura de emprego. A expressão metafórica “*urubu na carniça*”, representa a figura desesperada dos muitos desempregados que “atacam famintos” a oportunidade de emprego que aparece:

(04) “*[...] Todo lugar que você vai tem a fila de duzentos, trezentos currículos e alguém já chegou na sua frente, sabe como é que é, o pessoal descobre onde tá precisando de alguém e vai como urubu na carniça*” (S10).

Ainda com relação às condições de empregabilidade, o desempregado S8 (05) relatou as providências tomadas para conseguir um emprego:

(05) “*Eu tô fazendo curso superior, mas já tô pensando em outras coisas também, em fazer uma língua pra ver se melhora mais, então você tem que tá sempre melhorando cada vez mais porque o mercado nunca pára, né? As pessoas estão se reciclando, tem pessoas que saem da faculdade e tão entrando no mercado, então você tem que tá caminhando junto*” (S8).

Verifica-se o tema da necessidade da própria construção das condições de empregabilidade. Para articular seu discurso, S8 utilizou as expressões metafóricas: “*o mercado nunca pára*” e “*estão se reciclando*”, reforçando a idéia

interdiscursiva de que, no universo de trabalho, a empregabilidade depende do indivíduo, o qual deve estar sempre em atualização.

No fragmento 06, o desempregado S3 utilizou a metáfora “correr atrás do prejuízo”, referindo-se à qualificação. A idéia de ter que “correr atrás” da qualificação, no interdiscurso, está atrelada ao aumento da competitividade (competição, corrida: correr atrás) na procura por emprego:

(06) “*Ah, hoje em dia tem que andar muito (...) ah, é complicado, tem que correr atrás do prejuízo, né?*” (S3).

No repertório das mudanças no setor industrial de trabalho, observou-se o discurso da evolução, em termos de exigência em qualificação, do setor industrial. Por meio da expressão “*quando eu entrei lá*”, a desempregada S15 (07) fez uma referência ao início da década de 1990 (quando iniciou suas funções na referida indústria); a palavra “*lá*” indica a indústria onde S15 trabalhou.

Quando introduziu a palavra “*agora*”, subentendendo o período após o ano de 1995, a desempregada definiu as exigências em termos de qualificação em diferentes épocas do setor industrial em Lavras. Além disso, S15 expressou subjetivamente sua condição de desempregada por meio da palavra “*lá*”, a indústria em que trabalhou, conferindo sentido de distanciamento entre ela (S15) e a organização. Subentende-se que a personagem “*quem*”, mobilizada por S15, refere-se a ela própria, visto que declarou-se vítima da insegurança em termos de qualificação:

(07) “*Quando eu entrei lá não exigia, não. Nem o primeiro grau não exigia, primeiro grau completo não. Mas agora estão exigindo, porque lá quem não tem o primeiro grau realmente não tem segurança nenhuma, eles estão exigindo mesmo*” (S15).

O desempregado S8 (08) afirmou que a “instrução” (qualificação) é o principal elemento de empregabilidade no setor industrial. Pelo uso de

expressões “*tá fora do mercado*” e “*tá pegando muito o grau de instrução*”, evidenciou-se a idéia da centralidade da qualificação para se conseguir trabalho. Nesse caso, quem está fora do mercado é a pessoa que não possui “instrução” (qualificação).

Por outro lado, quem possui qualificação “é pego” pelo mercado. A partir da pergunta “(...) *ele vai ficar fazendo o que lá na [nome da empresa]?*”, S8 introduziu dois personagens com base nos quais construiu seu próprio papel. A personagem “*ele*” refere-se à pessoa sem qualificação e que não consegue emprego, no caso, o próprio enunciador se incluiu nesse cenário. No enunciado: “(...) *lá não tem quem não tem o segundo grau [ensino médio] (...)*”, o desempregado estipulou a imagem que tem da mínima exigência do mercado em termos de qualificação, ou seja, o ensino médio:

(08) “[...] *porque se o camarada não estuda, ele vai ficar fazendo o que lá na [nome da empresa]? É igual a [nome da empresa], lá não tem quem não tem o segundo grau, não precisa nem ir lá na porta que eles não pegam, mas se for levar na lógica certa eles não são errados. Vamos supor: tudo computadorizado, o que um cara analfabeto vai fazer lá dentro da fábrica? Se não tiver um grau de instrução tá fora do mercado. Talvez a pessoa possa ser o melhor profissional, mas infelizmente tá pegando muito o grau de instrução, na área de informática e etc” (S8).*

Quando esse desempregado articulou a expressão “*lógica certa*” com a personagem “*cara analfabeto*” e com a expressão “*tudo computadorizado*”, deixou subentenderem-se várias proposições: na indústria, os processos de trabalho já não dependem apenas da força física; por isso, é “*lógico*” que se exija um certo nível de qualificação para se trabalhar nessas indústrias; e esse nível de qualificação não seria função apenas do grau de escolaridade, mas de conhecimentos em informática, por exemplo. A personagem: “*cara analfabeto*” foi apresentada dessa forma por S8, reportando-se à pessoa que não é capaz de

atuar em um local onde é “*tudo computadorizado*” e não à pessoa que não sabe ler e escrever.

Ainda com referência ao tema da qualificação, no fragmento 09, a palavra “*profissional*” está ligada à palavra “*experiência*”, ambas articuladas por S9 referindo-se à imagem que esse desempregado possui do *trabalhador profissional*: aquele que tem experiência, mesmo não possuindo o grau de escolaridade exigido pelo mercado. Para essa construção, S9 articulou a personagem: “*a pessoa*”. No intradiscurso, S9 inseriu-se subjetivamente nessa construção (trabalhador profissional), por meio do uso da expressão “*eu acho*” e, posteriormente, pela apresentação de uma ilustração, sua própria experiência no setor industrial, explicitada pela expressão “*por exemplo (...)*”. Pelo silenciamento antes da expressão “*por exemplo*”, compreende-se que S9 relutou em ilustrar sua própria condição de trabalhador sem qualificação, nesse caso, a idéia de qualificação expressa por S9, além do grau de escolaridade, também inclui o conhecimento de “*outras línguas*”, por exemplo.

Essa idéia de qualificação parece ter sido internalizada por S9, ou seja, ele cita outras línguas porque, no interdiscurso, está a idéia da globalização, etc. Entretanto, para o desempregado, essas exigências em termos de qualificação não se justificam para o trabalhador industrial e podem dificultar a conquista de um emprego para o “*trabalhador profissional*” (o que possui apenas a experiência). S9 argumentou sua opinião com a metáfora da “*burocracia*”, mas ressaltou que isso (a burocracia da qualificação) ocorre “*hoje*” e não “*antes*”, ou seja, subentende-se a relação interdiscursiva com as novas condições de empregabilidade. A metáfora da burocracia é seguida de um exemplo no trecho 09, no qual S9 manipulou dois principais personagens: “*uma pessoa*”, referindo-se ao desempregado à procura de emprego; e “*lá*”, referindo-se à empresa:

(09) “[...] porque às vezes a pessoa é profissional na área e não tem um grau escolar, e às vezes a pessoa não consegue [emprego] por causa da

escolaridade. Então, eu acho que isso devia ser mais pela experiência do trabalhador porque (...) por exemplo, lá na [nome da empresa] você não vai falar inglês, você não vai falar outras línguas (...) Hoje tem muita burocracia, antes o pessoal falava assim: tem uma pessoa ali pra trabalhar, tal, aí a pessoa ia lá já conversava e começava a trabalhar, hoje não” (S9).

Em outro aspecto do entrecruzamento dos repertórios, indica-se a própria cultura (local e nacional) como fenômenos ligados ao desemprego, principalmente no que se refere aos elementos de empregabilidade no município de Lavras.

No fragmento 10, o desempregado S4 expressou a dificuldade para conseguir trabalho no município de Lavras, utilizando o procedimento da ilustração, referindo-se à experiência vivida na cidade de São Paulo. Após a ilustração, o desempregado afirmou que “*aqui*”, ou seja, na cidade de Lavras, é preciso “*ter alguém*”, conhecer pessoas para fazer a *ponte* entre o desempregado e a organização. Do enunciado, pressupõe-se que na cidade de São Paulo não era preciso conhecer pessoas que fizessem a *ponte*, e subentende-se que, na cidade de Lavras, sem essa *ponte*, a dificuldade para conseguir trabalho é maior. No início do enunciado, quando S4 relatou sua dificuldade em conseguir trabalho, manifestou-se subjetivamente como desempregado por meio do discurso na primeira pessoa: “*eu*”. Esse posicionamento foi modificado no final do enunciado, quando o desempregado denunciou quais seriam as condições para se conseguir trabalho no município de Lavras, para tanto, valeu-se da expressão “*a gente*”, pluralizando sua condição.

(10) “A maior dificuldade, no meu caso, eu não sei se é porque eu trabalhava em São Paulo e eu morei muito tempo lá (...) então eu não tenho muito conhecimento aqui. Aqui, a gente tem que ter alguém pra tá apresentando, entendeu?” (S4).

Verifica-se o sentido contextualizado da palavra “*conhecimento*”, referindo-se ao fato de ser conhecido em oposição a ter conhecimento de alguma coisa. Esse último sentido conferido para a palavra conhecimento, refere-se à prática da *indicação*, ou *ter quem indique* no momento da procura por trabalho, popular e ironicamente chamado de “*QI*” (quem indique), conforme relatou a desempregada S12:

(11) “[...] *eu acho que você tendo alguém que te indique, um padrinho (...) quem já trabalha na empresa, é mais fácil (...) já me falaram assim que na [nome da empresa] tem que ter alguém lá de dentro pra levar seu currículo, porque você deixar lá não adianta (...)*” (S12).

No fragmento 11, ressalta-se a prática da indicação como um elemento que pode dificultar o acesso ao emprego. S12 utilizou a metáfora do “padrinho” para ilustrar a personagem que indica. Essa metáfora faz referência, no interdiscurso, a algumas características presentes na própria cultura brasileira, como o paternalismo, por exemplo. S12 argumentou sua idéia pelo uso de uma ilustração, exemplo, no qual “o padrinho” manifestou-se na personagem “alguém lá de dentro”, remetendo a algum funcionário da empresa que possa indicar um desempregado como candidato a uma vaga.

Segundo o discurso do desempregado S14 (12), essa “apadrinhagem” ocorre com maior frequência em “*idades pequenas*”, figura a partir da qual se subentende que, para S14, essa é uma prática recorrente no município de Lavras. Em seguida, apresenta-se um exemplo, referente a uma empresa no município de Lavras, como procedimento argumentativo. No exemplo, S14 articula diversas vozes, personagens, inclusive ele próprio: “*o faxineiro*”. Assim, quando afirmou “*eu via tudo isso*” reforçou seu discurso e conferiu verdade para a prática da “apadrinhagem”, prática que ele próprio, como desempregado, internalizou como necessária para que possa conseguir trabalho: “*é ele que vai te arrumar*”

serviço” e não o fato de entregar o currículo. Pressupõe-se que a personagem “*ele*” refere-se ao “padrinho”:

(12) “*Esse negócio de padrinho é mais forte numa cidade pequena. Eu já vi isso aí, inclusive na [nome da empresa], a secretária que pegava o currículo, quando juntava muito, ela rasgava os currículos e jogava na lixeira. Eu trabalhava de faxineiro, eu via tudo isso. Por isso que eu falo: currículo não resolve. Resolve assim: você tem um conhecido na empresa leva o currículo só pra dizer que você levou, mas é ele que vai te arrumar o serviço” (S14).*

O desempregado S18 (13) utilizou o tema “informação” para ilustrar a importância do elemento indicação. Entretanto, subentende-se, que a indicação funciona com base na competência profissional e não na apadrinhagem. Para argumentar seu discurso, S18 apresentou uma ilustração e articulou as personagens: “*eles*”, as indústrias; e “*o fulano*”, o trabalhador. S18 revelou a idéia de que as indústrias constroem uma “rede de informações” e, por meio dela, admitem ou não os trabalhadores:

(13) “*Não adianta, eles vão pedir informação lá: como foi o fulano de tal aí na indústria?. As firmas trocam informação, não tem como falar que não troca” (S18).*

O repertório do processo de reestruturação produtiva em Lavras, mais especificamente no setor industrial, revelou-se, nas práticas discursivas, como elemento ligado ao desemprego, como fator que impulsiona as próprias condições de empregabilidade. Reportando-se novamente ao fragmento 08, referente ao discurso do desempregado S8, As expressões: “*tudo computadorizado*” e “*dentro da fábrica*” ressaltam a relação interdiscursiva com as mudanças no mundo do trabalho, principalmente no que tange às mudanças de cunho tecnológico.

Por meio dessa relação, S8 deixa subentendido que, estando tudo computadorizado, mesmo dentro da fábrica, o trabalho “*braçal*” para ser substituído por uma máquina qualquer (um computador em si, ou uma máquina computadorizada). Dessa forma, a demanda por trabalho diminui em termos de quantidade (muitas pessoas para realizar uma tarefa) e aumenta em termos de qualidade (poucas pessoas que “saibam operar” a máquina que realizará a tarefa). Decorre disso a importância da qualificação como elemento de empregabilidade.

O desempregado S4 (14) utilizou suas experiências no mercado de trabalho industrial em São Paulo para traçar um quadro das mudanças nesse setor. Pelas expressões “*naquela época*” e “*era*”, indicam-se a construção do *ethos*, visão de mundo, a partir da experiência vivida. Nessas condições de produção, S4 posicionou-se, não como desempregado, mas como “*extrabalhador*” da indústria. Ao contrapor a expressão: “*naquela época*” com a palavra “*hoje*”, o desempregado expressou as novas condições de empregabilidade em função das mudanças tecnológicas. No silenciamento antes de “*a tecnologia avança*” e “*hoje em dia eles*”, deixa-se subentendida uma relação temerosa entre as novas exigências do mercado e a percepção de S4 acerca de sua própria qualificação:

(14) “*O mercado de São Paulo, naquela época, era um mercado muito bom. Era um salário melhor do que hoje. As exigências eram menos do que hoje, a cobrança. Hoje em dia, a cada dia que se passa, é (...) a tecnologia avança. E antigamente não tinha tanto (...) hoje em dia, eles já querem o segundo grau e até mesmo o superior*” (S4).

No relato de S4 (15), pressupõe-se também a mudança na concepção do trabalhador industrial. O desempregado afirmou que “*hoje*”, a profissão de metalúrgico já não é tão boa quanto “*antes*”. Isso está pressuposto na prática discursiva pelas palavras “*antes*” e “*era*”. Por outro lado, subentende-se que as

profissões: “ajustador mecânico” e “torneiro mecânico” já não são valorizadas pela modernização e automação dos processos de produção, referindo-se, no interdiscurso, às mudanças tecnológicas no setor de trabalho industrial:

(15) “[...] então, o metalúrgico antes, ele era uma profissão muito boa, tinha uma boa visão, as pessoas tinham uma boa visão de você, entendeu? Você pegava um ajustador mecânico, um torneiro mecânico, era um curso excelente, sabe? Ele era um profissional excelente tendo um curso desse.” (S4).

S14 (16) introduziu o elemento do “contrato flexível” como expressão do processo de reestruturação produtiva. Os enunciados: “falei tudo bem”, “eu superei” e “eu não podia levar em frente”, deixaram aflorar subjetivamente a posição do desempregado, baseada na condição de trabalhador submisso às formas precárias de emprego. Trata-se de um discurso permeado pelo interdiscurso das relações: trabalhador e organização. No enunciado: “traição!”, revela-se o quanto essa relação pode ser conflituosa. Envolvendo aspectos de laços afetivos, pois se pressupõe que, se sente traído aquele que estabelece um laço; e, de submissão. Na expressão “arrumaram um jeitinho”, S14 recorreu ao discurso na terceira pessoa do plural e, dessa forma, além de não se manifestar subjetivamente, relativiza os sujeitos da ação, referindo-se à organização como um todo.

Além disso, no procedimento argumentativo irônico, a palavra “jeitinho” reporta-se, interdiscursivamente, a um traço característico da cultura brasileira: “o jeito”. S14 utilizou a ilustração, dando voz a uma personagem (a empresa): “se você não quiser receber, pode deixar aí [na empresa]”, onde se revelou como trabalhador expropriado da liberdade de exercer seus próprios direitos, culminando com sua condição de desempregado:

(16) “Porque agora eu tava trabalhando na fábrica, inclusive eu fui contratado por 90 dias. Falei tudo bem. Quando chego lá, trabalhei treze dias aí eles falaram que ia trocar de firma. Perdi meu contrato.

Arrumaram um jeitinho lá e pagaram treze dias só. Não houve quebra de contrato não me pagaram nada disso. Aí falaram: ‘se você não quiser receber pode deixar aí’. Eu superei, peguei o cheque com ele, agora vou pagar conta. Traição!. Mas eu não podia levar em frente porque poderia eles atrapalharem o próprio emprego meu” (S14).

Além da flexibilização e precarização do trabalho, a exploração também foi um tema recorrente nas práticas discursivas dos desempregados:

(17) *“Saí porque eles pagam pouco. É (...) dá bem dizer o salário comercial, entendeu? Você ficar num industrial, inclusive lá é difícil porque a gente tinha muito trabalho, lavar máquina, a fábrica com enceradeira, é muito trabalho. Lá vaza muito óleo, tem muita química que é a soda pra gente limpar o chão, então atrapalhava bem a saúde” (S14).*

O desempregado S14 (17) expressa a imagem que construiu, por meio de suas experiências de trabalho no setor industrial. S14 primeiro declarou ter abandonado o trabalho no setor industrial, por questões salariais. Para tanto, lança o procedimento da ilustração e da comparação entre o salário comercial versus as condições de trabalho na indústria. Com isso, subentende-se que o trabalhador industrial merece receber um salário superior ao comercial. O desempregado justifica seu posicionamento com outra ilustração, com base em sua experiência, valendo-se do uso de figuras como “*máquina*”, “*enceradeira*”, “*óleo*”, “*química*” e “*soda*”. Dessa forma, reconstrói, nesta pesquisa, a dinâmica do cenário industrial de trabalho. Por fim, S14 ressaltou a idéia da exploração, ao explicitar que as referidas condições de trabalho no setor industrial acabavam por prejudicar a saúde do trabalhador, culminando com a sua saída.

No fragmento 18, o enunciado: “*não era ruim, mas era muito intenso*” refere-se à imagem que o desempregado S11 tem do trabalho no setor industrial, adquirida pela experiência do desempregado. Assim, S11 articulou as personagens: “*a gente*” e “*eu*” para expressar-se subjetivamente, ora como

trabalhador, ora como desempregado. A imagem da exploração explicitou-se pelas figuras: “doente”, “água fria” e “forno”:

(18) “*Não era ruim mas era muito intenso, a gente fazia muita hora extra. A gente não parava. Eu saí porque eu fiquei doente, de tanto mexer em água fria e forno (...) Ai eu voltei, resolvi voltar pra casa dos meus pais*” (S11).

Pressupõe-se, portanto, pelos discursos de S14 (17) e S11 (18), que a imagem da exploração no setor industrial pode atuar como elemento de desemprego nesse setor, seja pela desistência do próprio trabalhador, seja pelo afastamento devido às condições de saúde.

O tema exploração no setor industrial, atrelado tanto ao repertório do processo de reestruturação produtiva, quanto às condições de manutenção da empregabilidade, associou-se discursivamente ao enfraquecimento dos movimentos sindicais. Este discurso, por sua vez, está permeado interdiscursivamente pelo processo de reestruturação produtiva.

O desempregado S4 (19) articulou duas expressões metafóricas: “*sindicato forte*” e “*sindicato enfraqueceu*”. O motivo declarado (textual) dessa mudança é o envolvimento do movimento sindical com a “*política*”. O sentido da palavra “*política*” está subentendido pelo contexto da produção discursiva. Sendo assim, S4 referiu-se ao envolvimento dos sindicalistas com os interesses organizacionais, em prol de interesses individuais. Em um segundo momento, o desempregado posicionou “*o funcionário*”, como o trabalhador não sindicalizado e interligou essa personagem com a palavra “*medo*”, por sua vez, ligada à palavra “*empresa*”: “*a empresa vai tá dispensando ele*”. Ou seja, S4 construiu uma relação, pressuposta, contrária àquela revelada no início do relato, entre sindicato e estabilidade no emprego. Além disso, subentende-se a visão da relação de submissão entre trabalhador e indústria na prática discursiva de S4.

(19) “A gente tinha uma estabilidade melhor no emprego porque o sindicato ajudava, tinha muito sindicato forte que ajudava a manter o funcionário, entendeu? Hoje já não é desse jeito, já não é assim mais. O sindicato enfraqueceu porque muitos sindicalistas se envolveram com a política e eles querem ver o lado deles pessoal e tão se esquecendo dos trabalhadores. O funcionário tem medo. O funcionário tem medo de entrar no sindicato porque ele acha que ele entrando no sindicato a empresa vai tá dispensando ele, tá desligando ele, sendo que é um direito que ele tem, de ser um sindicalista, não tem nada a ver você ser um sindicalista com a sua função dentro da empresa” (S4).

O uso da expressão metafórica “*desligando ele*” remete à imagem do trabalhador como um objeto/máquina a ser ligado ou desligado, segundo os interesses da organização. O trabalhador que contraria o interesse organizacional, mesmo ao exercer “um direito que ele tem” (como por exemplo, filiar-se ao sindicato), pode ser “desligado”.

No trecho 20, pela expressão “*no caso aí*”, verifica-se que S16 utilizou uma ilustração, um exemplo, para reforçar sua argumentação. No exemplo, antes de S16 apresentar o lado ruim (o sindicato) existem dois silenciamentos, os quais demonstram a relutância em dizer qual é a imagem que a empresa tem do sindicato. Também se observam figuras de pensamento metafóricas como “*o herói*” e o “*monstro*”, referindo-se ao lado bom (empresa) e ao lado ruim (sindicato), em uma organização.

(20) “[...] Não sei não. No caso aí (...) na [nome da empresa, indústria] eu fiz entrevista aí esses tempos atrás (...) e o rapaz até virou pra mim na hora da entrevista, virou e falou: “aqui tem dois lados, o lado bom, o herói e o lado ruim, o monstro”. No caso o lado bom é da empresa e o lado ruim da (...) do (...) sindicato.” (S16).

No relato 21, S3 deixou subentender que, devido à desvalorização do trabalhador por parte das empresas, explicitadas no relato pela expressão “*o pessoal*”, esse trabalhador pode ser “comercializado” mais facilmente. A palavra “*valor*”, nessas condições de produção discursiva, pode ser entendida como a

metáfora do mercado: aumenta a oferta de pessoas à procura de emprego, seu valor fica reduzido no mercado e portanto, podem ser “comercializadas” facilmente pelas empresas (as empresas demitem mais facilmente), culminando com o aumento do número de desempregados.

(21) “*Porque hoje em dia o pessoal não dá muito valor, porque tem muita gente desempregada (...) e paga pouco” (S3).*

6.2. Repertórios interpretativos da condição de trabalhador e da condição de desempregado(a)

No que tange ao repertório da condição de trabalhador e à condição de desempregado(a), como subconjuntos de repertórios, esses grupos fizeram-se presentes nas 28 entrevistas.

No trecho 22, o desempregado S2 expressou-se subjetivamente por meio do sujeito gramatical “*eu*”, inserindo-se na posição de desempregado. No entanto, também articulou outra personagem constitutiva de sua visão de mundo: “*sou casado*”, a partir da qual manifestou sua subjetividade. Além disso, ao declarar: “*moro de aluguel*” e “*minhas despesas*”, o desempregado explicitou suas responsabilidades e deixou subentender que a tarefa de arcar com as despesas da casa e de sustentar a família é dele, e não da esposa. Dessa forma, pressupõe-se que S2, na condição de desempregado e casado, faz a ligação do trabalho com a necessidade de cumprir com suas responsabilidades, com suas despesas:

(22) “*Eu tô desempregado, sou casado, moro de aluguel como é que eu vou arcar com as minhas despesas?” (S2).*

O desempregado S18 (23) também faz a ligação entre o trabalho e a necessidade de cumprir com suas responsabilidades. O desempregado expressou-se subjetivamente, na enumeração de papéis: “*(...) tenho minhas despesas mensais (...)*”, “*(...) água pra pagar (...)*”, “*(...) luz pra pagar (...)*”, etc.

Nesse caso utilizou as figuras (água e luz) para ilustrar suas responsabilidades. Com a pergunta “*entendeu?*” subentende-se que o papel construído pela visão de mundo, também expresso subjetivamente por meio do sujeito gramatical “*eu*” nos enunciados: “*eu tenho (...)*”, é o de (homem) responsável pelo sustento da família e pelas despesas da casa. Pode-se pressupor que esses compromissos se fazem cumprir por meio do trabalho, ou seja, subentende-se que o trabalho faz cumprir o papel, a personagem, construída por S18 para si mesmo: responsável pela família e pela casa. No enunciado: “*a gente fica cobrando da gente mesmo*” S18 mobilizou a primeira pessoa do plural para expressar a ação da cobrança implicitamente advinda também de “outros” (a família, os amigos, etc.):

(23) “*Eu tenho minhas despesas mensais. Eu tenho água pra pagar, eu tenho luz pra pagar, eu tenho gás pra pagar, eu tenho compra pra fazer pra casa, entendeu? Então faltam as coisas e a gente fica cobrando da gente mesmo, não é tanto das pessoas mas da gente mesmo. Pra mim, tá sendo difícil, tá sendo difícil*” (S18).

O tema da responsabilidade, como interpretação do sujeito trabalhador, permeou diversas práticas discursivas. No fragmento (24), o desempregado S6 posicionou-se como “desempregado dependente da esposa” e declarou seu incômodo quanto a essa situação. No enunciado: “*ficar dependendo de mulher é ruim*”, explicita-se esse quadro. Pressupõe-se que a “mulher”, refere-se à esposa de S6, ao mobilizar essa personagem “mulher”, o desempregado expressou-se subjetivamente como homem sustentado por mulher. Nos silenciamentos na prática discursiva de S6, deixa-se subentender que, embora S6 tenha se declarado “não machista”, ele não concorda com a referida situação. Pelo enunciado: “*ela que tá fazendo o papel de homem na casa*”, pressupõe-se que a condição de desempregado impede o cumprimento do papel conferido “ao homem” como responsável pela família:

(24) *“Minha esposa também trabalha, mas é chato pra gente em casa que é homem, não é por que eu sou machista não, mas ficar dependendo de mulher é ruim (...) ela que tá fazendo o papel de homem na casa.”* (S6).

A desempregada S19 (25) expressou-se, subjetivamente: *“me senti”, “eu sempre”*. Dessa forma, essa mulher definiu-se, na condição de desempregada, fora do papel que *“sempre cumpriu”*: o de sustentar, *“sozinha”* sua família e as despesas da casa. Pressupõe-se a ligação da interpretação do trabalho e do trabalhador com a obrigação do cumprimento de um papel, visto que, S19 declarou que o papel de sustentar a casa remetia apenas a ela mesma. Além disso, a desempregada articulou dois temas como ilustração da condição de estar desempregada fora de seu papel: a decepção e a insegurança. Com base nesses temas, subentende-se a ligação entre decepção e a não-possibilidade de cumprimento do papel de sustentar a família e cuidar das despesas da casa; e, insegurança ligada à própria condição de desempregada, sem perspectiva para conseguir trabalho.

(25) *“Me senti um tanto decepcionada e insegura porque trabalho desde os doze anos de idade. Devido a problemas familiares e financeiros, eu sempre tive que trabalhar para sustentar a casa sozinha”* (S19).

A desempregada S10 (26), no enunciado *“meu marido tá trabalhando (...)”* insere-se, subjetivamente, como esposa isenta da responsabilidade do sustento da família. A expressão metafórica *“ta dando pra levar”* refere-se à condição de desempregada, ou seja, subentende-se que S10 estabeleceu uma relação de convivência com sua condição. O trabalho, portanto, não tem origem na necessidade, responsabilidade ou no cumprimento de um papel, visto que, na condição de desempregada, S10 não deixou de expressar que atua, segundo o papel construído baseado na sua visão de mundo: *“a esposa”*. A desempregada, ao articular sua prática discursiva na primeira pessoa do singular e declarar: *“eu*

senti falta”, fazendo a ligação desse enunciado com a figura “*dinheiro*” e com a expressão “*minhas coisas*”, a desempregada deixou subentender o trabalho como um meio para conseguir o dinheiro e satisfazer necessidades “materiais pessoais”: “*minhas coisas*”. A expressão “*graças a Deus*”, pressupõe que essa relação, marido que sustenta a esposa, ou seja, o papel de esposa, não é conflituosa para a desempregada, a qual agradece (dá graças) a uma personagem que acredita ser responsável por essa relação: Deus.

(26) “*Não, meu marido tá trabalhando então até que tá dando pra levar (...) Eu senti falta [do trabalho] porque a gente como ganhava esse dinheiro todo mês, eu senti que é muito difícil depois arrumar um outro mas, meu marido me dá minhas coisas, graças a Deus!” (S10).*

O mesmo tema emerge na prática discursiva da desempregada S12 (27). A expressão “*ah (...) muito melhor*” refere-se ao período em que S12 estava empregada. No silenciamento, antes da palavra “*muito*”, subentende-se o sentido da condição de trabalhadora para S12, a qual, para não se desdobrar, discursivamente, em vários adjetivos, resumiu-o no enunciado “*muito melhor*”. S12 articulou essa expressão com “*não tem nem comparação*”, referindo-se à condição de desempregada, e utilizou as metáforas “*amarrada*” e “*presa*” para ilustrar essa condição. Sendo assim, pressupõe-se que a condição de trabalhadora remete à liberdade, como sugere implicitamente o enunciado: “*podia comprar o que eu quisesse*”. Baseando-se nesse enunciado, e das condições de produção, S12 também revelou o papel da esposa, não responsável pelo sustento da família e pelas despesas da casa. Para a desempregada, o trabalho era a liberdade para satisfazer necessidades pessoais e, portanto, o desemprego confere-lhe condição de prisioneira.

(27) “*Ah (...) muito melhor, podia comprar o que eu quisesse, nossa não tem nem comparação. Eu me sinto muito mal, eu me sinto assim, é (...) parece que eu estou amarrada (...) às vezes até eu mesmo quero alguma*

coisa pra mim e não consigo, eu me sinto assim (...) parece que eu tô presa. É muito ruim” (S12).

Com essa prática discursiva, a desempregada S22 (28) expressa bem essa idéia do trabalho, a de satisfação de necessidades “materiais pessoais”. Nesse caso, S22 valeu-se de um tema: “*diversão*”, e de uma figura: “*roupas*” para ilustrar o tipo de necessidades supridas pela condição de trabalhadora. Assim, no enunciado: “*eu podia*”, subentende-se também a relação liberdade/prisão remetendo a trabalho/desemprego, respectivamente. “*Eu podia*”, na prática discursiva de S22, opõe-se implicitamente a “eu não posso”, na condição de desempregada:

(28) “*Trabalhando eu podia ter diversão e comprar minhas coisas (...) roupas, essas coisas (...) era muito bom!*” (S22).

Nessa perspectiva, do trabalho como liberdade e, conseqüentemente, do desemprego como prisão, o desempregado S1 (29) articulou quase toda a prática discursiva na primeira pessoa, deixando aflorar sua subjetividade, a busca pela independência: “*eu sempre procurei ser independente*”, “*eu quero ser independente*”. Esses enunciados pressupõem a condição de S1 como desempregado dependente, neste caso: “*de casa*”, “*do pai*”, “*da mãe*”. Para reforçar sua condição de dependente e o desejo de sair dessa condição, o desempregado utilizou uma ilustração, um exemplo do período em que estava trabalhando para explicar o que seria “ser independente” para ele.

Os vários silenciamentos introduzidos na ilustração deixam subentender que, ao revelar o que a condição de trabalhador proporciona, o desempregado estaria necessariamente aproximando-se de sua condição de desempregado e do que ela proporciona e, por isso, preferiu não dizer, apenas referindo-se ao tema atividade, no enunciado “*a gente fica mais ativo*” porém, não se deixa aflorar singularmente (“*a gente*”). Por meio desse tema: atividade, vinculado ao

trabalho, pressupõe-se a inatividade vinculada ao desemprego. No trecho 29, percebe-se que, por meio da ação, da atividade do trabalho, S1 alcança a independência, a liberdade. Dessa forma, assim como S12 e S22, S1 também estabelece a relação liberdade/prisão, referindo-se a trabalho/desemprego, respectivamente. O desempregado apresentou o trabalho como independência e, conseqüentemente, o desemprego como dependência. Vale ressaltar que o desempregado S1 reportou-se à dependência “de cima para baixo”, ou seja, dependia do pai, ou da mãe, por exemplo.

(29) “*Eu sempre procurei ser independente, eu nunca gostei de ficar dependente de casa não, mas com certeza quando eu tava empregado, parece que a gente fica mais (...) como se diz, é (...) mais em contato com (...) a gente fica mais ativo. Pra fazer cursinho, na época quando eu trabalhava, então a gente não fica tão dependente financeiramente do pai e da mãe. Isso pra mim é (...) eu quero ser independente!*” (S1).

Nas práticas discursivas, essa condição de dependência, também se referiu a uma relação de “baixo para cima”, na maioria dos casos, os pais (desempregados) como dependentes dos filhos, os quais muitas vezes, tinham que abandonar os estudos para ajudar nas despesas familiares. A desempregada S13 (30) ilustrou essa relação fazendo ligação com o tema “humilhação”. No relato 30, S13 exclamou: “*eu sou mãe*”. A partir de então, definiu qual seu papel: cuidar dos filhos, sustentá-los (nesse caso, é ela quem deve sustentar, pois é separada do marido), subentende-se que a relação de dependência atrelada ao tema “humilhação” decorre justamente do deslocamento do papel materno para a posição contrária: “(...) *precisa ficar pedindo o filho*” e “(...) *eu fico dependendo dela (...)*”.

O desemprego, nesse caso, implicou uma inversão de papéis na relação familiar. Além disso, a desempregada utilizou as expressões metonímicas: “*duas pernas*”, “*dois braços*” (compondo a figura do corpo), como procedimento argumentativo, deixando subentender uma comparação com a filha deficiente e

o fato de que S13 se sente humilhada por submeter a filha ao trabalho. Em seguida, a desempregada introduziu o tema da “depressão” como consequência da relação de dependência dos filhos, da condição de desempregada:

(30) *“Eu sentia uma pessoa independente. Eu não dependia de ninguém. Tava sabendo lidar com o serviço e sustentando minha casa. Ajudando a por as coisas dentro de casa. Humilhante porque você fica dependente de filho. Você precisa de um dinheiro, você precisa ficar pedindo pro filho, eu sou mãe! (...) Como se diz: eu tenho duas pernas, dois braços (...) minha filha é deficiente, tem problema, eu fico dependendo dela. Eu pus dois filhos no mundo não é pra ficar dependendo não, eu quero ajudar eles. Eu fico dentro de casa sem fazer nada, eu não almoço direito, eu tô em depressão!”* (S13).

A desempregada S24 (31) estabeleceu outra relação trabalho/desemprego. Quando tentou definir o que seria o desemprego, S24 silenciou várias vezes e, por fim, afirmou não saber explicar. No entanto, em seguida iniciou o que seria sua explicação. Dessa forma, nos silenciamentos, denuncia-se a condição de não querer dizer a respeito, a relutância e não a condição de não saber dizer. Trata-se da fuga de expressar sua própria condição de desempregada. No enunciado: *“eu acho que é um direito que a pessoa tem de ter um emprego (...)”*, S24 articulou as personagens “eu”, referindo-se a ela mesma e deixando aflorar sua definição de trabalho; e, “a pessoa”, remetendo-se a todas as pessoas que procuram trabalho.

Considerando essa prática discursiva, pressupõe-se que o trabalho, sendo um direito de todos, confere ao desemprego, a condição de expropriação do direito, de ser livre, e de se sustentar pelo próprio trabalho. A desempregada utilizou o procedimento argumentativo da ilustração para reforçar sua idéia e fez referência a programas governamentais de assistência a famílias carentes. Subentende-se, na prática discursiva de S24, a característica assistencialista desses programas, aproximando-se da condição de negação do direito do trabalho:

(31) “*Eu acho que o desemprego é (...) deixa eu pensar (...) eu acho que (...) não sei explicar não. Eu acho que é um direito que a pessoa tem de ter um emprego, é o mínimo. Porque esse negócio de bolsa família, bolsa escola, eu acho que isso é (...) a pessoa tem que tem como sustentar a família sem precisar disso. Tem que ter o emprego” (S24).*

O direito de trabalhar, “*de dá o nosso suor*” conforme expressa o desempregado S4 no fragmento 32 confere a condição de moralidade para o trabalhador. Ao utilizar a figura “*suor*”, referindo-se à conquista do sustento pelo próprio trabalho duro; e o tema “*moral*”, referindo-se ao trabalhador, S4 deixa pressuposta a condição de desempregado como o desocupado (que não dá o seu suor) e sem moral (afastado da dignidade e do direito de trabalhar para seu próprio sustento):

(32) “*Não por causa do dinheiro, é porque a gente sobrevive disso. A gente sobrevive de trabalhar mesmo, de dá nosso suor. A nossa moral, ter a moral elevada” (S4).*

Verificou-se a prática discursiva da perda de identificação do desempregado pela perda do vínculo com a organização. Nos trechos 33 e 34, os desempregados S1 e S15, respectivamente, manifestaram a condição de desempregados com referência à perda do vínculo com a organização. O desempregado S1 utilizou a expressão metafórica “*vínculo de família*” para ilustrar a relação que mantinha com a empresa na qual trabalhava. A desempregada S15, expressou seu vínculo com a empresa por meio do tema da valorização. Subentende-se que S15, esperava ser valorizada em termos de afetividade: “*pelo que eu já fiz lá na empresa*”, visto que, em termos financeiros, a empresa já havia cumprido seu papel.

Em seguida, S15 apresentou uma ilustração, recorrendo a um período em que ficou doente e teve que se afastar do trabalho por um determinado tempo. Fez a ligação dessa ilustração com a expressão metafórica: “*peçoas*

inteiras”, dando voz a “*eles*” (a empresa) para justificar sua saída da organização. Nesse caso, pressupõe-se que “*peçoas inteiras*” refere-se a trabalhadores saudáveis, prontos para o trabalho; e que “*peçoas não inteiras*”, não saudáveis, não prontas para o trabalho, portanto, definiria a condição de desempregado(a):

(33) “[...] *eu fiquei muito chateado porque a empresa, quando a gente fica um tempo cria um vínculo quase de família, até com os patrões*” (S1).

(34) “*Me senti desvalorizada, sabe, muito assim, eu não tive valor pelo que eu já fiz lá na empresa, eu não tive valor nenhum. Eu fiquei doente o ano passado, e fiquei afastada dois meses, e a minha desconfiança é essa. Que o único motivo [da demissão] que eu acho que foi, foi esse (...) Enquanto eu tava bem, saudável, eles estavam me tratando bem, depois que eu fiquei doente já começou a falar que precisava de peçoas inteiras pra trabalhar na [nome da empresa].” (S15).*

Os desempregados S6 (35) e S11 (36), ressaltaram o lugar do trabalhador e do desempregado, considerando, no interdiscurso, as relações sociais capitalistas. O desempregado S6 iniciou sua prática discursiva com um ditado temático, um procedimento para argumentar seu discurso posterior. Em seguida, valeu-se de um exemplo, por meio do uso de figuras: “*um real*”, “*cinquenta reais*”, para explicar como funcionam as relações sociais em uma sociedade capitalista. A prática discursiva do desempregado S11, complementa essa idéia com mais um exemplo. Na ilustração, S11 articulou as personagens: “*eles*”, os comerciantes; e, “*você*”, o desempregado que tenta realizar uma compra no comércio. Ambos, S6 e S11, concluem que o homem é valorizado em função do dinheiro que possui, o qual lhe confere o poder de compra, compreendido no interdiscurso capitalista, como o elemento necessário para o funcionamento desse sistema. Assim, pressupõe-se que o desempregado, o

homem que não possui dinheiro, que não possui poder de compra, também não possui lugar nas relações sociais capitalistas, é marginalizado:

(35) “*Tem um ditado que diz: o homem vale o dinheiro que ele tem no bolso. Se ele tem um real, ele vale aquele um real, se ele tem cinquenta reais, ele vale aquilo lá. Se você não tem dinheiro, você não tem valor, você tem valor quando tá empregado*” (S6).

(36) “*Ah, se você tentar fazer uma compra no comércio é o seguinte: primeiro eles vão, vamos dizer que eles vão abrir a sua ficha, vamos dizer assim, é lógico que eles vão pedir indicação de onde você trabalha, isso vem em primeiro lugar. É o seu poder aquisitivo que conta (...)*” (S11).

Essa marginalização, por sua vez, manifestou-se como exclusão social e, até mesmo, familiar: (37) “*Às vezes a gente se afasta um pouco, você sem dinheiro, vai todo mundo pra balada e você como?*” (S11). Nesse trecho, o desempregado evitou manifestar-se subjetivamente articulando a prática discursiva na primeira pessoa do plural (*a gente*), como fuga da própria condição “declarada” de excluído socialmente. A expressão “*todo mundo*” refere-se, implicitamente, aos amigos ou colegas de S11; “*balada*” é expressão metafórica para ilustrar lugares freqüentados durante a noite como por exemplo: bares, boates, etc.

O desempregado S11 utilizou a personagem “*você*” aludindo a si próprio como desempregado e excluído socialmente. No âmbito familiar, o desempregado S4 afirmou: (38) “*é exclusão social e dentro da sua própria casa, entendeu? Não acreditam que você tá fazendo essa jornada*” (S4). Paralelo à S11, S4 também enuncia a exclusão, porém no convívio familiar. As palavras “*exclusão*” e “*dentro*” reforçam a idéia pressuposta de que o desempregado, mesmo no interior, ou seja, incluso na família, pode ser excluído. A personagem “*sua*” faz menção ao desempregado S4, o qual deixa subentender estar sendo excluído por sua família. O sujeito oculto “*eles*” de “*não acreditam*”, refere-se

aos familiares do desempregado e, a ação “*não acreditar*” pressupõe a imagem de descrença conferida à condição de desempregado, interpretada por S4.

Esse tema conduziu à prática discursiva do isolamento, da depressão e da violência, como conseqüências da condição de estar desempregado. No fragmento 39, o desempregado S18 declarou estar “*sem lugar*”, por meio da expressão metafórica: “*meio perdido*”. Ao manipular a personagem “*a gente*”, o desempregado insere-se na condição de estar perdido, porém foge subjetivamente dessa condição. O mesmo pode ser concluído do uso da personagem: “a pessoa” ligada ao enunciado: “(...) *isso* [a condição de estar perdido, sem lugar] *que joga* [a pessoa] *mais para baixo*”. Dessa forma, “*a pessoa*” refere-se ao próprio desempregado S18:

(39) “*A gente fica meio perdido. Isso que joga a pessoa mais pra baixo ainda (...)*” (S18).

Por outro lado, no relato do desempregado S4 (40), observa-se a manifestação subjetiva na qual o desempregado admite “se isolar”. Subentende-se, por meio das condições de produção discursiva, que a razão de seu isolamento advém da condição de desempregado que não cumpre o papel de sustentar a família. O desempregado introduziu a palavra “*era*” atrelada ao tema “*alegre*” e à metáfora “*pra frente*” indicando sua condição, passada, de trabalhador. A expressão “*Hoje em dia*” ligada aos silenciamentos e ao tema isolamento, refere-se à sua condição de desempregado. Dessa forma, pressupõe-se que tal condição, esteja atrelada ao tema “tristeza” em oposição à “alegria”:

(40) “*Eu me isolo e eu não era assim, eu era mais alegre mais pra frente. Hoje em dia eu to (...) cada vez me isolando mais*” (S4).

O desempregado S11 (41) traçou uma relação entre o isolamento e o fenômeno da depressão, interligando essa relação com o tema “horrrível”. Posteriormente, ilustrou o quadro com as expressões “*dentro de casa*” referindo-

se implicitamente ao isolamento; e, “*sem fazer nada*”, referindo-se à inatividade da condição de desempregado. O tema “horível”, então, foi caracterizado como “depressão”, que por sua vez, foi descrita por meio dos temas: “*agonia*”, “*desespero*” e “*vontade de morrer*”. Por meio da pergunta: “*sabe como?*” e “*você sabe como que é?*” S11 não considerou necessária a explicação de como seria o processo de depressão e de como e porque as pessoas passam a manifestá-la. Subentende-se que o desempregado considerou a explicação desnecessária por acreditar que a depressão é um fenômeno bastante conhecido, esse fato inscreve-se no interdiscurso.

(41) “*Eu acho horível, porque ficar dentro de casa sem fazer nada, sem trabalhar não é muito bom. Dá uma agonia, uma depressão, sabe como? Como é desesperador (...) Me dá uma vontade de morrer, você sabe como que é” (S11).*

No fragmento (42), o desempregado S9 utilizou dois temas para expressar sua condição: “*esperança*” e “*garantia*”. Nesse caso, subentende-se que “*garantia*” alude à “*segurança*”. Em seguida, S9 recorreu a uma ilustração para argumentar a respeito dos temas que introduziu. Nos enunciados que explicitam os temas “*esperança*” e “*garantia*”, o desempregado mobilizou a personagem “*a gente*”, deixando subentender que esses temas são válidos para “*todos*” os desempregados. No exemplo, S9 expressou-se subjetivamente pelo sujeito gramatical “*eu*” mencionando as particularidades dos temas para si: a esperança de construir uma casa e a não garantia de poder fazê-lo.

(42) “*A gente não tem a esperança de poder, a gente não tem assim (...). Ih, eu to (...). A gente não tem garantia de nada, não, igualzinho [por exemplo] eu tô com a minha casa lá parada, eu não posso falar que eu vou ali e vou comprar os materiais pra terminá-la que falta pouco!” (S9).*

O tema da depressão, atrelado à condição de desempregado(a), também impulsionou a emergência dos discursos da violência e da criminalidade. O desempregado S18 (43) utilizou uma ilustração na qual manipulou as personagens: “*você*”, “*a pessoa*” e “*o cara*”, reportando-se a ele mesmo; e, “*filho*”, fazendo referência ao filho ou pessoa dependente do desempregado. Além das personagens, S18 valeu-se de figuras como “*roupa*”, “*sapato*” e “*comida*”, para exemplificar a impossibilidade da realização dessas necessidades na condição de desempregado:

(43) “*Você vê um filho seu, pede uma roupa, pede um sapato, até a própria pessoa mesmo quer comprar uma roupa (...) às vezes quer ter uma comida, como que o cara vai fazer isso desempregado? É onde que dá vontade de falar: já que não tem então eu vou roubar” (S18).*

Subentende-se que essa impossibilidade acarreta um estado (depressão, insegurança) o qual, segundo S18, pode culminar com a ação de “*roubar*”. Essa relação evidencia-se no relato: (44) “*Me dá um desespero, uma vontade de sair pra roubar!” (S20). Nesse relato S20 explicita o tema “*desespero*” ligado à ação de roubar.*

A desempregada S15 (45), definiu a condição de estar desempregada e relacionou essa condição com o tema depressão. A expressão metafórica “*João ninguém*” foi utilizada para definir o desempregado. A personagem “*João*” faz menção ao nome João, comumente adotado na sociedade brasileira e, portanto, subentende-se o desempregado como uma pessoa sem individualidade. Ao acrescentar “*ninguém*” a “*João*”, a desempregada adicionou à não-individualidade, a não-existência e definiu o desempregado como uma pessoa sem referência social, desprovido, até mesmo, do reconhecimento como cidadão de direitos. Outra expressão metafórica foi utilizada por S15 com o mesmo objetivo: “*um zero à esquerda*”, sabe-se que, na matemática, o zero à esquerda da vírgula não possui valor real. Além disso, a desempregada ainda manipulou a

expressão metonímica: “*faltando um pedaço (...)*”, deixando subentender o trabalho como uma parte do ser humano. Finalmente, a desempregada interligou essas ilustrações com o tema depressão.

(45) “*O desempregado é um João ninguém. Um zero a esquerda. Estar desempregada é (...) tá faltando um pedaço da gente, é uma depressão!*” (S15).

Além disso, observou-se a manifestação discursiva de outra dimensão do desemprego, a informalidade: (46) “*Tô fazendo bico (...)* bico o quê quer dizer: *hoje* você tá empregado, *amanhã* você já não tá” (S18). Nesse trecho, o desempregado mencionou, por meio da expressão metafórica “*tô fazendo bico*”, que trabalha informalmente para suprir a condição de desempregado. Em seguida, utilizou o procedimento da ilustração para explicar, o que seria para ele o trabalhador informal. Por meio das palavras “*hoje*” e “*amanhã*”, S18 possibilitou, para esta pesquisa, a visibilidade da “dinâmica da informalidade”, explicitada pelo movimento instável de trabalho/não trabalho.

No relato da desempregada S19 (47), observam-se duas manifestações: o uso dos termos subjetivos pejorativos: “*rendinha*” e “*biquinhos*” subentendendo a visão pejorativa que S19 possui do trabalho informal. Outra manifestação subjetiva encontra-se na expressão “*eu me sujeito*”, dessa forma, a desempregada deixa aflorar a subjetividade de desempregada que se submete ao trabalho informal diante da necessidade de sustentar a família:

(47) “*Eu tô tendo a minha renda, eu tenho uma rendinha mínima, porque eu faço biquinhos, você entendeu? Eu me sujeito a fazer esses bicos, tudo o que aparece*” (S19).

Essa mesma visão pôde ser identificada na prática discursiva do desempregado S26 (48), o qual enumerou algumas atividades (informais) possíveis para que possa cumprir sua responsabilidade para com sua família. O

desempregado utilizou a expressão metafórica “*vou pra rua*” explicitando o trabalho informal como sendo pertencente à rua. Em seguida, S26 definiu, para si, o trabalhador informal: “*uma pessoa desempregada que não tem um convênio, não tem os direitos*”. Ou seja, o trabalhador informal recebe o dinheiro, porém, não possui um vínculo empregatício com qualquer instituição que lhe confira direitos e deveres. Ao definir o trabalhador informal, o desempregado fez a ligação com a “*pessoa desempregada*”. Pressupõe-se, dessa maneira, que S26 conferiu ao trabalhador informal a condição de desempregado. Por conseguinte, o lugar do desempregado também seria *a rua*.

(48) “*Tudo bem, eu tô desempregado; se não der pra mim fazer o que eu tô fazendo, tudo bem eu vou trabalhar de servente, vou pra rua, vou catar papel, eu vou fazer alguma coisa, pra não deixar meu filho passar fome. É igual uma pessoa desempregada que não tem um convênio, não tem os direitos*” (S26).

O desempregado S7 (49) mencionou “*desse trabalho*” referindo-se a um trabalho informal que estava realizando. O enunciado: “*vai levar um mês, dois meses (...)*” reporta-se ao período de duração, calculado por S7, do trabalho informal. Com o silenciamento antes de “*você se acomoda*”, demonstra-se a relutância com que o desempregado, posteriormente, revelou estar acomodado com a condição de trabalhador informal e, portanto, de desempregado. Por esse quadro, subentende-se que a informalidade, muitas vezes, prolonga a condição de desempregado:

(49) “*Veja bem, às vezes tem alguma coisa desse trabalho, e vai levar um mês, dois meses, então acaba que você fica (...) você se acomoda, fica por conta de trabalho que te pediram*” (S7).

Por outro lado, a condição de desempregado e a informalidade foram interpretadas como situações de “oportunidade”. O desempregado S9 (50), apresentou uma ilustração baseado na própria experiência vivida. Subentende-se

que esse desempregado encara seu trabalho informal como uma oportunidade para montar o “negócio próprio”. No entanto, pressupõe-se que, para S9, essa oportunidade seria viabilizada pelo auxílio público “*ajuda (...) da prefeitura*”. Por meio dessa ajuda, subentende-se que o trabalho informal poderia formalizar-se.

(50) “*Igual eu tô te falando, eu trabalho com salgados, eu faço, eu vendo. Eu já tenho alguns. Então a gente vai levando (...) mas, se tivesse uma ajuda (...) da prefeitura, sabe? Tipo cursos, incentivos, dava pra montar o próprio negócio.*” (S9).

O mesmo pôde ser observado na prática discursiva da desempregada S23 (51), que declarou, implicitamente, manter atividades de artesanato: “*(..) faço porta-retratos, essas coisas, vendo para um, para outro (...)*”. No entanto, a oportunidade pressupostamente pontuada por S23 se refere à organização da comunidade e à formação, por exemplo, de uma cooperativa, subentendida pelo tema: “*união*”. Para que isso se viabilize, a desempregada também mobilizou os temas “*apoio*” e “*instrução*”, deixando subentender que a ajuda poderia partir, por exemplo, do governo do município.

(51) “*Eu faço muitas coisas, faço porta-retratos, essas coisas, vendo pra um, pra outro (...) poderia vender melhor se tivesse união das pessoas que estão na mesma situação que eu. Só que tem que a gente precisava é de um apoio, de instrução, pra organizar isso*” (S23).

7. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, SUBJETIVIDADE E OS SENTIDOS DO DESEMPREGO

Pela análise das práticas discursivas dos desempregados do setor industrial e da identificação dos repertórios interpretativos, propiciou-se a construção das categorias para a interpretação dos sentidos, subjetivamente manifestos, em torno do desemprego, considerando-se a condição de desempregado(a). As categorias foram construídas com base no mapeamento dos repertórios do trabalho, do desemprego e de seus subconjuntos. No capítulo 6, os repertórios do trabalho e do desemprego foram apresentados paralelamente, baseado nos respectivos entrecruzamentos dos repertórios: a) o processo de reestruturação produtiva em Lavras e as condições de manutenção da empregabilidade; e, b) a condição de trabalhador e de desempregado(a).

Neste capítulo, os mapas de associação de idéias foram organizados de acordo com os entrecruzamentos de repertórios (a) e (b). A construção das categorias de análise deu-se da seguinte forma: consideraram-se os fragmentos ilustrativos das práticas discursivas, apresentados no capítulo 6, como representativos dos repertórios dos desempregados. Sendo assim, alguns trechos dos relatos foram transpostos para os mapas a fim de ilustrar a emergência dos diversos temas que permearam os repertórios. Esses temas, por sua vez, configuraram as categorias de análise e ilustraram, sucintamente, a interpretação dos desempregados.

Após a apresentação dos mapas, as categorias foram discutidas, considerando a temporalidade.

Para tanto, subdividiu-se o capítulo em três seções: i) o mapeamento dos sentidos considerando o entrecruzamento (a); ii) o mapeamento dos sentidos considerando o entrecruzamento (b); e, iii) a associação e interpretação dos sentidos do desemprego.

7.1. A interpretação do processo de reestruturação produtiva e das condições de manutenção da empregabilidade no município de Lavras: mapeando as categorias de análise

Nos quadros 02 e 03, apresenta-se a construção das categorias segundo os repertórios: reestruturação produtiva e condições de manutenção da empregabilidade no município de Lavras, respectivamente.

QUADRO 02 - Mapa de associação da interpretação das condições de manutenção da empregabilidade.

Subconjunto de repertórios	Fragmentos ilustrativos	Categorias	
		Nº.	Nome
Repertório Interpretativo das condições de manutenção da empregabilidade no setor industrial	(01) “[...] como ter experiência se ninguém dá chance do primeiro emprego?” (S21)	1	Novo conceito de qualificação
	(02) “[...] um ano que eu tenho de experiência eu acho que conta” (S1)		
	(03) “[...] na área de informática (...)” (S8)		
	(04) “[...] quando eu entrei lá não exigia não. Nem o primeiro grau não exigia (...)” (S15)	2	Destruição/obsoleção do conhecimento do trabalhador
	(05) “[...] lá não tem quem não tem o segundo grau (...)” (S8)		
	(06) “[...] a pessoa não consegue [emprego] por causa da escolaridade (...)hoje tem muita burocracia ”(S9)		
	(07) “[...] aqui [em Lavras], a gente tem que ter alguém pra tá apresentando (...)” (S4).	3	A prática da indicação como elemento de empregabilidade
	(08) “Esse negócio de padrinho é mais forte numa cidade pequena [Lavras]” 4(S14)		
	(09) “As firmas trocam informação (...)” (S18).		

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

QUADRO 03 - Mapa de associação da interpretação do processo de reestruturação produtiva.

Subconjunto de repertórios	Fragmentos ilustrativos	Categorias	
		Nº.	Nome
Repertório Interpretativo do processo de reestruturação produtiva	(10) “[...] o metalúrgico, antes ele era uma profissão muito boa (...)” (S4). (11) “[...] a tecnologia avança (...)” (S4).	4	Mudanças na organização do trabalho
	(12) “[...] tem fila de duzentos, trezentos currículos (...)” (S10)	5	O aumento da competitividade
	(13) “[...] perdi meu contrato. Arrumaram um jeitinho lá e pagaram treze dias só (...) eu não podia levar em frente (...)” (S14). (14) “[...] Vai exigir um grau escolar pra trabalhar naquela química (...)” (S9). (15) “Não era ruim mas era muito intenso (...) eu fiquei doente de tanto mexer em água fria e forno (...)” (S11).	6	A exploração e a precarização do trabalho
	(16) “[...] a gente tinha uma estabilidade melhor no emprego porque o sindicato ajudava (...) o funcionário tem medo de entrar no sindicato (...)” (S4). (17) “[...] no caso o lado bom é o da empresa e o lado ruim da (...) do (...) sindicato, né” (S16) (18) “[...] o pessoal não dá muito valor (...) e paga pouco” (S3)	7	A desvalorização do trabalhador

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

Com base nas análises das práticas discursivas, foram construídas sete categorias, as quais ilustram como os desempregados interpretaram a sua condição com referência à condição de manutenção da empregabilidade relacionada ao processo de reestruturação produtiva no município de Lavras. As categorias 1 e 2 (Quadro 02), ligadas à categoria 4 (Quadro 03), refletem a

preocupação, presente nas práticas discursivas dos desempregados com as novas condições de empregabilidade no setor industrial.

Essas categorias, representam o **desemprego como produto social da falta de qualificação** e explicitam a relação desemprego/exigências do mercado em termos de qualificação, reforçando o quadro apresentado por Sargentini (2001) e Tumolo (2001), acerca da individualização no processo de “construção da empregabilidade” e da formação de uma periferia de trabalhadores e desempregados “desqualificados”, constituída por aqueles que não se adaptam às novas exigências. Esses, por sua vez, recorrem ao trabalho precário e informal como alternativa de sobrevivência.

Os desempregados mencionaram o aumento do nível de qualificação no setor industrial em Lavras, não apenas no que se refere ao grau de escolaridade mas, substancialmente, quanto aos elementos que seriam constitutivos de um novo conceito de qualificação (categoria 1). Com base na interpretação dos desempregados, foram identificados alguns desses elementos como, por exemplo: elementos de qualificação técnica (noções de mecânica industrial, etc.); elementos de qualificação profissional (mecânica, etc.); e, elementos de qualificação complementar (línguas, informática, etc.). Trata-se de um novo conceito de qualificação, interpretado pelos próprios desempregados, como um entrave para a manutenção das condições de empregabilidade.

Declarou-se a dificuldade de acesso a essas formas de qualificação no município de Lavras. Nesse âmbito, acrescenta-se a emergência da categoria 3 (Quadro 02), a prática da indicação, interpretada como um “canal de empregabilidade” capaz de “superar” as dificuldades da qualificação. As particularidades do município de Lavras e sua inserção no mercado industrial e no processo de reestruturação produtiva, a partir de 1990, devem ser consideradas. Observou-se, pela análise documental que, embora o município apresentasse, desde o início do desenvolvimento do mercado industrial, um

aporte educacional adequado em termos de escolaridade, o mesmo não ocorre no âmbito da qualificação técnica, profissional e complementar, principalmente no que se refere ao acesso de pessoas desprovidas de recursos financeiros para a própria manutenção das condições de empregabilidade. Além disso, as características culturais do município, a proximidade nos relacionamentos sociais, facilitam a interpretação da prática da indicação como um “canal de empregabilidade”.

Essa categoria foi a mais recorrente no repertório condições de manutenção da empregabilidade, principalmente nas práticas discursivas dos desempregados das trajetórias 1 e 2. Na prática da indicação, reflete-se uma “crença” ou um discurso, já institucionalizado, de que os desempregados, mesmo diante das exigências em termos de qualificação, ainda devem atentar para a construção de uma “rede de relacionamentos sociais” conforme atenta Sorj (2000a). Por um lado, essa “rede” é interpretada como dependente de laços pessoais, como os laços de parentesco, e funcionam como canal direto para a conquista de uma vaga de emprego. Nesse sentido, a prática da indicação funciona como um elemento de empregabilidade, o qual dificulta o acesso daqueles que não possuem essa “rede”. Esse enfoque da prática da indicação foi permeado, no interdiscurso, pela própria cultura do município.

Por outro lado, a prática da indicação foi visualizada como um canal de informação indicativo de competência e, nesse caso, afasta-se da necessidade dos “laços pessoais”, apontados por Sorj (2000a), e a aproxima do conceito de “redes” (Castells, 1999) no sentido de troca de informações entre as empresas.

Por meio da análise das categorias 1, 2 e 4, aliada às particularidades do município de Lavras, visualizou-se a qualificação como um fator crítico de desemprego, principalmente no que tange aos “canais de acesso à qualificação” no município de Lavras. No entanto, outro aspecto contribuiu para essa interpretação; trata-se das trajetórias dos desempregados. Os desempregados

pertencentes à trajetória 3 interpretaram a qualificação como um importante elemento de empregabilidade, a qual deve ser conquistada por eles próprios. Nesse sentido, os desempregados manifestaram a conscientização quanto às exigências do mercado e à necessidade de realização de investimentos na empregabilidade, para então, se tornarem “pessoas empregáveis”, conforme discute Cortella (1997), ao ressaltar a transferência, nesse caso, da responsabilidade da contratação da organização para o próprio trabalhador.

No entanto, as condições de manutenção da empregabilidade manifestaram-se como uma barreira de acesso ao emprego, quando relacionadas à idade do desempregado. Essa interpretação revelou-se, principalmente, entre os desempregados com idade acima de 30 anos. Entre os desempregados com menos de 30 anos, e solteiros, ressaltou-se a interpretação do conflito entre a busca da qualificação e experiência profissional, culminando com o tema da falta de oportunidade de trabalho para os jovens no setor industrial.

Ainda com relação às condições de empregabilidade, os desempregados pertencentes à trajetória 1 e 2, referiram-se à qualificação como mais uma forma de “burocracia”, ressaltando o poder, o controle social das organizações sobre a oferta de vagas. Pagés et al. (1987), de alguma forma, chama a atenção para o poder que as organizações contemporâneas exercem sobre os funcionários. Neste trabalho, verificou-se que esse poder não remete apenas ao indivíduo na condição de trabalhador da empresa, mas como desempregado. Os desempregados interpretaram as organizações como as “ditadoras” da oferta de empregos e do nível de qualificação ao qual esses desempregados devem adaptar-se.

Nesse âmbito, ressalta-se a prática discursiva do papel da empresa. Para os desempregados, o papel da empresa seria o de evitar a “burocracia” da qualificação, balanceando as exigências em termos de qualificação com as exigências do próprio cargo, evitando disparidades. Entretanto, Castells (1999)

acredita que tais exigências, embora advindas das organizações, são resultado de mudanças no nível macrossocial, principalmente, a partir do fenômeno da globalização, com a emergência da informação, como principal “recurso” de competitividade. Sendo assim, as exigências em termos de empregabilidade seriam ditadas por padrões institucionalizados e não por regras particulares a cada organização.

No que se refere à categoria 4, ressalta-se a presença do interdiscurso do processo de reestruturação produtiva, permeando a prática discursiva das condições de empregabilidade. Nesse caso, o processo de reestruturação produtiva foi interpretado pelos desempregados como um processo de “mudança nos padrões de produção”, atrelado, principalmente, aos avanços tecnológicos. Nesse cenário insere-se o enfoque mais tradicional quanto ao processo de reestruturação, incluindo, conforme ressalta Hirata (1993), os novos modelos de produção, como principal elemento indicativo das mudanças. No município de Lavras, esses modelos começaram a ser implementados nas indústrias a partir de 1998, iniciando pela indústria *AUTO* e disseminando-se para as demais empresas industriais do município. Foi implementado, principalmente, o modelo de qualidade total, indicado por Hirata (1993) como o “modelo Japonês”, incluindo os sistemas *just-in-time* e *Kamban*.

Além disso, os sistemas de certificação, principalmente na área da gestão ambiental, também começaram a ser implementados nas indústrias do município. Com essas mudanças, impulsionaram-se mudanças também na gestão da força de trabalho e nas exigências em termos de qualificação para os trabalhadores lavrenses. Nesse período, segundo os próprios desempregados, as indústrias empregavam muitos trabalhadores “*de fora*”, ou seja, advindos de outras cidades, com maior experiência em indústrias e com nível de qualificação (principalmente técnica e profissional) mais adequado aos “novos tempos”. Os desempregados interpretaram essas mudanças como “rápidas” e “constantes”,

por isso, essa interpretação foi permeada pela preocupação com as condições de empregabilidade.

Ao analisarem-se as práticas discursivas, observou-se a emergência dos temas referentes à empregabilidade como conseqüência das alterações no processo de produção industrial. Segundo os desempregados, os canais de acesso à qualificação no município de Lavras, não apresentaram a mesma dinâmica dos avanços tecnológicos. Além disso, os temas da automação e do aumento da competitividade (categorias 4 e 5, quadro 03) somaram-se discursivamente à interpretação das mudanças como elementos que reforçam a formação de uma massa de desempregados desqualificados, no município de Lavras, caracterizando, conforme Tumolo (2001) uma “periferia desqualificada” ou, conforme Castel (1998), o aumento dos “excluídos”.

Quanto ao processo de automação, os desempregados, ao se utilizarem principalmente das figuras da “máquina” e do “computador”, reportaram-se, principalmente, aos processos de substituição de máquinas nas indústrias, ocorrido no município de Lavras a partir de 1998, liderado pela indústria *AUTO*. Esse processo culminou com a redução de postos de trabalho e com o aumento das exigências em termos de qualificação para lidar com os “novos equipamentos”.

Na concepção de Faria (2004), esses “novos equipamentos” são as novas tecnologias físicas, as quais reforçam a hegemonia do capital sobre o trabalho, ampliando as possibilidades de demissão dos trabalhadores por meio da substituição do homem pela máquina. Para os desempregados, somente o investimento em qualificação poderia amenizar esse impacto. Quanto a esse tema, não se pode dizer que houve diferenciação significativa, conforme as trajetórias dos desempregados, nem mesmo com referência às suas características pessoais, apresentando-se como um tema que entrecortou os repertórios de maneira geral.

A categoria da competitividade foi revelada, basicamente, sob dois aspectos: a competitividade entre os próprios desempregados, “*a fila de currículos*”, citada por S10, reportando-se à grande oferta de mão-de-obra desempregada no município. Outro aspecto é o da competitividade das empresas no mercado, interpretada pelos trabalhadores na prática discursiva da “*exploração*” o qual refletiu, muitas vezes, as exigências em termos de produtividade. A competitividade entre os próprios desempregados e a oferta de mão-de-obra apareceu como um fator que favorece a precarização do trabalho como por exemplo os contratos flexíveis e o trabalho informal.

A interpretação dos desempregados foi a seguinte: o trabalhador se submete às condições precárias, à exploração, aos contratos flexíveis e ao trabalho informal, pois ele tem conhecimento do número de desempregados que esperam por uma oportunidade de trabalho, mesmo que precária. Os contratos flexíveis foram citados pelos desempregados como as formas de emprego sem o registro na carteira de trabalho, ou mediante a fixação de contratos flexíveis. Nesse contexto, os trabalhadores são “*expropriados de seus direitos*” e vivem em condição limiar, ora como trabalhadores marginalizados, ora como desempregados.

No que se refere à competitividade das empresas no mercado, e ao aumento da produtividade, os desempregados utilizaram a prática discursiva da globalização como pano de fundo, compartilhando das idéias de Singer (1999) quanto às conseqüências desse fenômeno para a oferta de emprego. O aumento da produtividade, a exploração e a precarização do trabalho foram temas que permearam as práticas discursivas, principalmente, dos desempregados pertencentes às trajetórias 1 e 3. Os desempregados da trajetória 1, interpretaram a exploração mais ligada aos processos rígidos do trabalho industrial, valendo-se, implicitamente, de suas experiências no trabalho rural ou comercial como parâmetros de comparação. Os desempregados da trajetória 3 apresentaram de

forma mais recorrente, as práticas discursivas da produtividade e da competição ligados à exploração e precarização do trabalho

Como fatores relacionados aos avanços tecnológicos, automação, precarização do trabalho e portanto, ao desemprego e à condição de desempregado, emergiram as categorias 6 e 7 (quadro 03). O enfraquecimento dos sindicatos esteve intimamente relacionado à desvalorização do próprio trabalhador nas práticas discursivas dos desempregados. Em sua maioria, esse tema permeou as práticas discursivas dos desempregados que viveram experiências sindicais, principalmente na indústria da cidade de São Paulo, ou seja, os desempregados da trajetória 3. A interpretação é de que o enfraquecimento do movimento sindical é decorrente do processo de reestruturação produtiva e da desvalorização do trabalhador, ao mesmo tempo, culminando na “desproteção” desse empregado na empresa, expondo o trabalhador à “deriva” dos direitos, à mercê do mercado de trabalho flexível.

Os desempregados das trajetórias 1 e 2 manifestaram-se discretamente quanto a esse tema. O município de Lavras, por apresentar uma trajetória de inserção no mercado industrial tardia (pode-se dizer que o desenvolvimento do setor se deu a partir de 1990) e, portanto, conservar, no âmbito do trabalho, o costume do comércio e do trabalho rural, não propiciou a constituição e o fortalecimento do movimento sindical, no que tange à indústria. A população conheceu a formação de um sindicato “passivo”, de intermediação entre a organização e a empresa. Dessa forma, a interpretação do sindicato como um movimento que reforça a atuação do trabalhador, não foi recorrente para a maioria dos desempregados que compuseram as trajetórias 1 e 2.

7.2. A interpretação da condição de trabalhador e da condição de estar desempregado(a): mapeando as categorias de análise

Nos quadros 04 e 05 apresentam-se a construção das categorias, segundo os repertórios: a condição de trabalhador e condição de desempregado(a) no município de Lavras, respectivamente.

Com base nas análises das práticas discursivas, foram construídas oito categorias, pelas quais se ilustra como os desempregados interpretaram sua condição, segundo a interpretação da condição de “trabalhador” e de “desempregado”. É preciso ressaltar que, embora didaticamente, as categorias construídas baseadas nos repertórios trabalho e desemprego sejam analisadas e discutidas de acordo com uma ordem estabelecida, elas se entrelaçam quanto ao sentido da condição de desempregado(a).

QUADRO 04 – Mapa de associação da interpretação acerca da condição de trabalhador.

Subconjunto de repertórios	Fragmentos ilustrativos	Categorias	
		Nº.	Nome
Repertório Interpretativo da condição de Trabalhador	(19) “[...]minhas despesas mensais (...)” (S18) (20) “[...] é chato pra gente que é homem (...)” (S6)	1	O trabalhador cumpre suas responsabilidades
	(21) “[...] podia comprar o que eu quisesse (...) parece que eu to amarrada (...)” (S12). (22) “Eu sentia uma pessoa independente (...) humilhante porque você fica dependendo de filho (...)” (S13).	2	O trabalhador é livre e independente
	(23) “Eu acho que é um direito que a pessoa tem de ter um emprego (...)” (S24). (24) “a gente sobrevive de trabalhar mesmo, de dá o nosso suor. A nossa moral (...)” (S4).	3	O trabalhador exerce o seu direito

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

QUADRO 05 – Mapa de associação da interpretação acerca da condição de desempregado.

Subconjunto de repertórios	Fragmentos ilustrativos	Nº.	Categorias Nome
Repertório Interpretativo da condição de estar desempregado(a)	(25) “[...] então agente não fica tão dependente (...)” (S1)	4	O desempregado é dependente e está “preso” em sua própria condição.
	(26) “[...] cria um vínculo quase de família (...)” (S1). (27) “[...] se você não tem dinheiro, você não tem valor (...)” (S6) (28) “[...] o desempregado é um João ninguém (...)” (S15)	5	O desempregado não tem lugar na sociedade/ perda da cidadania/ marginalização
	(29) “[...] a gente fica meio perdido (...)” (S18) (30) “[...] uma depressão, me dá uma vontade de morrer” (S11). (31) “[...] dá vontade de falar: vou roubar.” (S18) (32) “[...]deprimente!” (S2).	6	O desemprego leva ao isolamento e à “morte simbólica do eu”
	(33) “[...] to fazendo bico (...)” (S18) (34) “[...] uma pessoa desempregada (...) não tem os direitos (...)” (S26)	7	O desempregado está expropriado de seus direitos e submetido à informalidade
	(35) “[...] se tivesse uma ajuda (...)” (S9). (36) “[...] podia vender melhor, se tivesse união” (S23)	8	O desemprego e a informalidade podem gerar a oportunidade

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

Nas categorias 1, 2 e 3 (quadro 04), são feitas referências à origem do trabalho e, de acordo com ela, ao papel do trabalhador. Conseqüentemente, essas categorias refletem o desempregado como ausente, no cumprimento de determinados papéis, além de conferirem ao desemprego o sentido de dependência e prisão.

Quando, com o tema do papel que o trabalho confere ao trabalhador, remeteu-se à necessidade de sobrevivência ou à responsabilidade para com os compromissos familiares, esse tema apresentou maior recorrência nas práticas discursivas dos desempregados do gênero masculino, geralmente casados e com filhos. Com esse discurso permeou-se a prática discursiva de desempregadas apenas quando essas desempregadas se declararam responsáveis, individualmente, pelo sustento da família, compreendendo, principalmente, as desempregadas com filhos, solteiras ou separadas.

Nesse contexto, o papel conferido pelo trabalho, foi interpretado como sendo o de “homem” (ou em alguns casos, o de “mulher”) responsável pelo sustento da família e pela manutenção das despesas da casa. Sendo assim, os desempregados manifestaram-se subjetivamente como “atores fora de cena”. Em alguns casos, o homem desempregado passa a ser sustentado pela mulher, em outros, a mãe desempregada passa a ser sustentada pelos filhos, ocorrendo a inversão dos papéis.

Os sujeitos da pesquisa manifestaram a condição de desempregado(a), como a impossibilidade de cumprir seu papel social de provedor da casa. Nas práticas discursivas dos desempregados do gênero masculino, identificou-se o tema da “masculinidade”, a imagem de que seria “do homem” o papel da responsabilidade de sustentar a família. Nesse âmbito, a condição de desempregado, além de configurar-se na impossibilidade do cumprimento de um papel, ainda confere o sentido do não-cumprimento do papel que representaria a própria “masculinidade”, o papel de “ser homem”.

Ressalta-se aqui que incorporaram esse discurso, principalmente os desempregados pertencentes às trajetórias 1 e 2, ou seja, aqueles que se caracterizam pela origem rural, ou que estiveram imersos, a maior parte de duas trajetórias, na cultura local, do município de Lavras. Pôde-se observar, pelo resgate de alguns traços da história e pelas características do município de Lavras, que a cultura local serve de referência para o desenvolvimento de relações pautadas pelo paternalismo e o personalismo nas relações, delimitando, muitas vezes, o papel de homem e de mulher, conforme as idéias de Martins (1994). O que interessa é que o desemprego pode conferir sentido do não-cumprimento da responsabilidade ou do papel institucionalizado culturalmente.

Pela própria interpretação da prática da indicação, representada pela categoria 3 da seção 1 deste capítulo, como um canal “personalista” para se conseguir emprego, recorrente também nas práticas discursivas dos desempregados das trajetórias 1 e 2, reflete-se esse quadro de influência cultural. No caso da prática da indicação, por exemplo, os desempregados utilizaram a metáfora do “padrinho” aludindo à formação de laços pessoais, de parentesco, como canal de emprego.

Ressalta-se que, na interpretação dos desempregados, esse tipo de “canal” ocorre com maior facilidade em “cidades pequenas”, como o município de Lavras, onde as relações privilegiam a emergência da “pessoa” ao invés do “indivíduo”. No entanto, a prática da indicação também foi interpretada como “referência”, pela necessidade de indicação pela competência e dependente de uma rede de informação eficiente. Esse cenário reflete a forma como DaMatta (1990) caracteriza a sociedade brasileira como uma sociedade onde as relações subjetivas transitam entre o tradicional, o pessoal (a indicação personalista) e o harmônico e democrático, individual (a referência pela competência). E aqui sua interpretação é transferida para o município de Lavras.

O repertório da condição de trabalhador também se expressou como a possibilidade e a liberdade que o trabalhador possui de satisfazer suas necessidades “materiais pessoais” (categoria 2, quadro 04). Esse tema esteve presente, principalmente, nas práticas discursivas de desempregadas, geralmente casadas. Para essas desempregadas, o trabalho possibilita a “liberdade”, tanto para a aquisição de bens de uso pessoal, como roupas, produtos de beleza, etc.; quanto para a realização de atividades como viagens, cursos, etc. Trata-se da expressão subjetiva de um papel: de “esposa” e, portanto, essas desempregadas não se vêem como responsáveis pelo sustento da família.

O desemprego também foi interpretado como uma “prisão” (categoria 4, quadro 05) e os desempregados, por sua vez, expressaram-se como prisioneiros em sua própria condição. Essa categoria de análise, o desempregado como dependente e preso em sua própria condição, permeou as práticas discursivas de maneira geral, independentemente das características pessoais ou das trajetórias dos desempregados. A interpretação do desempregado como dependente e “preso” expressou-se sob várias perspectivas: os jovens dependentes dos pais; os pais dependentes dos filhos; os maridos dependentes das esposas; o desempregado sem mobilidade para satisfazer suas necessidades ou vontades “pessoais”.

A interpretação da relação de dependência entre homem e mulher foi discutida anteriormente. No que se refere à dependência dos jovens/filhos para com os pais, observou-se, na prática discursiva dos desempregados, a tentativa de fuga da condição de dependência e da própria condição de desempregado. O desempregado S1, por exemplo, recorreu à faculdade para expressar-se como estudante e não como desempregado, embora estivesse procurando por emprego e, portanto, na condição de desempregado.

A dependência dos pais para com os filhos foi interpretada, principalmente, em função de um estado de “exploração dos pais para com os

filhos” e permeada pelos temas da culpa e da humilhação. Os desempregados que se declararam dependentes dos filhos manifestaram-se subjetivamente como “exploradores”, visto que, na maioria dos casos, os filhos abandonaram os estudos para dedicarem-se ao trabalho. Diante desse quadro, verifica-se uma importante implicação: os filhos, ao abandonarem os estudos para suprirem o desemprego dos pais, contribuem para a formação de uma massa de trabalhadores desqualificados, ligados a trabalhos precários.

O tema da “prisão” pode ser mais completamente compreendido pela discussão das categorias 3 (quadro 04) e 7 (quadro 05). Essas categorias centralizam o trabalhador como aquele que exerce seus direitos e deveres e, portanto, tem autonomia; o desempregado, por sua vez, foi interpretado como um expropriado desses direitos e deveres. Pode-se dizer que o desemprego tem o sentido de perda da cidadania. A emergência dessa categoria se fez presente nas práticas discursivas dos desempregados, de maneira geral, independentemente das trajetórias. Mais uma vez, explicita-se a característica “transitória” da sociedade brasileira apresentada por DaMatta (1990): a mobilidade da pessoa e do indivíduo. Os sujeitos sociais desta pesquisa interpretaram sua condição, em função de um personalismo, ou seja, o desempregado depende de uma rede pessoal que possa conduzi-lo ao mercado de trabalho, tem que ser “pessoa”. Do contrário, passa a não cumprir seu papel, por exemplo, de homem responsável pela família.

Outrora, a condição de desempregado(a) foi interpretada em função de um individualismo, ou seja, os entrevistados expressam o desejo de exercer seus direitos e deveres, como indivíduos incluso em uma sociedade e, portanto, interpretam a condição de desempregado(a) como condição de expropriação dos direitos e deveres. Trata-se de uma interpretação que reflete uma forma de agir e pensar em sociedade, na qual os desempregados, diante de sua condição e de

acordo com seus interesses, expressam-se, subjetivamente, ora sob a influência da “pessoa”, ora sob a influência do “indivíduo”.

Sob esse ponto de vista, o trabalho foi interpretado como um “direito do cidadão”, se o desempregado não possui esses direitos, perde até a referência em termos de cidadania. Diante do quadro da expropriação dos direitos, inserem-se os desempregados que mantêm trabalhos informais, ou estão trabalhando sob contratos precários, “flexíveis” (categoria 7, quadro 05). Os desempregados caracterizaram a condição de trabalhador informal, conseqüentemente, a de desempregado, como pertencente à “rua”, ao mercado onde se trava a guerra de todos contra todos. Na “rua”, não existem os direitos, as responsabilidades e a democracia; o que existem são relações, a informalidade, os contratos flexíveis. Ao refletir a respeito do próprio tema flexibilidade, percebe-se que uma relação contratual desse tipo pode variar em função de interesses pessoais ou emergentes, não existem acordos fixos, regras claras e rígidas, que garantam o cumprimento dos deveres e direitos.

A esse universo, da informalidade, os desempregados declararam estarem submetidos, mesmo com a ciência dos direitos e deveres. Em alguns casos, observou-se a submissão pela crença, discursivamente interpretada, de que o informal, o relacional, a espera pela indicação, são procedimentos legítimos e justificáveis diante da condição de desempregado. Dessa forma, pelas análises, revelou-se uma forma de manifestação subjetiva dos desempregados, a qual, por sua vez, está relacionada aos estudos de Figueiredo (1995), reportando-se ao mero-indivíduo. O desempregado que se “submete” às condições precárias de trabalho, ou permanece à espera de conseguir trabalho mediante “laços pessoais”, embora tenha consciência de que está expropriado de seus direitos e deveres, manifesta-se, subjetivamente, como mero-indivíduo. Esse desempregado encontra-se “imerso no sistema”, está “livre”, porém não possui autonomia. Nesse caso, o mero-indivíduo, não conta com a proteção dos

laços pessoais e nem com o apoio de movimentos sociais. Está à mercê do mercado, da “rua”.

Essas interpretações remetem à condição de desempregado(a), sob manifestações subjetivas da pessoa e do mero indivíduo mas, sobretudo, como condição em busca de um lugar social, de uma referência. Na categoria 5 (quadro 05), ilustram-se esse quadro. A identificação com a organização apareceu como tema recorrente nas práticas discursivas, principalmente dos desempregados que haviam permanecido por um período acima de um ano na organização. Essa relação remete às considerações de Pagés et al. (1987) quanto ao “poder” exercido pela organização, esse poder envolve o funcionário, o qual acredita estabelecer laços afetivos com a empresa.

Muitas vezes, essa interpretação apareceu como um recurso dos desempregados para fugir de sua condição, expressando-se como ex-trabalhadores de determinada empresa, ao invés de desempregados. Esses “laços imaginários” são convenientes para as empresas, segundo os próprios desempregados, os quais passaram a visualizar essa situação somente depois de terem, delas, se retirado. A lógica é a seguinte: por meio desses laços, a empresa faz com que o funcionário acredite estar trabalhando e produzindo para uma organização que o protege, que o ajuda.

Dessa forma, os funcionários internalizam os discursos organizacionais e acreditam ter valor afetivo para a empresa, interpretam esse laço como “segurança”. É por meio dessa interpretação, os funcionários constroem suas referências, perante a sociedade e perante a si mesmos. Ao encontrarem-se desempregados, os integrantes da pesquisa, declararam-se “traídos”, desvalorizados pela organização. A destruição dos “laços” foi interpretada como perda da referência organizacional. A condição de estar desempregado(a) revelou-se como uma condição de estar sem referência perante a sociedade e perante a si mesmo.

Por meio da análise das práticas discursivas, visualizou-se a perda do vínculo organizacional, não apenas como perda da referência social, mas como perda do valor do desempregado na sociedade capitalista. De maneira geral, os desempregados interpretaram sua condição como desvalorizada perante uma sociedade que constrói relações baseadas nas trocas materiais. Nas práticas discursivas, o valor do ser humano apareceu ligado ao poder de compra que ele tem ou à possibilidade de conquistar esse poder. No caso de estar desempregado(a), esse poder ou essa possibilidade foram interpretados como mínimos.

Nesse sentido, os desempregados, além de perderem a referência perante a sociedade e perante a si mesmos, também se vêem como impossibilitados de atuarem no sistema, de exercerem atividades no sistema capitalista; a tentativa de realização dessas atividades refletiria em temas como vergonha e frustração. Essas interpretações reforçam as afirmações de Castel (1998) e Enriquez (1999) quanto à centralidade do trabalho “assalariado” como elemento integrador das relações sociais.

Reporta-se, também, às categorias de subjetividade construídas por Dumont (1985) visto que, na condição de funcionários, ligados a uma instituição e, portanto, incluídos em um sistema social (capitalista), os desempregados interpretavam sua condição como “indivíduos no mundo”. A partir do momento em que esses laços foram cortados, os desempregados, sem lugar no sistema, marginalizados, se vêem como anônimos: não se manifestaram como “indivíduos no mundo” ou como imersos em uma sociedade hierarquicamente organizada, e nem mesmo manifestaram-se como “indivíduos fora do mundo”, questionando suas posições, ou mesmo, organizando-se efetivamente para empreender essa condição. Trata-se de uma condição em busca de um lugar. Essa busca remete até mesmo à busca de um lugar na própria família e entre os amigos.

A despeito dessas interpretações, vale ressaltar a condição de desempregado(a) interpretada como uma oportunidade (categoria 8, quadro 05). Nesse sentido, a condição de desempregado(a) foi interpretada como um canal para a tentativa de realização de trabalhos alternativos, como a organização de um grupo para a venda de produtos artesanais (formação de cooperativas, por exemplo), ou como tentativa de “abrir o próprio negócio” (empreendedorismo). Essas foram alternativas manifestadas por alguns desempregados, os quais, por sua vez, apresentaram o trabalho “assalariado” como elemento não central para o estabelecimento dos laços sociais ou para o exercício dos direitos e deveres, segundo atesta Meda (1996) e Offe (1989).

Por outro lado, a falta de informação, técnica e profissional e a falta de apoio, por parte da prefeitura, declaradas pelos desempregados, podem representar barreiras para a organização de trabalhos alternativos, como as cooperativas, ou para o empreendedorismo. Nesse contexto, os desempregados acabaram por manifestar o sentimento de frustração como decorrente da falta de informação e apoio para a organização de trabalhos alternativos ou para o empreendedorismo no município de Lavras.

O estado de exclusão, a busca por um lugar social, e o sentimento de frustração diante da tentativa de novas alternativas de trabalho refletiram situações nas quais os desempregados expressaram o desânimo e a falta de esperança quanto a conseguir um emprego. Nesse contexto, emergiu o tema do isolamento (categoria 6, quadro 05), o fato de os próprios desempregados afastarem-se do convívio social. O isolamento foi um tema recorrente nas práticas discursivas dos desempregados, qual sejam as suas trajetórias ou características pessoais. O isolamento, por sua vez, foi seguido da interpretação da inatividade, ou seja, os desempregados, ao isolarem-se e perderem a esperança de conseguir trabalho, passam a realizar cada vez menos atividades, o

“tempo inativo” se expande. Gomes (2003) chamou a atenção para esse fator como um impulso para o problema da depressão.

Nesta pesquisa, verificou-se o fenômeno da depressão, interligado, principalmente, a essa busca por um lugar, permitindo a condução de um raciocínio que leva a incorporar as particularidades do universo social (o município de Lavras) no qual se inserem os desempregados desta pesquisa como elemento crítico para essa interpretação. Trata-se de um município tradicionalmente interiorano, no qual os moradores se relacionam e se incluem socialmente considerando a manifestação subjetiva da pessoa; a referência social é a pessoa e, nesse contexto, a perda da referência social manifestou-se como agravante no fenômeno da depressão. Essa, por sua vez, também se manifestou como resultado de culpas (geralmente dos pais que dependem dos filhos) e culminando, geralmente, com manifestações de violência, criminalidade, acarretando a interpretação da morte simbólica do “eu trabalhador”. Dessa forma, a despeito do trabalho de Caldas (2000a), nesta pesquisa, verificaram-se aspectos subjetivos inerentes ao fenômeno do desemprego com base na própria interpretação da condição de desempregado, considerando outras dimensões atreladas ao desemprego.

7.3. Os sentidos do desemprego: uma síntese analítica

No mapeamento das categorias de análise, foi propiciada a associação dessas categorias com a compreensão dos sentidos do desemprego, produzidos na condição de desempregado(a).

Na figura 2, estão expostas, em negrito, as categorias de análise, apresentadas nas seções 1 e 2 deste capítulo. As categorias representam as interpretações dos desempregados(as) acerca do fenômeno do desemprego, considerando sua própria condição de desempregado. Dessa forma, os repertórios interpretativos são os “caminhos”, percorridos discursivamente, para

a manifestação das categorias. Esses “caminhos” estão indicados por setas, as quais expressam os relacionamentos, as conexões entre os sentidos produzidos. Finalmente, os retângulos sombreados referem-se aos “sentidos últimos”, os sentidos ultimamente manifestos nas práticas discursivas. Geralmente, após a manifestação desses sentidos, o desempregado(a) ou encerrava seu discurso, ou fazia uma longa pausa e redirecionava o assunto.

Vale ressaltar que o “sentido último” não se expressou textualmente, estando subentendido, subjetivamente manifesto e, dessa forma, pôde ser melhor interpretado à medida que as categorias de análise foram construídas e organizadas. Não se pretende, nesta pesquisa, afirmar que os “sentidos últimos” apresentados na árvore de associação (figura 2), são consequências ou causas da condição de estar desempregado(a). Trata-se de uma representação gráfica dos sentidos atribuídos pelos entrevistados em torno da condição de estar desempregado. Dessa forma, pode-se afirmar que os sentidos, bem como os “sentidos últimos”, representam uma possibilidade lógica de pesquisar o desemprego, considerando a condição de desempregado(a), e também os recortes desta pesquisa: o setor industrial, o contexto histórico e cultural e as próprias trajetórias dos desempregados.

Na figura 2, explicitam-se os repertórios interpretativos do trabalho e do desemprego, bem como seus subconjuntos: processo de reestruturação produtiva no município de Lavras, a condição de trabalhador, condições de manutenção da empregabilidade e a condição de estar desempregado(a)

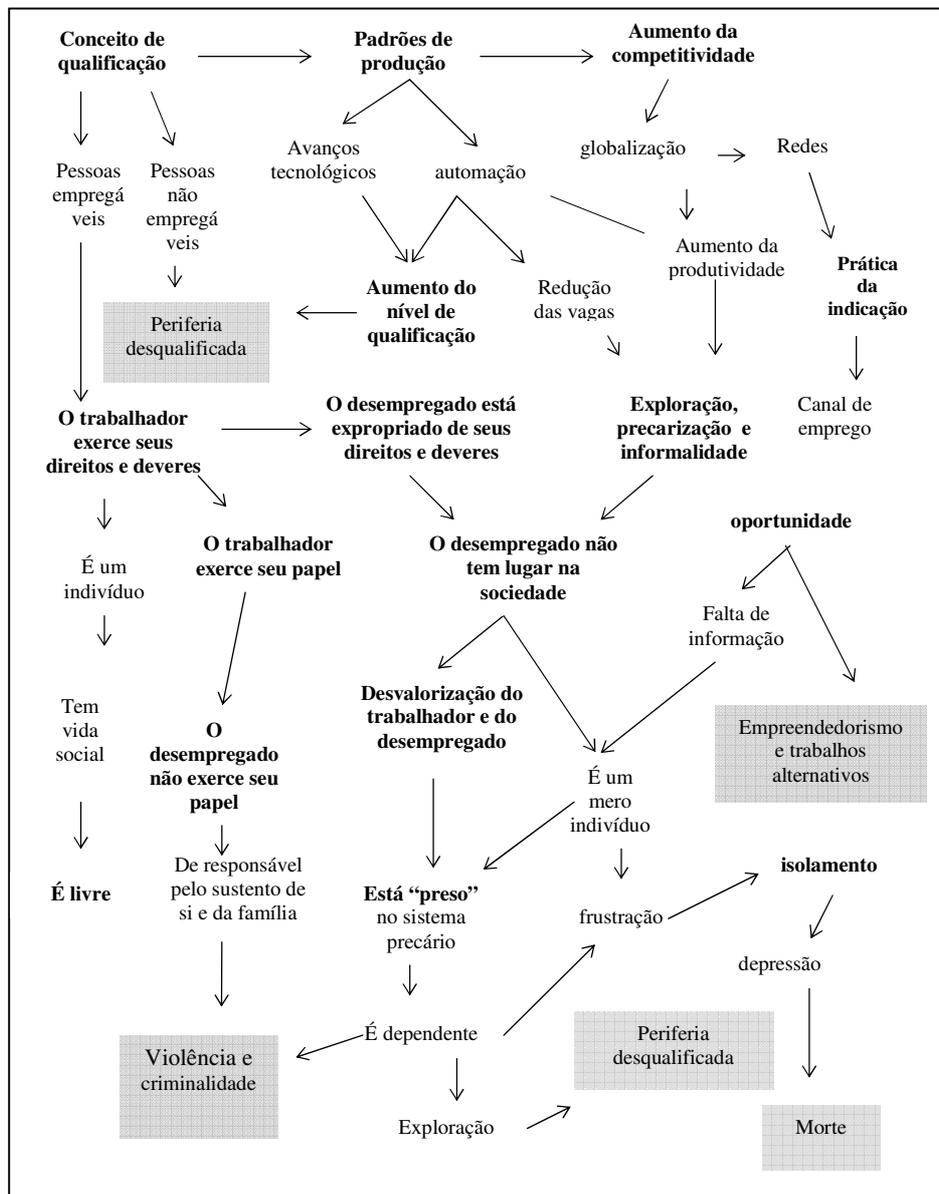


Figura 2 - Árvore de associação dos sentidos do desemprego no setor industrial, no município de Lavras.

Fonte: elaborado com base nos dados da pesquisa

O repertório das condições de manutenção da empregabilidade pode ser visualizado com base na categoria “conceito de qualificação” e nas respectivas conexões entre os sentidos advindos dessa categoria. Da mesma forma, o repertório do processo de reestruturação produtiva no município de Lavras, é observado nas categorias “padrões de produção” e “aumento da competitividade”, seguidas de sentidos interconectados. No entanto, os repertórios da condição de trabalhador e da condição de estar desempregado(a), aparecem entrecortados por diversas categorias e dificilmente desconectados. É o exemplo da ligação entre as categorias: “trabalhador exerce seus direitos e deveres”, com as categorias: “o desempregado está expropriado de seus direitos e deveres” e “o trabalhador exerce seu papel”. Essa ligação contém os repertórios da condição de trabalhador e da condição de estar desempregado(a) entrelaçados.

Os sentidos do desemprego, na condição de estar desempregado(a), encontram-se entre as categorias, ou seja, foram identificados na construção das categorias e são da ordem das mais diversas interpretações acerca do desemprego, lembrando que tais interpretações estão permeadas por um contexto histórico e cultural e por trajetórias pessoais. Os “sentidos últimos”, definidos no decorrer das análises, culminaram com os elementos: “periferia desqualificada”, “violência e criminalidade”, “morte” e “empreendedorismo e trabalhos alternativos”. Esses elementos são de extrema importância como manifestações da condição de estar desempregado(a) e, conseqüentemente, como interpretação do fenômeno do desemprego.

O que esses “sentidos últimos” representam são **elementos teóricos para o estudo do fenômeno do desemprego**. O elemento: “periferia desqualificada” representa o sentido de que a condição de estar desempregado(a) pode ser interpretada como decorrente da formação de uma periferia de pessoas desqualificadas; ou, pode culminar com o aumento dessa “massa de

desqualificados”. No primeiro caso, a falta de oportunidade para o incremento das condições de empregabilidade no município de Lavras seria o principal fator indicativo para o desemprego, considerando o nível de exigência das indústrias locais. No segundo caso, a própria condição de desempregado(a), a falta de recursos financeiros e o período de inatividade (falta de experiência) levariam ao aumento do número de pessoas desqualificadas na região. Esse “sentido último” reflete uma forma de análise do desemprego baseada nas conseqüências sociais, das exigências em torno da qualificação, para o município de Lavras.

No que tange ao elemento “violência e criminalidade”, esse elemento se reporta, principalmente, à condição de desempregado como alguém sem lugar na sociedade, sem referências, inativo. Verificou-se que, no município de Lavras, esses sentidos tomam dimensões consideráveis, devido ao fato de se tratar de uma “cidade pequena”, segundo os próprios desempregados, onde prevalece o relacional e onde o desempregado fica em evidência e é apontado como “desocupado” e excluído socialmente. Trata-se de uma possibilidade de investigar o fenômeno do desemprego, em Lavras, considerando as próprias características culturais do município, atentando para as conseqüências advindas dessas características, atreladas à condição de estar desempregado(a). Nesse caso, explicitaram-se a violência (doméstica, social) e a criminalidade (roubo, inadimplência) como manifestações últimas, como expressão de revolta dos desempregados.

A “morte” ou a “morte simbólica do sujeito trabalhador” é outro elemento que também se reporta ao desempregado na condição de isolado e inativo, no entanto, da mesma forma que “violência e criminalidade”, pelas análises, verificou-se que as características particulares do município podem acirrar esse sentido. À partir da categoria isolamento, ainda que em uma “cidade pequena”, onde as pessoas estendem laços personalistas, surge o sentido da “depressão” e, conseqüentemente, o sentido da “morte”, expresso como o fim

desse anonimato e isolamento diante de pessoas que se relacionam com substancial proximidade. Nesse sentido, o fenômeno do desemprego no município de Lavras pode ser estudado considerando-se as dimensões psicológicas.

Finalmente, no elemento “empreendedorismo e trabalhos alternativos”, reflete-se o sentido de que o desemprego pode gerar oportunidades alternativas ao “trabalho assalariado industrial”. Essas oportunidades foram expressas como a tentativa de montar o próprio negócio e como a possibilidade de organizar cooperativas para a venda de produtos artesanais, por exemplo. Dessa forma, tem-se uma possibilidade para o estudo do fenômeno do desemprego que remete à descentralização do trabalho assalariado como elemento central de alternativa de vida ou de relações sociais. Ao atentar para o desemprego como oportunidade, pode-se focalizar a organização de cooperativas, a criação de incubadoras, parcerias entre prefeitura e empresas, enfim, para organizações alternativas de trabalho que, ao serem manifestadas, nesta pesquisa, podem representar um *outro* sentido para o desemprego.

Ao considerar a subjetividade, expressa por meio da linguagem dos desempregados, foi possível investigar os sentidos do desemprego, produzidos na condição de desempregado(a) e identificar a emergência de elementos teóricos e possibilidades de estudo desse fenômeno. A abordagem histórico-cultural, estruturante e discursiva da subjetividade, considerando, para tanto, as idéias de Foucault (2004a), Guattari (2004;1994) e Vygotsky (2000), foram significativamente importantes para a compreensão das interpretações acerca da condição de desempregado(a). De fato, verificou-se que os sentidos subjetivamente manifestados, de forma alguma, poderiam desatrelar-se do elemento “espaço-temporal” desta pesquisa, bem como das próprias trajetórias dos desempregados, que, por sua vez, deixaram aflorar por meio da linguagem

sua subjetividade, conferindo a interpretação que configura a verdade do fenômeno do desemprego.

Sendo assim, a verdade foi construída na relação dos desempregados com o contexto e com suas histórias de vida, justificando a adoção da perspectiva construcionista (Berger & Luckmann, 1976; Gergen, 1985; Ibáñez, 1993) como postura epistemológica para esta pesquisa. No decorrer das próprias práticas discursivas, os desempregados construíram suas verdades e suas interpretações com base na ação dos outros, conforme a concepção de sentido Weberiana. Por exemplo, ao interpretarem sua condição de desempregado(a) como uma condição sem um lugar social, as práticas discursivas foram permeadas, no interdiscurso, pela interpretação da condição de trabalhador, pessoa bem sucedida, como uma condição de prestígio, possuidora de um lugar social. Os sentidos do desemprego considerando a condição de desempregado(a), no município de Lavras, foram construídos em comunhão com outros sentidos e, baseado nesse compartilhamento, os desempregados interpretaram a verdade do desemprego e de sua condição de desempregado(a)

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se na presente pesquisa investigar os sentidos produzidos por desempregados do setor industrial de Lavras - MG, acerca do desemprego, bem como compreender a manifestação desses sentidos na subjetividade humana.

Para alcançar esse objetivo adotou-se a abordagem interpretativa, especificamente os postulados da abordagem construcionista. Com a perspectiva do construcionismo social e da análise da produção de sentidos por meio da linguagem dos desempregados, foi permitido estudar o tema do desemprego pela análise das práticas discursivas. Os desempregados produziram vários repertórios interpretativos, os quais possibilitaram o mapeamento e a associação dos sentidos em torno do fenômeno do desemprego, com base na condição de desempregado(a).

Considerando que a pesquisa foi realizada com desempregados do setor industrial, a contextualização dos aspectos referentes ao processo de reestruturação produtiva, bem como a apresentação do debate acerca da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea serviram de subsídio para a discussão dos sentidos do desemprego.

Como foram identificados, basicamente, dois repertórios interpretativos: o do trabalho e o do desemprego, constatou-se que o repertório do desemprego manifestou-se de forma paralela ao repertório do trabalho. Esse, por sua vez, apresentou o subconjunto do processo de reestruturação produtiva, considerando as particularidades do município em estudo. Por isso, com a contextualização tanto temporal, quanto cultural, propiciou-se a compreensão dos sentidos produzidos pelos desempregados no município de Lavras.

Os sentidos do desemprego puderam ser analisados pela subjetividade dos integrantes da pesquisa. Por meio da subjetividade, sob a perspectiva histórico-cultural e considerando a linguagem como forma de manifestação,

foram identificados aspectos importantes acerca do fenômeno do desemprego, afirmando-se como postura privilegiada para o estudo. Nesse sentido, considerou-se a prática discursiva dos desempregados como expressão subjetiva, construída com base no discurso dos outros.

Vale ressaltar que, como elemento de subjetividade, a interioridade de cada desempregado não foi desconsiderada, porém, atestou-se que essa interioridade é produto e produtora de uma realidade socialmente construída. Sob essa perspectiva, com o resgate das trajetórias dos desempregados, propiciou-se a compreensão das “subjetividades particulares”, sem deixar escapar a contextualidade e a temporalidade da pesquisa.

As manifestações subjetivas particulares ao contexto brasileiro também foram consideradas nesta pesquisa. Os desempregados interpretaram sua condição ora como indivíduos, ora como mero-indivíduos e ora como pessoas. Diante dessas formas de manifestações subjetivas, a produção de sentido pôde ser analisada em diversas dimensões, em um mesmo repertório e categoria. Como por exemplo: a análise da categoria *a prática da indicação* variou, dependendo da interpretação do desempregado, como pessoa, como indivíduo, ou como mero-indivíduo. Portanto, a subjetividade também foi considerada em suas dimensões particulares ao ambiente cultural. Nesta pesquisa, consideraram-se as categorias de subjetividade modernas levantadas para o cenário brasileiro e para o município de Lavras - MG.

Com a apresentação de alguns trabalhos desenvolvidos em torno do desemprego, tratando esse fenômeno, principalmente, sob o ponto de vista subjetivo ao invés do econômico, foi delineado um quadro de estudos que enriqueceu e forneceu certo “direcionamento” para as análises. No entanto, nesta pesquisa, não se propôs a preestabelecer categorias de análise. Na pesquisa, não houve outro intuito senão apresentar o ponto de vista de alguns autores ao estudar o fenômeno do desemprego pela ótica da subjetividade. Portanto, o

ponto de partida desta pesquisa foi o desempregado e não os conceitos já institucionalizados em torno dos “sentidos” do trabalho.

Sendo assim, nesta pesquisa inova-se no estudo do desemprego visto que, ao considerar a dimensão histórico-cultural da subjetividade, parte da linguagem dos próprios desempregados e dos sentidos que atribuíram à sua condição, para, então, traçar algumas considerações acerca do fenômeno do desemprego.

Pela compreensão dos aspectos intrincados na construção da realidade desse fenômeno, pode-se fornecer subsídios para estudos mais aprofundados no âmbito do desemprego. Na administração, por exemplo, acredita-se que a elaboração de políticas públicas voltadas para a geração de empregos possa ser melhor planejada considerando-se a compreensão dos sentidos desse fenômeno para os desempregados. Acredita-se que os sentidos possam revelar aspectos difíceis de captar por outros tipos de pesquisas.

Para a investigação dos sentidos do desemprego, valeu-se da teoria do Construcionismo Social, uma opção teórico-metodológica, advinda de estudos contemporâneos na psicologia social. As formulações teóricas da perspectiva construcionista, cujos pressupostos são advindos da sociologia do conhecimento, baseiam-se na compreensão da realidade como um processo de construção social, institucionalizado e expresso na linguagem cotidiana.

Além disso, a concepção de sentido adotada fundamenta-se na noção de sentido, como a interpretação do próprio indivíduo, acerca de sua ação e da ação dos outros, sempre dependente de um referencial. Por isso, ao admitir a interpretação como forma de conhecimento e o sentido como resultado dessa interpretação, a linguagem apresentou-se como principal elemento para a análise dos sentidos.

Com a adoção da linguagem sob uma perspectiva social, possibilitou-se a compreensão do fenômeno do desemprego pela análise das práticas discursivas

dos desempregados, considerando sua linguagem como realidade em ação, contextualmente e historicamente localizada, capaz de fornecer aspectos do desemprego inerente à realidade do município de Lavras.

A partir dessa postura epistemológica, delineou-se a metodologia de análise, fundamentada no modelo de análise das práticas discursivas, com base na identificação de repertórios interpretativos e identificação de categorias de análise. Para esse fim, foram utilizados alguns conceitos fundamentais, provenientes da análise do discurso, os quais sustentaram a identificação dos repertórios interpretativos dos desempregados por meio de conceitos teóricos sólidos.

A pesquisa realizada por meio de entrevistas, englobando um total de 28 desempregados do setor industrial, entrevistados, justificou-se para o objetivo proposto. Vale ressaltar que, em análises qualitativas, deve-se sempre priorizar o estudo em profundidade.

A caracterização do município de Lavras, de sua inserção no mercado industrial, bem como no processo de reestruturação produtiva foi essencial para as análises. Com essa caracterização, foi possível identificar algumas particularidades da trajetória de trabalho industrial no município e algumas disparidades, quando comparadas à trajetória brasileira e mundial. Dessa forma, o *tempo longo*, ou seja, o interdiscurso que entrecortou as práticas discursivas dos desempregados, influenciando na forma como esses interpretaram a realidade do desemprego, não abarcou apenas o processo de reestruturação produtiva em si, mas a forma como esse processo foi interpretado, levando-se em consideração as particularidades do município de Lavras.

As trajetórias pessoais e profissionais dos desempregados também contribuíram para a compreensão dos sentidos do desemprego. Na identificação de três trajetórias básicas, apresentadas na seção 3 do capítulo 5 desta pesquisa, delimitaram-se as diversas formas de inserção dos desempregados no mercado de

trabalho industrial e algumas características da vida pessoal dos entrevistados. Com esse enfoque marcou-se o *tempo vivido* para os sujeitos sociais, o qual remete às formas particulares de interpretação dos desempregados.

Finalmente, a própria linguagem dos desempregados e sua manifestação subjetiva, foram consideradas como elementos construtores de uma realidade. Nas análises, a interpretação do desempregado acerca de si mesmo, o que refletiu na forma como expressou suas interpretações em torno do fenômeno do desemprego, foi considerada. Trata-se do *tempo curto* da análise, o tempo da interpretação subjetivamente manifesto.

Pela análise das práticas discursivas dos desempregados, considerando esses três tempos de acontecimento e interpretação, possibilitou-se a identificação de dois repertórios interpretativos acerca do desemprego considerando a condição de estar desempregado(a). O primeiro repertório identificado foi o do **trabalho**, contendo os subconjuntos: repertório do processo de reestruturação produtiva em Lavras e repertório da condição de trabalhador. O segundo repertório identificado foi o do **desemprego**, contendo os subconjuntos: repertório das condições de manutenção da empregabilidade e repertório da condição de desempregado(a). Vale ressaltar que a interpretação do desemprego, baseada na condição de estar desempregado(a), esteve sempre relacionada à interpretação do trabalho e do desemprego, e que ambos foram atravessados, no interdiscurso, pelas formas de relacionamentos dos desempregados com eles mesmos (subjetividade), pela visão de mundo (*ethos*) e pela interpretação dos desempregados acerca das mudanças no mundo do trabalho, processo de reestruturação produtiva.

A identificação desses repertórios transcorreu de forma analítica, considerando as práticas discursivas dos desempregados como *texto* a ser analisado. Verificou-se a ocorrência de manipulações metafóricas, metonímicas, de figuras de pensamento, de subentendidos, pressupostos e de expressões

subjetivas como *eu*, a *gente*, *hoje* e *ontem*, na análise das práticas discursivas. Foi por meio desses “recursos de linguagem” que se pôde identificar quais os “caminhos” percorridos pelos desempregados (repertórios) ao discursarem acerca de sua condição, e mais, quais as formas de interpretações contidas nesses caminhos.

Assim, os desempregados manifestaram a preocupação com as mudanças nos processos de trabalhos do setor industrial, especificamente no município de Lavras. Nessa interpretação, houve direcionamento, principalmente, para as preocupações quanto às condições de manutenção da empregabilidade, as quais foram interpretadas como acirradas já que o acesso à qualificação, no que tange à qualificação técnica e complementar, é restrito. Além disso, fatores inerentes à própria cultura do município, como a dificuldade de adaptação ao trabalho industrial, e os canais pessoais de empregabilidade (prática da indicação) também se manifestaram nas práticas discursivas.

A interpretação em torno da condição de trabalhador e de desempregado(a) apresentaram-se durante todo o transcorrer da entrevista. A interpretação da condição de trabalhador como aquela que possibilita o cumprimento das responsabilidades, que possui uma referencia social foi o que acarretou, muitas vezes, a interpretação da condição de desempregado como condição “sem lugar social”, como condição que impossibilita o cumprimento das responsabilidades, o exercício dos direitos e dos deveres, ou seja, o exercício da cidadania.

Pela análise das práticas discursivas dos desempregados do setor industrial e pela identificação dos repertórios interpretativos, propiciou-se a construção das categorias para a interpretação dos sentidos, subjetivamente manifestos, em torno do desemprego considerando a condição de desempregado(a). As categorias foram construídas com base no mapeamento dos repertórios do trabalho, do desemprego e de seus subconjuntos. No total,

foram construídas 15 categorias de análise, expressão das interpretações dos desempregados. Com referência aos repertórios das condições de manutenção da empregabilidade e do processo de reestruturação produtiva no município de Lavras, as categorias *novo conceito de qualificação, aumento do nível de qualificação no setor industrial, e mudanças nos padrões de produção no setor industrial* representam a interpretação do desemprego como um fenômeno que advém e, ao mesmo tempo, impulsiona a marcha da qualificação e da manutenção da empregabilidade.

A categoria *a prática da indicação como elemento de empregabilidade* apresentou-se como resultado de uma interpretação que ora representou esperança para alguns desempregados e ora representou revolta a respeito dos canais personalistas da empregabilidade. As categorias *o aumento da competitividade, a exploração, a precarização do trabalho e a informalidade, e a desvalorização do trabalhador* parecem direcionar a interpretação do que seriam as conseqüências do desemprego.

Com referência aos repertórios do trabalhador e da condição de estar desempregado, as categorias *o trabalhador cumpre suas responsabilidades, o trabalhador é livre e independente e o trabalhador exerce o seu direito* levaram às interpretações acerca do desemprego e do desempregado que constituíram as categorias *o desempregado é dependente e está “preso” em sua própria condição e o desempregado não tem lugar na sociedade*. Essas últimas refletiram a interpretação da condição de desempregado a partir da interpretação da condição de trabalhador.

Os desempregados interpretaram a si mesmos como impossibilitados de cumprir as responsabilidades e os “papéis sociais”. Em alguns casos, esse papel refletiu a própria masculinidade dos desempregados, ou seja, o desemprego impedia de cumprir o papel de “homem provedor” responsável pela família, etc. Com isso, emergiram as categorias da “prisão” e da falta de lugar na sociedade,

levando diretamente à interpretação do *desemprego como um isolamento e do desempregado como expropriado de seus direitos e submetido à informalidade*, essas categorias expressaram, posteriormente, conseqüências do desemprego para o próprio sujeito desempregado, como a depressão, por exemplo.

Por outro lado, a categoria *o desemprego e a informalidade podem gerar a oportunidade* foi construída como resultado de manifestações de que a própria condição de desempregado abre espaço para que os sujeitos da pesquisa busquem novas alternativas de trabalho, mas, para tanto, os desempregados declararam necessária a ajuda do governo do município no sentido de apoio financeiro e orientação profissional.

Após a construção das categorias, foram identificados os sentidos do desemprego, com base na condição de estar desempregado(a), esses sentidos foram organizados em uma “árvore de associação de idéias” e são da ordem das mais diversas interpretações acerca do desemprego, lembrando que tais interpretações estão permeadas por uma contexto histórico e cultural e por trajetórias pessoais. Foram identificados “sentidos últimos”, definidos no decorrer das análises e nomeados como *periferia desqualificada*, *violência e criminalidade*, *morte e empreendedorismo e trabalhos alternativo*. Esses sentidos compuseram os **elementos teóricos para o estudo do fenômeno do desemprego**.

O elemento: *periferia desqualificada* representa o sentido de que a condição de estar desempregado(a) pode ser interpretada como decorrente da formação de uma periferia de pessoas desqualificadas; ou, pode culminar com o aumento dessa “massa de desqualificados”. Esse sentido apresentou-se atrelado ao repertório das condições de manutenção da empregabilidade, principalmente. No que tange ao elemento *violência e criminalidade*, esse se reporta, principalmente, à condição de desempregado como alguém sem lugar na sociedade, sem referências, inativo.

Verificou-se que, no município de Lavras, esses sentidos tomam dimensões consideráveis, devido ao fato de se tratar de uma “cidade pequena”, segundo os próprios desempregados, onde prevalece o relacional e onde o desempregado fica em evidência, é apontado como “desocupado” e excluído socialmente. A *morte simbólica* foi outro elemento que também se reportou ao desempregado na condição de isolado e inativo; no entanto, da mesma forma que o sentido da *violência e criminalidade*, verificou-se que o sentido da *morte simbólica* pode acirrar-se pelas características particulares do município. Finalmente, o elemento *empreendedorismo e trabalhos alternativos* reflete o sentido de que o desemprego pode gerar oportunidades alternativas ao “trabalho assalariado industrial”. Essas oportunidades foram expressas como a tentativa de montar o próprio negócio e como a possibilidade de organizar cooperativas para a venda de produtos artesanais, por exemplo.

Vale ressaltar que entre os “sentidos últimos” foram identificados vários sentidos que auxiliaram na compreensão do fenômeno do desemprego na condição de estar desempregado(a). Por conseguinte, observa-se que, ao pesquisar os sentidos do desemprego, foi possível o levantamento de alternativas para se estudar esse fenômeno. Uma dessas propostas é a possibilidade de análise do desemprego baseada nas conseqüências sociais, nas exigências em torno da qualificação para o município de Lavras. Nesse sentido, defende-se a realização de um estudo mais detalhado acerca do fenômeno do desemprego paralelo às condições de manutenção da empregabilidade no município de Lavras.

Outra proposta é investigar o fenômeno do desemprego, considerando as características culturais da realidade local, atentando para as conseqüências advindas dessas características, atreladas à condição de estar desempregado(a). Acredita-se válida a iniciativa de estudos acerca do desemprego que recuperam a história e as características culturais da realidade social na qual está sendo

estudado. A possibilidade para o estudo do fenômeno do desemprego, sob a ótica da ruptura da centralidade do *trabalho assalariado padrão*, atentando para outros elementos como a organização de trabalhos alternativos, da formação de parcerias entre o governo local, centros de ensino e empresas, também emergiu como proposta para pesquisas vindouras.

A proposta desta pesquisa é avançar nas formas clássicas de estudo do desemprego, principalmente no campo da administração. Por isso, considerou-se a subjetividade dos desempregados como central para o estudo do desemprego. Essa escolha implicou em limitações. Investigar a subjetividade por meio da linguagem requer uma postura do pesquisador de modo que, no decorrer das entrevistas, possam aflorar (livremente) os sentidos. Os sujeitos desta pesquisa, muitas vezes, sentiam-se constrangidos em expor sua condição, levando o pesquisador, em alguns casos, a reformular a forma de abordagem inicial e posicionar-se muito mais como “ouvinte” do que como pesquisador.

Na pesquisa do fenômeno do desemprego, considerando a abordagem construcionista, ressaltou-se a importância da interdisciplinaridade na investigação científica. Acredita-se que este estudo é de extrema importância para o campo da Administração, principalmente ao apresentar uma proposta teórico-metodológica para o estudo do fenômeno do desemprego e, conseqüentemente, para outros estudos que possam auxiliar no campo da administração, no desenvolvimento, por exemplo, de políticas públicas para a geração de empregos.

Finalmente, verificou-se que o *desemprego* é um fenômeno que pode ser estudado, a despeito de outras dimensões, considerando o próprio sujeito desempregado, sua subjetividade e, principalmente, a linguagem como forma de mediação entre o indivíduo e o mundo do trabalho marcado pela precarização e pelo desemprego.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 125 p.

ARENDR, R. J. J. Construtivismo ou Construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 1, p. 28-41, 1996.

BAKTHIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 412 p.

BALTAR, P. E. A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade de mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e Trabalho no Brasil. Modernidade ou Volta ao Passado?** São Paulo: Scritta, 1996. p.109-150.

BARTLEY, M. Unemployment and ill health: understanding the relationship. **Journal of Epidemiology and Community Health**, London, v. 48, n. 4, p. 333-337, Aug. 1994.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976. 247 p.

BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - RELATÓRIOS ANUAIS: 1996 a 2003. **A Economia brasileira**: consultoria de análise e política econômica (Copec). Disponível em: <<http://www.bacen.com.br>>. Acessado em: 4 maio 2005.

BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 195-204, jan. /mar. 2000.

BRITO, M. J. M. **A configuração identitária da enfermeira no contexto das práticas de gestão em hospitais privados de Belo Horizonte**. 2004, 393 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. England: Heinemann Educational Book, 1979. p. 1-37.

CALDAS, M. **Demissão**: causas, efeitos e alternativas para empresa e indivíduo. São Paulo: Atlas, 2000a. 297 p.

CALDAS, M. Enxugamentos. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, jan. /mar. 2000b.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 620 p.

CORTELLA, M. S. Introdução: In: CASALI, A. et al. (Org.). **Educação e empregabilidade**: novos caminhos da aprendizagem. São Paulo: EDUC, 1997. p. 21-22.

CROSSLEY, M. L. Formulating narrative psuchology: the limitations of constemporary socail constructionism. **Narrative Inquiry**, Amsterdam, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2003.

DaMATTa, R. A. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. 287 p.

DUMONT, L. **Homo Hierarquicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: UNESP, 1992.

DUMONT, L. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. 283 p.

ENRIQUEZ, E. Perda do Trabalho, Perda da Identidade. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.) **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 13-30.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**: fundamentos. Curitiba: Juruá, 2004. v. 1, 202 p.

FIORIN, J. L. **Elementos de análise do discurso**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 93 p.

FIGUEIREDO, L. C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Editora Escuta, 1995. 151 p.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional. Experiências de Japão, Coréia e Brasil.** São Paulo: ATLAS, 1997. 237 p.

FERREIRA M. G. **Concepções de subjetividade em psicologia.** Campinas: Pontes, 2000. 112p.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004a. 235 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no college De France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004b. 79 p.

FRYER, D.; PAYNE, R. Being unemployed: a review of the literature on the psychological experience of unemployment. In: COOPER, LEANA, C. R.; FELDMAN, D. C. Individual responses to job loss: perceptions, reactions, and coping behaviors. **Journal of Management**, v. 14, 3, p. 375-89, 1988.

GARDNER, H. **A nova ciência da mente.** São Paulo: Edusp, 1995. 454 p.

GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, Washington, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.

GITAHY, L. (org.). **Reestructuración productiva, trabajo y educación in América Latina.** Campinas: UNICAMP, 1994. (Lecturas de Educación y Trabajo, n. 3).

GÓES, M. C. R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: Uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 50, p. 9-25, abr. 2000.

GOMES, J. C. R. **Desemprego depressão e sentido de coerência: uma visão do desemprego sob o prisma da saúde pública.** 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: _____. **Análise do discurso: entornos do sentido.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. 322 p.

GUATTARI, F. Da produção de subjetividade. In: PARENTE, A. (Org). **Imagem máquina.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2004. 56 p.
HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 333 p.

HIRATA, H. Os mundos do trabalho. In: CASALI, A. et al. (Org.). **Educação e empregabilidade**: novos caminhos da aprendizagem. São Paulo: EDUC, 1997. p. 51-58.

HIRATA, H. (Org.). **Sobre o “modelo” japones**. São Paulo: EDUSP, 1993. 312 p.

HIRATA, H.; HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operárias industriais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 71-84, 1989.

IBÁÑEZ, T. Construcionismo y Psicología. **Revista Interamericana de Psicología**, Los Angeles, v. 28, n. 1, p. 105-123, 1993.

ÏÑIGUEZ, L. Construcionismo social e Psicologia Social. In: MARTINS, J. B. (Org.) **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RIMA, 2002. p. 127-156.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa mensal de emprego – PME**, de 1996 a 2005. In: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 4 maio 2005.

JAHODA, M. **Employment and unemployment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

JURAN, J. M. **Juran on leadership for quality**: an executive handbook. New York: The Free Press, 1989.

LAVRASNEWS. **A história de Lavras**. Disponível em: <<http://www.lavras.com.br>>. Acesso em: 13 fev. 2004.

LOMBARDI, M. R. Reestruturação Produtiva e Condições de Trabalho: percepções dos trabalhadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 61, p. 64-87, dez. 1997.

MARTINS, J. S. **O Poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 174 p.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 155 p.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MEDA, D. New perspectives on Work as value. **International Labour Review**, Geneva, v. 35, n. 6, p. 633, 1996.

MORGAN, G. Paradigms, metaphors and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 25, n. 4, p. 605-622, Dec. 1980.

NARDI, H. C.; TITTONI, J.; BERNARDES, J. S. “Subjetividade e Trabalho”. In: CATTANI, A. D. (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. n. 3, p. 240-246.

OFFE, C. Reforma do estado e trabalho. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 47-68.

OFFE, C. Trabalho: a categoria chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.

OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. E. L. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?** São Paulo: Scritta/Página Aberta/ Cisit, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2003. 99 p.

PAGÉS, M.; BONETTI, M.; DeGAULEJAE, V.; DESCENFDRE, D. **O poder das organizações: a dominação das multinacionais sobre os indivíduos**. São Paulo: Atlas, 1987. 234 p.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990. 68 p.

PEREIRA, M. C. **A fábrica como espaço de construção do saber: uma análise do processo de aprendizagem em células de montagem**. 2003, 89p. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

PIORE, M.; SABELL, C. **The second industrial divide possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984. 354 p.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, **Relatórios: planejamento e habitação**, 2000.

PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO – PET. Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras – DAE/UFLA. **Projeto emprego e renda no município de Lavras, resultados de pesquisa**, 2005.

RIOS, D. R. **Mini dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 1999.

ROSA, M. I. Do governo dos homens: “novas responsabilidades” do trabalhador e acesso aos conhecimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 24., 1998, FFLCHUSP, 1998

SARGENTINI, V. M. O. Discurso e história: a construção de identidade do trabalhador brasileiro. In: GREGOLIN, M. R. et al. **Análise do discurso: entornos do sentido**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. 322 p.

SINGER, P. Acrise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; NETO, A. C. (Org.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho – PUC, 1999. p. 31-46.

SORJ, B. **A nova sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a. 166 p.

SORJ, B. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000b.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STAM, H. J. Introduction: social constructionism and its criticas. **Theory e Psychology**, London, v. 12, n. 1, p. 291-296, June 2001.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1996. 286 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 77, p. 71-99, 2001.

VYGOTSKY, L. S. Manuscrito de 1929. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, 2000.

WARR, P. **Work, unemployment and mental health.** Oxford: Clarendon Press, 1987.

WHOOLEY, M. A.; KIEFE, C. I.; CHESNEY, M. A.; MARKOVITZ, J. H.; MATTHEWS, K.; HULLEY, S. B. Depressive symptoms, unemployment, and loss of income. **Archives of Internal Medicine**, Chicago, v. 162, n. 22, p. 2614-2620, Dec. 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2004. 40 p. (Coleção a obra prima de cada autor)